

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

Karla Renata Corrêa Viana

**REDES SOCIAIS DE APOIO E CUIDADO DOS FILHOS:
uma análise de mães trabalhadoras na Região Nordeste de Belo Horizonte
durante a pandemia da COVID-19**

Belo Horizonte

2021

Karla Renata Corrêa Viana

**REDES SOCIAIS DE APOIO E CUIDADO DOS FILHOS:
uma análise de mães trabalhadoras na Região Nordeste de Belo Horizonte
durante a pandemia da COVID-19**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Ciências Sociais – da Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Carolina Tomás

Área de concentração: Cidades: Cultura,
Trabalho e Políticas Públicas

Belo Horizonte

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

V614r	<p>Viana, Karla Renata Corrêa</p> <p>Redes sociais de apoio e cuidado dos filhos: uma análise de mães trabalhadoras na Região Nordeste de Belo Horizonte durante a pandemia da COVID-19 / Karla Renata Corrêa Viana. Belo Horizonte, 2021.</p> <p>109 f. : il.</p> <p>Orientadora: Maria Carolina Tomás</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.</p> <p>1. Mães que trabalham fora - Belo Horizonte. 2. Mãe e filhos - Belo Horizonte. 3. Mães - Entrevistas - Belo Horizonte. 4. Comunidade - Redes sociais. 5. Capital Social. 6. Apoio à família no lar. 7. COVID-19 - Belo Horizonte. 8. Trabalho doméstico. 9. Políticas Públicas. 10. Integração social. I. Tomás, Maria Carolina. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.</p> <p>SIB PUC MINAS</p> <p>CDU: 301.175.1</p>
-------	---

Ficha catalográfica elaborada por Pollyanna Iara Miranda Lima - CRB 6/3320

Karla Renata Corrêa Viana

**REDES SOCIAIS DE APOIO E CUIDADO DOS FILHOS:
uma análise de mães trabalhadoras na Região Nordeste de Belo Horizonte
durante a pandemia da COVID-19**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Cidades: Cultura, Trabalho e Políticas Públicas.

Prof^a. Dra. Maria Carolina Tomás – PUC Minas (Orientadora)

Prof^a. Dra. Alessandra Sampaio Chachan – PUC Minas (Banca examinadora)

Prof^a. Dra. Raquel Zanata Coutinho – UFMG (Banca examinadora)

Belo Horizonte, 26 fevereiro de 2021.

Dedico este trabalho aos meus filhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu tudo nesta trajetória; aos meus filhos, pela presença, torcida e amor; aos familiares e amigos.

Ao Cristiano Moura, Leandro Gomes, Carlos Siste, Ivanete Rocha, Juliana Oliveira, Sílvio Jr., Leticia Gomes, Joyce Mara, Gabriel Barbosa e Águeda Barreto, pelo incentivo e o compartilhamento do saber.

Ao ChildFund Brasil, que possibilitou que este projeto pudesse se tornar realidade.

Agradeço aos professores do Programa de Ciências Sociais da PUC Minas, em especial à professora Maria Carolina Tomás, como orientadora, pela confiança e atenção; à professora Alessandra Sampaio Chachan, por contribuir com a construção do estudo na descoberta deste caminho, percorrido em meio aos desafios impostos pelo contexto de pandemia da COVID-19, mas semeado com propósito e muito respeito ao ser humano mulher.

Agradeço a todas as mulheres que compartilharam suas experiências e histórias com o intuito de contribuir com esta pesquisa. São mulheres maravilhosas que renovam suas forças e avançam continuamente, tendo como alvo garantir os cuidados necessários aos seus filhos, a efetivação de direitos e a consolidação dos seus projetos de vida.

Aos funcionários do programa de Ciências Sociais pela atenção.

Por fim, agradeço à Coordenação de Bolsa da PUC MINAS, pelo suporte financeiro, que tornou este mestrado possível.

*“Eu é que sei que pensamentos tenho a vosso respeito, diz o Senhor.”
(Jr 29,11).*

RESUMO

A proposta desta dissertação é analisar como mães trabalhadoras pertencentes ao arranjo familiar monoparental feminino e nuclear acessam suas redes sociais de apoio, com vistas aos cuidados de seus filhos durante a pandemia da COVID-19, procurando compreender o capital social, a partir da estruturação de redes sociais de apoio e do exercício do cuidado neste cenário. Para isso, utilizou-se da técnica de entrevista semiestruturada com nove mães que trabalham fora de casa, moradoras de um bairro na Região Nordeste de Belo Horizonte, contemplando os arranjos familiares que fazem parte deste estudo. Por se tratar de um período de pandemia, em que medidas de proteção e segurança, com vistas à redução do contágio do novo coronavírus que foram estabelecidas pelas autoridades, as entrevistas não puderam ocorrer de forma presencial, sendo conduzidas via telefone, devido à limitação quanto ao acesso à internet e a *softwares* de videoconferência por parte das entrevistadas. Os resultados demonstram que a pandemia da COVID-19 impactou fortemente o mercado de trabalho, a vida profissional das mães entrevistadas, além de reforçar os aspectos que permeiam as desigualdades vivenciadas pelas mulheres brasileiras em seu cotidiano, o que, somados às medidas sanitárias adotadas, também afetaram o acesso e a estrutura das suas redes sociais de apoio, um recurso que viabiliza os cuidados de seus filhos durante sua ausência.

Palavras-chave: Rede social de apoio. Cuidado com os filhos. Mães no mercado de trabalho. COVID-19. Capital Social.

ABSTRACT

The objective of this master this is to analyze the working mothers social support networks used for their children caring during the COVID-19 pandemic, having a better understanding of the social capital from the structuring of those social networks and how the exercise of care happens in this context. We considered mothers in single-parent and nuclear families. For the analysis, we used semi-structured interview technique with nine mothers who are in the labor market and live in a neighborhood in the Northeastern Region of Belo Horizonte. As it is a pandemic period, when protection and safety measures aimed at reducing the contagion of the new coronavirus were established by the authorities, the interviews could not be carried out personally, and they were conducted by telephone due to the limitation to internet access and video conferencing software by the interviewers. The COVID-19 pandemic strongly impacted the job market and the professional life of the interviewed mothers. This added to the sanitary measures adopted, also affected the access and the structure of the social support networks that are a resource that enables the care with their children during his absence, in addition to reinforcing the aspects that permeate the inequalities experienced by Brazilian women in their daily lives.

Keywords: Social Support Network. Care of Children. Mothers in the job market. COVID-19. Social Capital.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sociograma da entrevistada Íris.....	72
Figura 2 - Sociograma da entrevistada Olívia	75
Figura 3 - Sociograma da entrevistada Roberta.....	76
Figura 4 - Sociograma da entrevistada Mônica	77
Figura 5 - Sociograma da entrevistada Mariana.....	78
Figura 6 - Sociograma da entrevistada Vanessa.....	79
Figura 7 - Sociograma da entrevistada Fernanda	80
Figura 8 - Sociograma da entrevistada Letícia	81
Figura 9 - Sociograma da entrevistada Isadora.....	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Entrevistadas: mães trabalhadoras residentes de um bairro da Região Nordeste de Belo Horizonte	65
---	----

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 - Número e percentual de pessoas responsáveis por domicílios, por sexo, incluindo casos de responsabilidade partilhada entre mais de um morador – Regionais Administrativas de Belo Horizonte - 201062
- Tabela 2 - Número e percentual de pessoas responsáveis pelo domicílio, por sexo, cuja responsabilidade é de apenas um morador - Regionais Administrativas de Belo Horizonte – 2010.....63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BH – Belo Horizonte

CADUN – Cadastro Único

CEPAL – *Comisión Económica para América Latina y el Caribe*

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

COVID – Coronavirus Disease

EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil

EPI – Equipamento de Proteção Individual

FIOCRUZ – Fundação Osvaldo Cruz

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

IPEAD – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais

MEI – Microempreendedor Individual

MP – Medida Provisória

OSC – Organização da Sociedade Civil

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PUC – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

SAAEMG – Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Minas Gerais

SES-MG – Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

SIC – Assim (em latim). Indica que as palavras no texto original são assim mesmo

SMC – *Single Mother by Choice*

SMED – Secretaria Municipal de Educação

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas

UNICEF – *United Nations Children's Fund*

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

WHO – *World Health Organization*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. A FAMÍLIA E A MÃE QUE TRABALHA FORA DE CASA, FRENTE AOS DESAFIOS DA PANDEMIA E AOS DESAFIOS DE SEMPRE.....	19
2.1. Família, sementeira plural da sociedade.....	19
2.2. A mãe trabalhadora.....	30
2.2.1. O mercado de trabalho	30
2.2.2. O trabalho doméstico.....	36
2.2.3. Especificidades do trabalho para as mulheres que são mães	38
2.3. O cuidado com os filhos.....	40
2.4. O capital social e as redes sociais de apoio	44
2.5. A pandemia da COVID-19, tempo de grandes mudanças e do estabelecimento de novos cuidados.....	52
3. METODOLOGIA.....	60
4. RESULTADOS	68
4.1. Tipos de rede sociais de apoio acionadas por mães trabalhadoras no período de pandemia do COVID-19	71
4.2. Critérios estabelecidos pelas mães na estruturação das redes sociais de apoio no contexto de pandemia do COVID-19	85
4.3. Principais desafios vivenciados por mães trabalhadoras ao longo do período de pandemia do COVID-19	88
4.4. Aspectos transversais	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS.....	99
APÊNDICE.....	108

1. INTRODUÇÃO

Vários desafios sempre se apresentaram às mães trabalhadoras; contudo, no Brasil, a partir de março de 2020, a pandemia da COVID-19 desencadeou um novo cenário e, com ele, novos pontos para superação, como, por exemplo, a erosão do capital social, a interrupção ou acesso limitado aos serviços básicos, entre outros conforme *The Alliance for Child Protection in Humanitarian Action* (2019).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou, no mesmo período, como pandemia o surto da doença causada pelo novo Coronavírus (COVID-19), o que constitui uma emergência de saúde pública de importância internacional. Com vistas a instituir e ampliar os mecanismos de resposta a esta situação, instaurou-se um plano de emergência pela OMS.

No Brasil, o Ministério da Saúde (2020) estabeleceu medidas de prevenção ao contágio do novo coronavírus, a partir de um protocolo de segurança com orientações a toda a população, recomendando a redução do contato social. Com isso, creches, escolas de educação infantil, organizações da sociedade civil e diversos outros estabelecimentos e serviços tiveram suas atividades suspensas.

Em meio às normas e às medidas sanitárias estabelecidas pelos governos e órgãos de saúde, muitas mães se viram na eminência de continuar a trabalhar sem a opção de atuar na modalidade *home office*, precisando sair de casa para dar prosseguimento às suas atividades laborais. Em muitas famílias, as mulheres são as únicas provedoras ou contribuem significativamente nas despesas do lar. Para elas, o trabalho tem um significado e importância atrelada à sobrevivência da família, além das mudanças culturais relacionadas ao papel de gênero, conforme Sorj, Fontes e Machado (2007). Geralmente, também são as responsáveis pelo cuidado da família e dos filhos, então esse trabalho tem como pergunta de pesquisa: como as mães trabalhadoras pertencentes a arranjos familiares monoparental e nuclear utilizam suas redes sociais de apoio com vistas aos cuidados de seus filhos durante a pandemia da COVID-19, em um bairro da Região Nordeste do município de Belo Horizonte?

Procura-se, portanto, compreender o capital social a partir da estruturação de redes sociais de apoio e do exercício da função cuidadora neste cenário.

De acordo com Sorj, Fontes e Machado (2007), o cuidado com a família, anteriormente visto como um assunto privado da família e de responsabilidade das

mulheres, é compreendido como uma questão social e, por essa razão, precisa ser assumido pela esfera pública.

Segundo Almeida (2007), as mães trabalhadoras das camadas médias, assim como as das camadas populares, precisam integrar à sua identidade o papel de trabalhadora, sendo a ela atribuídos a maternidade, os cuidados infantis e o trabalho. Com isso, no que tange ao cuidado com a família, e mais especificamente o cuidado com os filhos, objeto desta pesquisa, percebe-se uma constante desigualdade “no mercado de trabalho e no acesso diferencial aos suportes de cuidado providos pelo mercado e Estado e na divisão sexual do trabalho doméstico” (SORJ; FONTES e MACHADO, 2007 p. 578). Há, portanto, distinções entre a delegação de cuidados da criança nas famílias com mães trabalhadoras, sendo, nas famílias mais abastadas, os cuidados geralmente atribuídos a creches, pré-escolas particulares, além de contarem com o serviço de trabalhadoras domésticas. Já, em famílias de baixa renda, percebe-se uma diferenciação à medida que as mães recorrem aos cuidados de instituições de educação infantil pública e/ou aos cuidados informais realizados por parentes ou vizinhos.

De acordo com o diagnóstico Criança do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Belo Horizonte – CMDCA (2013), a proporção de mulheres chefes de domicílio tende a ser maior em detrimento da responsabilidade compartilhada, quando se observa a responsabilidade exercida por um único morador do domicílio. Portanto, a inserção das mulheres no mercado de trabalho não é sinônimo de emancipação feminina. Para muitas delas, “representa assumir uma dupla/tripla jornada de trabalho (fora e em casa)” (CMDCA, 2013 p. 62). O diagnóstico apresenta o contexto dos arranjos familiares atuais no município de Belo Horizonte, cada vez mais nuclearizados, com número de componentes menores, com rendimento domiciliar relativamente baixo, que exige dos adultos passarem mais tempo fora de casa exercendo trabalho, em busca de melhores rendimentos para assegurar a manutenção da vida em seu domicílio.

Torna-se importante conhecer as estratégias desenvolvidas pelas mães trabalhadoras para garantir que seus filhos estejam seguros e recebam os cuidados necessários quando se ausentam para realização de suas atividades laborais. Os locais de trabalho por vezes são distantes, as jornadas longas ou em turnos que exigem das famílias uma estruturação que garanta que as crianças estejam cuidadas. Com isso, as redes sociais de apoio são estruturadas.

A escolha pelo bairro se deu em virtude dos dados apresentados no Censo Demográfico de 2010 que apontam o crescimento da população feminina nesta localidade (CMDCA-BH, 2013), ou seja, mulheres que são responsáveis pelos afazeres domésticos e manutenção do lar, chefes de família, trabalhadoras e mães, que precisam cumprir com seus compromissos profissionais alinhados ao cuidado com seus filhos. Mães de famílias monoparentais femininas e de famílias nucleares que estabelecem, desenvolvem suas redes sociais de apoio e que atuam na perspectiva de cuidado das crianças enquanto estão envolvidas nas atividades profissionais.

Nesse sentido, Marques (2010) ressalta que as redes são exploradas como elemento importante na promoção tanto de coesão social quanto da construção de conexões e integração social, podendo auxiliar na produção de identidades, na promoção de sensação de pertencimento e na construção de controle social nas comunidades. Já a construção de conexões tem consequências sobre a integração social, a redução do isolamento de grupos sociais específicos e a construção de padrões de sociabilidade com troca e integração mais intensa entre grupos.

O capital social se constitui de acordo com Bonanimo *et al* (2010) por meio da quantidade e qualidade dos recursos do grupo e por meio das redes de relações sociais que permitem que os indivíduos acessem recursos dos membros do grupo ou da rede.

A pesquisa delimita seu objetivo em analisar as redes sociais de apoio de mães trabalhadoras pertencentes a arranjos familiares monoparental e nuclear com vistas a assegurar os cuidados de seus filhos, durante a pandemia da COVID-19. No que tange aos objetivos específicos, são: (i) analisar os tipos de rede sociais de apoio acionadas; (ii) identificar os critérios estabelecidos na estruturação das redes sociais de apoio e (iii) analisar os principais desafios vivenciados por mães trabalhadoras neste contexto de pandemia.

Para concretizar os objetivos, foi realizada uma pesquisa qualitativa que permitiu aprofundar quanto à formação e utilização das redes sociais de apoio por mães que trabalham de forma remunerada fora de casa e o cuidado dos filhos num momento atípico e impactante. Utilizou-se da técnica de entrevista semiestruturada com a participação de nove mães trabalhadoras, contemplando os arranjos familiares que fazem parte do estudo. Por se tratar de um período de pandemia, onde medidas sanitárias foram decretadas pelas autoridades, as entrevistas não

pueram ocorrer de forma presencial, sendo realizadas via telefone, mesmo porque as entrevistadas apresentaram limitações quanto ao acesso à internet e a *softwares* de videoconferência.

Foram estabelecidas três hipóteses para esta pesquisa: (i) mães trabalhadoras pertencentes a arranjos familiares monoparental feminino e nuclear estabelecem critérios para a estruturação de suas redes sociais de apoio; contudo, durante o contexto de pandemia da COVID-19, tendem a flexibilizar e/ou modificar estes critérios; (ii) que o contexto de pandemia afeta diretamente a possibilidade de acessar as redes sociais de apoio anteriormente acionadas pelas mães trabalhadoras, sendo preciso estrutura de novas redes ou simplesmente não podem contar com este recurso; (iii) e, finalmente, que a primeira rede de relações acionada pelas mães trabalhadoras é formada por familiares mais próximos. Quando esta se estabelece, as mães tendem a lançar mão de expandir a rede, pois se sentem seguras quanto aos cuidados que serão dispensados aos seus filhos.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos, além desta introdução.

No capítulo dois, há a revisão de literatura que aborda a discussão sobre família, sua pluralidade e especificidades dos arranjos tratados nesta pesquisa. Em seguida, aborda a realidade da mãe trabalhadora; o cuidado com os filhos; o capital social e redes sociais de apoio e, finalmente, a pandemia da COVID-19, um tempo de grandes mudanças e do estabelecimento de novos cuidados.

Em referência ao capítulo três, relata-se a estratégia da pesquisa de campo, as limitações impostas pelo contexto de pandemia e a estruturação de alternativas pautadas nos princípios éticos de pesquisa para a superação das dificuldades encontradas, explicitando todas as etapas da pesquisa e os conceitos adotados mediante os referenciais teóricos e a pesquisa bibliográfica.

O capítulo quatro se dedica à apresentação dos resultados, discutindo a estrutura de rede de apoio formada por mãe/família, como elas são compostas, seu tamanho, seu modelo de sociabilidade e como são acessadas no período da pandemia da COVID-19. É um mapeamento das redes antes e durante a pandemia, de modo a comparar em seus nós as pessoas que as constituem, no que tange à função de cuidado com as crianças no período em que as mães trabalham fora do domicílio, explorando as características das redes, acessando suas condicionantes, e sua atuação no que se refere ao cuidado dos filhos, além dos desdobramentos

ocasionados neste período, principalmente em decorrência das medidas sanitárias e de distanciamento social estabelecidas.

Por fim, tem-se as considerações finais da pesquisa apontando os principais aspectos da realidade vivenciada pelas mães que precisam sair para realização de suas atividades laborais mesmo em tempo de isolamento social e, principalmente, garantindo o cuidado dos filhos durante sua ausência. De maneira geral, os resultados apontam que as redes durante a pandemia ficaram menores quando se observa sua composição, perdendo-se principalmente os laços fracos, mas mantendo os laços fortes marcados pela representatividade de familiares mais próximos, como as avós maternas, as tias maternas e os pais (ex-cônjuge).

2. A FAMÍLIA E A MÃE QUE TRABALHA FORA DE CASA, FRENTE AOS DESAFIOS DA PANDEMIA E AOS DESAFIOS DE SEMPRE

Falar acerca da mulher envolve diversos fatores que influenciam e afetam sua realidade social. Quando se trata da mulher-mãe e trabalhadora, os pontos de intercessão se ampliam. Nesse sentido, esta pesquisa busca conhecer a trajetória da mulher, enquanto mãe trabalhadora, num período atípico marcado pela pandemia da COVID-19. Assim, este capítulo se dedica às transversalidades que envolvem este tema, como: os arranjos familiares, com destaque para o nuclear, e o monoparental feminino, foco deste estudo; o cuidado dos filhos; as redes de apoio social; o trabalho feminino e os desafios impostos pelo novo coronavírus.

2.1. Família, sementeira plural da sociedade

Ao longo da história, a estrutura e a compreensão sobre a família passaram por transformações. Aspectos relevantes em um determinado período deixaram de ser em outros. Reprodução, laços consanguíneos, sobrevivência, cuidado, *status*, religião, herança, aprendizado, afeto, enfim são diversos objetivos e funções que se entrelaçam e perpassam pelas relações familiares.

De acordo com Westerhoff (1995), a família é a mais desconcertante de todas as organizações sociais. É uma configuração relativa que é determinada a partir de um ponto de vista cultural e histórico, apresentando muitas variáveis. A família precisou se transformar, e continua se transformando, para poder se adaptar às várias mudanças sociais.

Diante de complexa realidade, a capacidade das famílias para mudar de forma concreta pode ser vista como uma riqueza e criatividade que lhes possibilitam continuar desempenhando suas funções. De acordo com Goyret e Gorgal (2015), o estereótipo da família nuclear urbana e a família estendida do interior não refletem mais a realidade, já que não é uma unanimidade. Para as autoras, as famílias rurais, por exemplo, tendem a ser nucleares à medida que seus membros migram para a cidade, já as famílias conjugais urbanas recebem parentes e conhecidos que procuram se inserir na cidade, tendendo a funcionar mais como famílias ampliadas. Alguns filhos e filhas que formam casais por razões econômicas acabam vivendo com seus pais ou irmãos mais velhos. Há também, as adolescentes solteiras que

criam seus filhos junto à família de origem; famílias monoparentais; famílias reconstituídas; famílias comunitárias; avós que criam seus netos para que os pais possam trabalhar; famílias sem filhos; lares adotivos, famílias de acolhimento e tantos outros modelos em que as famílias se organizam.

Para Goyret e Gorgal (2015), crescer em família, além de inevitável, parece continuar sendo uma boa ideia, seja em uma família biológica ou em uma social. Ela é que permite e incentiva o desenvolvimento integral de todos os membros, cumprindo as funções de nutrição, reprodução, educação e socialização, mesmo porque a composição da família não determina a qualidade dos vínculos nem uma maior ou menor capacidade para cumprir suas funções. De acordo com as autoras, não existe, nem nunca existiu famílias perfeitas ou idealmente saudáveis. Todas elas se constroem através de sucessos e dificuldades. Elas funcionam melhor quando conseguem responder positivamente aos desafios e crises, sendo relevante se ter algumas habilidades, características e capacidades para alcance do potencial de desenvolvimento da família.

De acordo com Carrasco (2017), a família é a instituição cultural mais importante nas sociedades contemporâneas, o tema social de maior preocupação e interesse para a população de treze países participantes da pesquisa Encuesta Mundial de Valores 2005-2008. O autor reforça que a importância da família é percebida em qualquer tradição histórica, ou seja, em sociedades latinas, africanas, anglo-saxônicas, árabes e orientais, por exemplo, e, em virtude disso, é considerada um fato social.

Uma perspectiva integral do funcionamento das sociedades, de acordo com Carrasco (2017), deve incluir junto às famílias o reconhecimento da importância que desempenham outros atores, afinal há fatores e processos que escapam ao domínio direto das famílias e que se relacionam com a situação econômica, social e política das sociedades. Bruschini (1989; 1993) também reflete sobre este aspecto, conforme apresentado à frente, ou seja, embora a família ocupe um lugar central nas sociedades contemporâneas, a ela não deve ser atribuída a responsabilidade por explicar tudo o que sucede de relevante na atualidade.

No limiar do século XXI, uma característica importante das sociedades democráticas, conforme Carrasco (2017) é a pluralidade e a complexidade das estruturas ou tipos de família. Num passado recente, as famílias nucleares (formadas por casais casados que cuidavam de seus filhos comuns em suas casas),

ou famílias extensas (formadas por casais casados que cuidavam de seus filhos comuns e que residiam com outros parentes) eram mais frequentes, um padrão cultural. A partir de 1966, começou a ocorrer uma diminuição de sua preeminência demográfica, juntamente ao crescimento de outros arranjos, como famílias com os pais divorciados; famílias com filhos de casamentos ou relacionamentos anteriores; somente com o pai ou a mãe e com os filhos pequenos; casais sem filhos (sem planos de tê-los) e outras situações.

A família nuclear, segundo Cunico e Arpini (2014), emergiu juntamente à classe burguesa do século XVIII, tendo como características o vínculo e o amor entre o casal, a dedicação em benefício ao bem-estar dos filhos, a valorização da maternidade e o estabelecimento de relações diferentes entre homens e mulheres, construindo uma visão acerca da mulher como sujeito frágil, com pouca inclinação à atividade intelectual, dedicando-se ao cuidado dos filhos e da casa. O homem por sua vez, visto como mais forte, assumiu a direção moral da família (filhos e esposa), além do seu provimento material. Para a mulher, neste aspecto, cabe as responsabilidades da vida privada da família.

Para Carrasco (2017), a perspectiva de família, ou seja, considerar as dinâmicas e as estruturas de funcionamento das famílias para fins de enfoque das políticas públicas e privadas, torna-se fundamental para desenvolvimento e bem-estar dos indivíduos e da sociedade. O conceito de perspectiva da família serve para destacar o importante papel da dinâmica e da organização que desempenham as famílias na atenção e solução de problemas sociais, seja no âmbito privado e da sociedade civil, como no âmbito das instituições públicas, de acordo com a OMS (1984 *apud* CARRASCO, 2017, p. 72). Desse modo, Ariès (1986) retrata a história social da família do período medieval à idade moderna com grande veemência. Quão importante retomar este percurso antes de avançar nas características mais recentes da família. No período medieval, a família não tinha, a princípio, a função afetiva, mas a de conservação dos bens, de proteção da honra e da vida nos casos de crise, prática do ofício e ajuda mútua nas atividades do dia a dia. Nessa época, as comunicações sociais e as relações afetivas aconteciam fora do ambiente familiar, principalmente nos espaços de festas, encontros e visitas, onde se envolviam, participavam criados, amos, vizinhos, idosos, crianças, homens, mulheres.

Embora a família não tivesse a função afetiva, não se podia dizer que havia ausência de amor, mesmo porque este sentimento entre os cônjuges e entre os pais e os filhos não era necessário à sua existência ou ao seu equilíbrio. Para Ariès (1986), até o século XVII, a vida era vivida em público, através das cerimônias tradicionais que acompanhavam o casamento (consideradas mais importantes do que as cerimônias religiosas), havia o direito da sociedade em participar da intimidade do casal. As pessoas viviam misturadas umas com as outras, a família existia como realidade vivida, porém não existia como sentimento ou como valor. O sentimento de família foi desenvolvido, de acordo com Ariès (1986), do século XV até o século XVIII, sendo limitado, a princípio, a classes abastadas.

A reforma dos costumes corroborou, de acordo com Ariès (1986), para o estabelecimento de um maior espaço para a intimidade, preenchida por uma família reduzida aos pais e às crianças. Há, portanto, um progresso no sentimento da infância, com laços que uniam por meio da preocupação com a criança e com a saúde. A educação da criança passou a ser reconhecida, sendo atribuída a ela também o cuidado. A saúde e a educação passam a ser as principais preocupações dos pais, bem como a igualdade entre os filhos, o que caracterizava a família moderna. Ariès (1986) ressalta que, entre o fim da Idade Média e os séculos XVI e XVII, a criança conquistou um lugar junto aos seus pais, tornando-se um elemento indispensável à vida quotidiana, despertando nos adultos a preocupação com a sua educação, carreira e futuro.

A trajetória da família medieval até a família moderna ficou, durante longo tempo, limitada aos nobres, burgueses, artesãos e lavradores ricos; contudo, a vida familiar se estendeu a quase toda sociedade, de modo que sua origem aristocrática e burguesa foi sendo esquecida. A família moderna retirou da vida comum as crianças, além do tempo e preocupação dos adultos, instaurando a necessidade de intimidade e de identidade. Para Ariès (1986), havia uma relação entre o sentimento de família e o sentimento de classe.

A nova sociedade assegurava aos indivíduos um espaço reservado; porém, deviam respeitar algumas características estabelecidas, como parecer com o modelo convencional (um tipo ideal do qual não se devia se afastar para não correr o risco de exclusão). Segundo Ariès (1986), nesse período, o sentimento da família, o sentimento de classe e sentimento de raça surgem como manifestações da intolerância diante da diversidade e da preocupação de uniformidade.

De acordo com Carsten (2014), a família revela a multiplicidade das suas referências, ficando desautorizada a utilização de um conceito isolado capaz de oferecer qualquer explicação única de processos que atingem o grupo, vinculada a ideias arraigadas de consanguinidade, reportando-se às conexões construídas por uma convivência que afirma que há outras coisas, além do sangue que une as pessoas.

Assim sendo, Durham (1982) ressalta que o termo família, quando empregado como instituição, apresenta dupla referência. Uma delas se vincula a grupos sociais concretos, delimitáveis e reconhecidos, dessa forma, por seus membros e sociedade. E a outra se refere a regras, padrões e modelos culturais, atribuindo a essa organização a vida social que, à medida que compreendem e utilizam esses modelos, organizam a vida coletiva, sendo a análise de família vinculada à construção ideológica e ao seu papel na organização da vida social. Dessa forma, as famílias se apresentam como instituições mutáveis, onde a realidade social jamais, de acordo com Durham (1982), cabe por inteiro.

O conceito de família, embora vinculado a grupos sociais concretos, está também vinculado ao modelo cultural e à sua representação na sociedade. A vida social é organizada por meio de regras, sendo os grupos sociais concretos compreendidos como construções que fazem uso destas regras e/ou padrões para organizar a vida coletiva. A análise da família se move no “plano das construções ideológicas e de seu papel na organização da vida social” (DURHAM, 1982, p. 32), já que os padrões culturais se tornam modelos que representam, reproduzem ordenações e modelam a conduta existente na vida social.

Há uma diversidade de composição da unidade doméstica que vai para além da nuclear, formada por mãe, pai e filhos. Percebe-se, então, famílias que incluem outros parentes e agregados de diferentes tipos; famílias formadas por casais sem filhos; matrifocais formada pela mãe, filhos e com a presença instável ou temporária do cônjuge-pai; reconstituídas formadas por parceiros vindos de outros relacionamentos com seus filhos, por exemplo.

Para Singly (2007), a família contemporânea se construiu progressivamente como um espaço do privado onde os membros da família prezam por estar juntos, por compartilhar a intimidade e são sensíveis à qualidade de suas relações. Há, portanto, uma separação gradativa do espaço público e do espaço privado à medida que cresce o valor do fator afetivo na regulação das relações intrafamiliares. Nesse

sentido, Singly (2007) ressalta que a definição de família pela sua forma ou estrutura, ou seja, pelos seus elementos visíveis ou descrição estatística apresenta um risco, quando pode se perder as relações. Usando como exemplo a família nuclear, a autora reflete que não basta apresentar sua estrutura, pois isso já é sabido, ou seja, que ela é formada por pai, mãe e filhos do casal numa mesma moradia. Entretanto, torna-se importante compreender se ela preenche sempre as mesmas funções e se a regulação das relações entre sexo e gerações são sempre as mesmas.

No Brasil, a partir do século XX, de acordo com Alves (2009), inicia-se os primeiros estudos sobre a família, considerada como instituição social fundamental da qual dependem todas as demais. Nesse período, também se destacam posicionamentos conceituais específicos, sobressaindo-se três modelos de família: a patriarcal, a nuclear e a atual. Parte-se da compreensão da família patriarcal como um modelo histórico da família brasileira, além do reconhecimento da família enquanto instituição, sendo o vínculo familiar associado à ideia de prestígio social, vinculando o bem-estar social ao pertencimento a um grupo familiar.

De acordo com Freyre (2003), a família na sociedade brasileira se formou a partir do regime patriarcal, sofrendo forte influência da miscigenação das culturas indígena, europeia e africana. A família funcionava como um núcleo composto pelo chefe da família (patriarca), sua mulher, filhos e netos, juntamente a um núcleo de membros considerados secundários, composto por filhos ilegítimos (bastardos) ou de criação, parentes, afilhados, serviçais, amigos, agregados e escravos. Para Samara (1993), a família brasileira seria o resultado da transplantação e adaptação da família portuguesa ao nosso ambiente colonial, gerando, portanto, um modelo com características patriarcais e conservadoras. Havia uma reprodução das suas normas, costumes e tradições familiares. O modelo de família patriarcal era bastante influente, a espinha dorsal da sociedade, pelo fato do perfil latifundiário, e por ser responsável por desempenhar os papéis de procriação, administração econômica e direção política. Era o mundo do homem (o mando era masculino), de acordo com Alves (2009), e nesse contexto as crianças e mulheres não passavam de seres insignificantes. Outro fator que se evidencia é que, embora a família patriarcal tivesse uma importância e influência na época, havia outros modelos de família, como famílias pequenas, famílias de solteiros e viúvos, famílias de mães e filhos sem pais, famílias de escravos. Assim, a noção de família se alterava conforme os

grupos sociais e as regiões do país. Com base nisso, Corrêa (1981) ressalta que a família patriarcal, embora tenha desempenhado um papel importante, não foi a única e muito menos conduziu sozinha o processo de formação da sociedade brasileira, sendo a constituição das unidades domésticas variadas, de acordo com as regiões onde se instalaram os primeiros colonizadores. Por isso, destaca-se o fato de que observar a família patriarcal como único e exclusivo modelo se torna um risco quando se trata de família no Brasil.

Para Samara (1993), a família patriarcal era marcada pelas relações de caráter pessoal e pela dependência da autoridade paterna e da solidariedade entre os parentes, concentrando em seu seio as funções econômico-sociais mais importantes, um modelo de estrutura familiar que enfatizava a autoridade do marido, ficando a esposa responsável pelas questões de âmbito familiar, como cuidar dos filhos e da casa. Era formada por um núcleo central e um periférico, o primeiro formado pelo chefe da família, esposa e descendentes legítimos, e o segundo, membros subsidiários, marcado, segundo Samara (1993, p. 14), por “laços sanguíneos, parentesco fictício e um complexo sistema de direitos e deveres”, apresentando uma distinção de família de ricos e de pobres (ligações transitórias e de concubinato).

A família nuclear, composta apenas pelo núcleo principal, representado pelo chefe da família (pai), sua esposa e os seus descendentes legítimos, de acordo com o autor, teve assim, como a família patriarcal, grande importância no processo de formação da sociedade brasileira. Na família nuclear tradicional, a mulher tinha a responsabilidade de administrar o lar e de educar os filhos, mesmo porque a ausência do homem no domicílio era algo comum devido à sua dedicação aos negócios.

Já nas primeiras décadas do século XX, de acordo com Alves (2009), as indústrias começaram a se desenvolver, ampliando a oferta de trabalho fabril e burocrático. Com isso, a mulher passa a exercer funções remuneradas, combinadas às atividades domésticas. Posteriormente, outras transformações impactaram a família moderna, modificando o conceito de família nuclear, como aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, o controle de natalidade, o investimento na educação dos filhos, a perda da força da religião e o crescente número de separações e divórcios. Há um aumento expressivo das organizações familiares alternativas: casamentos sucessivos com parceiros distintos e filhos de

diferentes uniões; casais homossexuais adotando filhos legalmente; casais com filhos ou parceiros isolados ou mesmo cada um vivendo com uma das famílias de domicílios brasileiros. Arranjos diferentes desse já se apresentavam como maioria. De acordo com o IBGE, o número de divórcios quase dobrou entre os anos 2000 e 2010. Uma das tendências que mais crescem é a chamada família mosaico, de acordo com o IBGE (2017, p. 18), “que é formada quando um homem que já foi casado se casa novamente com uma mulher que também já foi casada, e os dois têm filhos; e após se casarem, eles têm um ou mais filhos”. Fato é que os arranjos familiares estão em transformação ao longo dos anos e, diante de novos cenários, sejam políticos, culturais, sociais, econômicos, as famílias tendem a passar por processos que procuram a adaptação, a sobrevivência e por percursos que lhes sejam mais seguros.

De acordo com Itaboraí (2015), diferentes tipos de recursos ou capitais são transmitidos nas famílias. A análise das relações assimétricas nas famílias possibilita rever muitas simplificações, mostrando que a experiência familiar, subjetiva e objetivamente é diferenciada, de acordo com o gênero, a idade e a relação de parentesco. De acordo com Gittins (1993 *apud* ITABORAÍ, 2015, p. 64), as famílias são realidades difíceis de serem enquadradas em uma única definição, sendo a família pouco mais do que uma ideologia que influencia e informa as maneiras pelas quais as pessoas interagem umas com as outras. A ideologia da família, um modelo que cada época, sociedade ou seu segmento estabelece como um padrão, não deve ser confundido com as famílias reais, as quais são sempre plurais complexas e em constante fluxo, de acordo com Itaboraí (2015), mesmo porque, a despeito das transformações em seu formato, as famílias continuam como um lugar central de organização da vida social. A ela, várias atribuições, enquanto instituição social, são associadas.

No momento da investigação com interesse nas relações educativas no ambiente familiar, é fundamental que se tenha clareza de que as famílias são unidades dinâmicas de relações sociais, de acordo com Bruschini e Ridenti (1994), sendo, portanto, as relações familiares construídas, envolvendo a todos e ainda passível de nuances relevantes que, ao serem observadas e compreendidas, por meio de uma visão de naturalização da família, de acordo com os autores, correm o risco de desconsiderar elementos importantes.

Torna-se, portanto, imprescindível especificar os tipos de arranjos familiares estudados, mesmo porque há uma grande variabilidade das estruturas familiares, de acordo com as sociedades, as épocas e os grupos sociais, pontua Bruschini e Ridenti (1994). A realidade demonstra um distanciamento do modelo nuclear ou conjugal predominante na sociedade, podendo o grupo extrapolar este modelo, conforme Bruschini (1989), pela inclusão de parentes ou agregados ou outros contextos onde há casais sem filhos, pais ou famílias nas quais um só dos cônjuges está presente. A autora reforça que as exceções ao modelo nuclear demonstram sua elasticidade e a riqueza da realidade empírica, sendo uma característica da instituição familiar a mutabilidade.

De acordo com Jacquet (2009), a família nuclear constitui cada vez menos o único contexto de socialização das crianças. Diante do aumento dos divórcios e das separações, uma criança atualmente tem uma maior probabilidade de viver em universos familiares sucessivos, ou seja, família nuclear, família monoparental e família recomposta, entre outros, sendo, portanto, heterogêneos do ponto de vista da educação familiar, no que tange aos atores e às práticas. Por exemplo, a trajetória familiar de uma criança que vive com um dos seus pais e o novo cônjuge não é idêntica à de uma criança que vive com seus dois pais. Isso ocorre porque aquela passou por várias sequências familiares: convivência com seus pais; ruptura, muitas vezes vivida numa família monoparental, seguida de uma recomposição familiar, que pode ser apenas provisória e se concluir por outra ruptura do laço conjugal.

Outras pessoas passam a fazer parte da vida da criança, com as quais ela vai interagir diariamente, seja o padrasto ou a madrasta, eventualmente, meios irmãos ou irmãs e os filhos do novo cônjuge. De acordo com Jacquet (2009), insere-se numa entidade familiar dissociada na qual o pai e a mãe continuam existindo. Por isso, é importante desenvolver investigações que visam identificar suas práticas, mesmo porque a forma de organização da família é um elemento relevante no modo como ela conduz o processo de socialização das crianças.

Desse modo, Alves (2009) ressalta que, devido à grande capacidade de se ajustar às novas exigências do meio, a família tem conseguido sobreviver, mesmo diante das intensas crises. Outra característica da família é de ser a matriz mais importante do desenvolvimento humano e principal fonte de saúde de seus membros.

A expressão família monoparental foi utilizada nos anos 70 na França para denominar as unidades domésticas em que as pessoas não viviam com o cônjuge, mas com os filhos menores de 25 anos e solteiros (ARAÚJO E RITTO, 2015; SILVEIRA E SILVA, 2013).

Vale salientar que a família monoparental não é um fenômeno novo. Segundo Ferreira, Felisberto e Santana (2014), ela sempre existiu; contudo, anteriormente se dava principalmente por motivo de viuvez de um dos cônjuges, já que a expectativa de vida da população era menor. Entretanto, este arranjo familiar pode resultar de outros fatores, como uma decisão voluntária ou involuntária do genitor, como ressaltam Araújo e Ritto (2015) e cresce a partir da instituição do divórcio (Lei nº 6.515 de 26/12/1977); porém, quando se trata de famílias monoparentais femininas, para além das situações de divórcio ou separação conjugal, elas podem ser compostas por mulheres solteiras, viúvas ou por mulheres que vivem com seus filhos, outros agregados ou parentes (MACEDO, 2008). Há aquelas que planejam e optam por um projeto familiar solitário, através da procriação sem um parceiro. Também conhecido como *Single Mother by Choice* (SMC), que “indica uma posição superior na hierarquia entre as monoparentais pela opção escolhida para conceber seu(s) filho(s)” (FONTES, 2015 p. 35).

Assim sendo, Babiuk (2014) ressalta que, no Brasil, a Constituição Federal de 1988 trouxe possibilidades para que mudanças nas relações familiares ocorressem, inclusive com a composição da família monoparental. Isso ocorre porque, antes de sua promulgação, a família era conceituada como uma organização matrimonial no modelo pai, mãe e filhos, o que se transformou à medida que, por meio do aparato legal, seu significado foi ampliado, reconhecendo a diversidade de composições familiares. As famílias monoparentais femininas, em grande parte, são associadas às situações de vulnerabilidade econômica (CUNICO E ARPINI, 2014; BABIUK, 2014), já que a mulher se torna a provedora do sustento familiar, assume funções domésticas e de cuidado com os filhos, tendendo em razão dessa realidade que se vincular a trabalhos mal remunerados. Quando fora do mercado formal de trabalho, as mulheres chefes de família e provedoras do lar tendem a aceitar a primeira oferta para poder retornar ao mercado de trabalho, mesmo que a remuneração seja inferior.

O fato de ter os filhos sobre sua responsabilidade pesa sobre sua decisão, de acordo com Babiuk (2014). Os homens tendem a aceitar oportunidades que sejam

similares ou melhores que o trabalho anterior, o que reforça as disparidades que estão vinculadas à estrutura cultural, social e histórica criada em relação à função social da mulher, ressaltando as desigualdades de gênero, vista inclusive na relação de poder estabelecida nas relações sociais entre homens e mulheres.

Segundo Bilac (2014), mudanças significativas são observadas quando as famílias tradicionais ou nucleares, formadas por casal com filhos e provedor masculino, cedem lugar aos casais de dupla renda, muitos sem filhos, e mulheres responsáveis pelos domicílios, com ou sem cônjuge. O autor destaca o fato de as famílias monoparentais, formadas por grupos de mãe e filhos ou mãe, filhos e parentes permanecerem como condicionante da responsabilidade feminina pelos domicílios.

Na ausência de ambos os pais, são também consideradas famílias monoparentais aquelas constituídas pela composição de avó e neto(s). De acordo com Fontes (2015), no Brasil e em outros países da América Latina, identifica-se o crescimento da família monoparental estendida onde há a coresidência com parentes. Segundo a autora, esse fato se deve à fragilidade econômica desse arranjo familiar, onde o bem-estar entre os indivíduos depende do que o outro indivíduo “coresidente pode ou está disposto a oferecer contra os custos adicionais de espaço compartilhado e da perda de privacidade” (FONTES, 2015, p. 37).

Geralmente, espera-se que, por meio deste arranjo, o acesso e a diversidade de recursos sejam promovidos, além do suporte social e emocional tão relevantes às mães que assumem a responsabilidade de provedora e cuidadora. No Brasil, a presença das avós na extensão familiar se dá com frequência devido à longevidade, disponibilidade e condições financeiras.

Devido a várias funções assumidas sozinhas, as mulheres provedoras de família monoparental, com frequência deixam de “atender às suas necessidades individuais como lazer, educação, cultura e lateralizam sua autorrealização, para se dedicar à família” (BABIUK, 2014, p. 181).

Embora o arranjo de família nuclear se mantenha em maior proporção no Brasil, algumas mudanças são perceptíveis. Uma delas se refere à pessoa responsável pela família que, de acordo com o Censo 2010, no período de 2000 a 2010, apresentou um crescimento expressivo das famílias com a pessoa responsável do sexo feminino, inclusive nas que contavam com a presença de cônjuge. A questão de gênero perpassa todos os arranjos familiares, havendo

especificidades em cada um deles. A mudança de valores culturais relacionados ao papel da mulher na sociedade brasileira, o expressivo ingresso da mulher no mercado de trabalho, o aumento de sua escolaridade em nível superior e a redução da fecundidade “são fatores que podem explicar esse reconhecimento da mulher como responsável pela família” (IBGE 2010, p. 82).

Sobre as famílias em que as mulheres são as responsáveis, identificou-se que em 21,2% a responsável não possui rendimento, em detrimento ao cônjuge (provavelmente do sexo masculino) que possui fonte rendimento, o que é característico no Brasil, onde a taxa de atividade masculina é superior à feminina.

2.2. A mãe trabalhadora

As mulheres no Brasil tendem, de forma recorrente, a se inserirem no mercado de trabalho em situação de desigualdade, seja na permanência e ascensão profissional, isso quando conseguem acesso. A disparidade salarial, a condição de informalidade, a ocupação com o trabalho doméstico, entre outros fatores, reforça que as condições de trabalho entre homens e mulheres são desiguais. Quando a maternidade se apresenta, a mulher precisa superar novos desafios. De acordo com o IPEA (2020), as mulheres são mais propensas a trocar remuneração por trabalho flexível devido às pressões sociais para que se dediquem mais tempo a tarefas voltadas ao âmbito familiar. O cuidar de crianças se apresenta como um importante componente. Assim a maternidade, associada ao estado civil e à composição familiar, de acordo com o IPEA (2020 p. 2), “pode reforçar as desigualdades de gênero e gerar implicações importantes na divisão de trabalho intrafamiliar (remunerado e não remunerado), limitando as oportunidades das mulheres”.

2.2.1. O mercado de trabalho

As mulheres, no que tange ao mercado de trabalho e à divisão social de papéis (entre homens e mulheres), continuam ocupando um lugar de desprestígio. O processo sócio-histórico fortemente influenciado pelo sistema patriarcal e o processo de colonização reforçam e fundamentam esta realidade no Brasil.

Para Guiginski e Wajnman (2019), embora a incorporação das mulheres brasileiras ao mercado de trabalho seja expressiva, ela não é acompanhada de avanços significativos no processo de redefinição das relações de gênero principalmente no que se refere às responsabilidades domésticas. As autoras argumentam, ainda, que a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho está fortemente atrelada à dimensão salarial, em que as mulheres que têm filhos quando comparadas a outras mulheres que compartilham características pessoais e de inserção no mercado de trabalho semelhante, recebem salários inferiores, ou seja, a penalidade pela maternidade.

A discussão sobre gênero representa grande avanço para o movimento feminista, à medida que coloca em voga pautas tão relevantes como o reconhecimento da mulher como cidadã e indivíduo dotado de direitos como qualquer outro, as bases de dominação e exploração masculina, conforme Castro, Santos e Santos (2018). Os autores ressaltam que, ao longo de todas as épocas, a sociedade, seja por meio das ideologias e/ou mídias, esforçou-se em transmitir a imagem da mulher como sexo frágil, como um indivíduo que necessita de cuidados e inferior, ou seja, que precisa de alguém que a instrua e a conduza. São crenças herdadas do período patriarcal.

De acordo com Saffioti (2004 *apud* CASTRO; SANTOS E SANTOS, 2018 p. 5), dentro da organização da economia doméstica as mulheres são vistas apenas como objetos de prazer e satisfação sexual, ao mesmo tempo em que são importantes como reprodutoras da força de trabalho e da geração de herdeiros. O período colonial tinha como característica marcante o poder absoluto masculino na tomada de decisões, destinando-se às mulheres o espaço e uma vida reclusa ao lar. A elas, não era permitido frequentar escola, sendo seu aprendizado voltado aos cuidados da casa, marido e filhos. Somente aos homens era permitido o acesso às escolas.

De acordo com Castro, Santos e Santos (2018), ao observar as relações sociais cotidianas, percebe-se que as desigualdades entre homens e mulheres são presentes na contemporaneidade. O conceito de patriarcado ainda é disseminado na sociedade, por isso é tão importante atentar-se para este conceito quando se discute a categoria gênero.

Nas duas últimas décadas do século XX, segundo Sorj (2005), houve grande transformação nas identidades e práticas de gênero no Brasil, resultando em um

processo de reestruturação das relações de gênero nas várias dimensões da vida social. Embora a nova posição assumida pelas mulheres, seja na economia, na política ou na educação contribua para disseminação de valores igualitários nas relações de gênero, ainda há muito a se percorrer com vistas a alcançar de fato o ideal igualitário, já que o mercado de trabalho ainda é organizado a partir do sexo dos trabalhadores, ou seja, as atividades realizadas pelas mulheres tendem a ser mais precárias no que se refere à renda, às horas trabalhadas, à formalização da ocupação, além do fato das mulheres se responsabilizarem pela quase totalidade do trabalho doméstico.

Nesse sentido, Sorj (2005) ressalta que a associação do feminino com o doméstico constitui um *habitus* muito resistente a mudanças, pelo fato de a mulher ocupar posições precárias no mercado de trabalho que, por sua vez, reforçam a afinidade natural entre o feminino e o espaço doméstico. Para a autora, os homens e as mulheres mais jovens tendem a aderir a uma perspectiva mais igualitária, sendo a educação um vetor “importante na aquisição de um sistema de crenças mais igualitário sobre a relação entre os sexos” (SORJ, 2005, p. 87).

Para Daniel (2011), o gênero é um importante elemento na esfera privada e na esfera pública. Quando se trata do trabalho remunerado, o gênero segue como um critério para criar espaços laborais diferenciados e hierárquicos, conforme Ariza e Oliveira (*apud* DANIEL, 2011, p. 329). O espaço e as relações também apresentam diferenciações a partir do gênero, tornando-se importante para experiência de homens e mulheres. Entender como homens e mulheres vivem e sentem as crises econômicas significa considerar as particularidades de inserção e participação de ambos no mercado de trabalho. Por essa razão, incluir a perspectiva de gênero nesta reflexão e atentar-se para a dinâmica do mercado de trabalho que atua de forma “generificado” (DANIEL, 2011 p. 340) permite o reconhecimento de como a economia afeta os setores e particularmente os postos ocupados por homens e mulheres.

De acordo com o SAAEMG (2016), quando se trata de ganhos e salários, 77,7% das mulheres ainda se concentram na faixa de até dois salários-mínimos, recebendo os homens rendimentos superiores. As mulheres apresentam maior escolarização que os homens; contudo, continuam a receber salários menores, muitas vezes em empregos de pior qualidade, além de ocupar em menor grau

postos de chefia. Para o autor, quando se considera a raça, a disparidade se acentua.

Em 2018, de acordo com IBGE, o valor médio da hora trabalhada era de R\$13,0 para as mulheres e de R\$14,2 para os homens. Ao se ater ao rendimento médio total, também no mesmo ano, identifica-se os valores de R\$ 2.579 (homem) e R\$ 2.050 (mulher), demonstrando que as mulheres (brancas, pretas ou pardas) têm rendimento inferior ao dos homens da mesma cor, e à medida que elas têm sua idade aumentada, há uma tendência de redução do percentual de ganho de seu rendimento.

A incorporação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil, segundo Daniel (2011), ocorreu ainda no século XIX, desde os primeiros anos de industrialização, sendo as opções de trabalho para as mulheres limitadas por sua classe social. A partir da década de 70, cresceu significativamente a mão de obra de mulheres no mercado de trabalho, bem como do seu acesso à educação formal, elevando seu grau de escolaridade.

Alguns estudos, conforme relatam Cacciamali e Tatei (2013), indicam que a igualdade progrediu mais no acesso à educação do que na mobilidade no mercado de trabalho rumo à ocupação de cargos de direção e de tomada de decisão que confirmam poder econômico e político às mulheres, configurando em uma barreira comum às profissionais de nível superior. De acordo com os autores, a resistência à contratação de mulheres no Brasil é maior do que para se contratar homens negros ou mestiços. A ocorrência deste fato fica mais evidente à medida que se avança nos cargos que ocupam posição mais elevada na hierarquia ocupacional.

A maior participação feminina no mercado de trabalho teve relativo impacto sobre a estrutura de classes brasileira, como aponta Ribeiro (2007). Porém, quando se considera a família como unidade de análise, observa-se que o impacto não está diretamente relacionado à entrada das mulheres no mercado de trabalho exatamente, porque o ingresso delas se dá em posições de classe inferiores às de seus maridos.

Outro fator relevante, ressaltado por Ribeiro (2007), trata-se da participação feminina no mercado de trabalho, onde é notória a concentração por parte das mulheres em algumas ocupações e praticamente total ausência em outras. Por exemplo, no setor não manual que envolve as ocupações de níveis médio e baixo são em sua maioria exercidas pelas mulheres, seja como vendedoras, secretárias

ou recepcionistas. Em contraponto, observa-se poucas mulheres ocupando a posição de proprietários empregadores. No setor manual, o autor destaca que há a concentração de mulheres ocupando posições no setor de serviços, na indústria tradicional, em serviços domésticos. Há, portanto, grande desigualdade de gênero na distribuição ocupacional, na medida em que as mulheres se concentram em “ocupações hierarquicamente baixas dos setores não manual, manual e rural” (RIBEIRO, 2007, p. 207).

A intensificação da entrada da mulher no mercado de trabalho, de acordo com Cordeiro (2008), promoveu uma ruptura entre trabalho e família. Outros padrões surgiram como as famílias monoparentais de chefia feminina e famílias com dois provedores. Isso foi devido ao enfraquecimento do modelo que estabelecia a mulher exclusivamente como cuidadora e o homem como provedor. O autor faz menção às altas taxas de desemprego, a baixa remuneração para algumas ocupações como um fator marcante da atual economia e que refletem a necessidade da imersão da mulher no mercado de trabalho, com vistas a aumentar e ou manter a renda familiar.

Para Guimarães (2002), a inviabilização das diferenças, desigualdades e discriminações se sustentam em argumentos com relação à natureza do trabalho ou da sociedade. Segundo a autora, esses argumentos têm continuidade na representação sobre a modernidade industrial, difundida a partir de novos paradigmas de organização e uso do trabalho. O autor, usando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD para o período compreendido entre 1989 e 1998/99, para análise do mercado de trabalho e os trabalhadores industriais, destaca uma permanência no que concerne às desigualdades. Quando o enfoque é dado ao ingresso, à permanência e à mobilidade do trabalhador no ambiente de trabalho, o fato de as oportunidades ocupacionais serem seletivas pesando para isso, as qualidades e qualificações mais uma vez se evidenciam à desigualdade, já que se exige um processo de desenvolvimento de competências continuado, resultado de um novo conjunto de atributos socialmente valorados. Nesse aspecto, a indústria dá preferência a atributos da masculinidade, evidenciando a permanência de profissionais homens e brancos neste mercado e comprova o quanto se distancia do acesso a mulheres e, principalmente, mulheres negras. Para além das diferenças na inserção no trabalho industrial, quando se observa os grupos de sexo e cor, outro fator de desigualdade que se trata das diferenças salariais fica evidenciado (GUIMARÃES, 2002).

Para Castro, Santos e Santos (2018), a opressão da mulher pelo homem antecede à sociedade capitalista e não tende a desaparecer em outras formas de sociabilidade de forma rápida. Embora a dinâmica da sociedade tenha modificado o como estas se subordinam aos homens, fato é que ainda se fazem presentes as desigualdades de gênero entre homens e mulheres, seja no mercado de trabalho, seja em outras áreas. Isso porque a mulher sofreu e sofre as consequências de uma sociabilidade machista e com resquícios de um sistema patriarcal.

Embora a modernidade e a ruptura com formas mais tradicionais de organização da vida social tenham oportunizado uma evolução na condição das mulheres, empreendendo novos valores, a relação de hierarquia entre os gêneros, onde os homens assumem posições dominantes e mais valorizadas ainda está presente (CYRINO, 2009). A autora reforça que o trabalho feminino, quando comparado ao trabalho masculino não deve ser avaliado apenas sob a ótica quantitativa e da desigualdade, por considerações sobre acesso desigual de ambos ao mercado de trabalho, sobre a questão da segregação sexual, entre outros. A dinâmica entre a esfera pública e a privada, segundo ela, precisa ser mais bem compreendida do ponto de vista das relações de gênero.

Cacciamali e Tatei (2013) apontam que um passo importante seria a mudança de mentalidade com respeito às relações de gênero, seja no sistema educativo, em outras instituições sociais, de saúde, de gestão econômica e política entre outras. Nesse sentido, mudanças institucionais influenciariam também as redes de sociabilidade e promoveriam outra forma de se ver a mulher por parte da sociedade e por si própria, abrindo novos caminhos, contribuindo para a mobilidade social positiva da mulher.

Quanto ao nível de instrução da população ocupada na faixa etária de 25 a 49 anos, o IBGE (2018) apresenta um aumento. Em 2012, por exemplo, os homens e as mulheres ocupadas que tinham ensino superior era respectivamente de 13,1% e 16,5%. Já em 2018, de 18,4% e 22,8%. Em 2018, a participação das mulheres foi maior entre os ocupados nas ocupações elementares (55,3%), trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados (59,0%), entre os profissionais das ciências e intelectuais (63,0%), e como trabalhadores de apoio administrativo (64,5%), agrupamentos nos quais elas eram maioria entre os ocupados.

2.2.2. O trabalho doméstico

Quando se trata das desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, identifica-se uma sobrecarga de atividades e responsabilidades por parte das mulheres no interior das famílias. Com isso, o lugar da mulher no mercado de trabalho é “afetado pela simbologia construída socialmente acerca dela, e isso tem implicações diretas para a manutenção do capitalismo” (CASTRO, SANTOS E SANTOS, 2018, p. 10). A imagem construída da mulher, vinculando-a aos dons e habilidades consideradas naturalmente femininas acaba por descaracterizar o trabalho e desvalorizando-o. Assim, a inserção no mercado de trabalho não garantiu às mulheres sua emancipação; afinal, elas continuam sendo responsáveis pelas atividades domésticas, assumindo uma dupla jornada de trabalho.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho, segundo SAAEMG (2016), apresenta avanços; contudo, o trabalho doméstico continua, na maioria das vezes, sob sua inteira responsabilidade. Elas se dedicam em média 26,6 horas semanais na realização dos afazeres domésticos, representando o trabalho doméstico a maior ocupação da mulher brasileira. Os homens, de acordo com IBGE (2010), dedicam-se cerca de 10,5 horas por semana. De acordo com Cyrino (2009), as mulheres dedicam-se três vezes mais tempo do que os homens em atividades domésticas, inclusive quando o homem se encontra em situação de desemprego.

Guiginski e Wajnman (2019) ressaltam que, para as mulheres casadas, a média de horas semanais trabalhadas tende a diminuir a cada hora adicional de trabalho remunerado, porém sem a contrapartida dos seus respectivos cônjuges. Portanto, mesmo quando a mulher é a provedora financeira principal do casal, ela continua assumindo mais tarefas domésticas do que seu cônjuge.

As atividades domésticas e de cuidado não são valorizadas socialmente e nem tidas como trabalho. São compreendidas como responsabilidades, obrigações que cabem à mulher. Um trabalho reprodutivo que é primordial para o desenvolvimento da sociedade; porém, devido à opressão de gênero e aos resquícios do patriarcado passa a ser “invisibilizado, não sendo considerado fundamental, principalmente, pelos homens” (SAAEMG, 2016 p.142). Dessa forma, a divisão sexual do trabalho elucida a razão de a mulher ser responsável pelo

trabalho doméstico e pelo cuidado com os filhos e família, mesmo quando ela se dedica a uma atividade laboral externa, acumulando uma dupla jornada.

A incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, embora considerável, não é acompanhada de avanços significativos no “processo de redefinição das relações de gênero no âmbito das responsabilidades domésticas” (GUIGINSKI E WAJNMAN, 2019 p. 2). As funções tradicionais exercidas pelas mulheres secularmente e que permanecem como encargo específico feminino, de acordo com Melo, Considera e Di Sabbato (2007), têm um caráter de invisibilidade social, sendo desqualificadas e desvalorizadas socialmente. No contexto da família, o trabalho produtivo em sua maioria produzido pelas mulheres se constitui em grande quantidade de serviços domésticos. Um trabalho que é ocultado e não contabilizado (TORRES, 2010; CHIAVASSA, 2004) havendo, portanto, a necessidade de se considerar e de se avaliar os aspectos quantitativos e qualitativos do trabalho doméstico.

De acordo com Jesus (2018), no trabalho doméstico estão compreendidas atividades que exigem realização diária, atividades que podem ser realizadas de modo programado, outras que precisam ser realizadas de acordo com a demanda, além das atividades que estão voltadas à organização de tarefas. Todas, portanto, identificadas como necessárias ao funcionamento do domicílio e bem-estar dos que ali residem. Com isso, uma diversidade de atividades, tais como: limpeza, preparo das refeições, compras, pagamentos, pequenos reparos no domicílio, atividades de cuidado com a família, entre outras ações, apresenta-se como responsabilidade que cabe às mulheres, fazendo com que estas tenham a necessidade de articular sua atuação profissional com as demandas domésticas. Segundo a autora, embora as mulheres tenham avançado na conquista da esfera pública, com a ocupação de cargos de trabalho remunerado, no que tange à dinâmica doméstica, percebe-se que se mantém praticamente inalterada.

Outro fator relevante apresentado por Jesus (2018), quando se analisa o trabalho doméstico, é que as mulheres produzem dentro dos domicílios mais trabalho doméstico do que consomem. Na verdade, “passam toda a vida adulta na condição de transferidoras líquidas de trabalho doméstico” (JESUS, 2018, p. 106). Por outro lado, os homens se apresentam como consumidores líquidos desse recurso, ou seja, consomem mais do que produzem. A autora ressalta que esse fato se acentua quando se avalia a situação socioeconômica, sendo que as mulheres

mais pobres se tornam transferidoras líquidas quase 10 anos antes quando comparada às mulheres de classes abastadas.

Ao estimar o nível de produção do trabalho doméstico no Brasil, verificou-se, de acordo com Jesus (2018), que o rendimento-hora referente às atividades de cuidados e outros afazeres domésticos, no ano de 2013, representou 10,44% do PIB brasileiro. Já o trabalho remunerado feminino representou 8,4% do PIB brasileiro, um demonstrativo de quanto as mulheres contribuem para a economia, visto que, ao incorporar o trabalho doméstico à produção econômica, evidencia-se que os níveis de produção de homens e mulheres são praticamente os mesmos.

2.2.3. Especificidades do trabalho para as mulheres que são mães

Um fator que afeta a inserção das mulheres no mercado de trabalho está relacionado ao acesso a creches, pois as que têm seus filhos frequentando creches podem se dedicar mais ao trabalho quando comparadas às que os filhos são cuidados em casa, podendo, inclusive, conseguir uma melhor inserção no mercado de trabalho. Para Sorj (2004), a política pública de educação infantil é um fator relevante para o ingresso das mães no mercado de trabalho e contribui para a elevação da renda familiar e dos salários.

Aos homens, são atribuídas principalmente as atividades produtivas, geradoras de renda, realizadas no espaço público, enquanto às mulheres são atribuídas as tarefas reprodutivas, ou seja, os cuidados com o bem-estar físico e emocional da família, envolvendo o “cuidado com a própria moradia, com a criação e a educação dos filhos” (BRUSCHINI E RICOLDI, 2009, p. 96). As mães, segundo as autoras, organizam sua rotina em função dos filhos, principalmente quando estes são pequenos. O seu dia é estruturado, de forma a possibilitar que os cuidados com os filhos sejam atendidos, seja alimentação, vestimenta, levar as crianças à creche ou à escola, acompanhamento do desenvolvimento escolar, o educar e orientar, promoção do diálogo, atenção e de um tempo juntos.

Além dos cuidados com os filhos, os afazeres domésticos também precisam ser inseridos nesta rotina, bem como as atividades laborais exercidas e que exigem muitas vezes que estejam o dia inteiro fora de casa. As trajetórias profissionais femininas perpassam as necessidades da família e o cuidado infantil.

As mães trabalhadoras precisam com frequência recorrer à ajuda de parentes, vizinhas ou, eventualmente, a um auxílio remunerado, segundo Bruschini e Ricoldi (2009), para assegurar o cuidado com os filhos. Quando os filhos são mais velhos, geralmente eles passam a colaborar com os afazeres domésticos e com o cuidado com os irmãos menores.

Para Muniz e Veneroso (2018), o menor número de horas trabalhadas, o tempo de experiência, a penalidade materna que é diferente por classe de renda, são condicionantes da produtividade e dos salários mais baixos recebidos pelas mulheres, mesmo quando as mulheres apresentam mais anos de estudo que os homens. Isso porque as mulheres continuam sendo destinadas às responsabilidades domésticas e às funções socializadoras na família, conforme apresentado por Muniz e Veneroso (2018), exigindo que elas tenham que conciliar o papel profissional com os papéis familiares. Nesse aspecto, as mulheres de classes mais baixas, por precisarem conciliar essas duas esferas, acabam se concentrando em ocupações que não exigem dedicação em tempo integral, onde o retorno financeiro é baixo e inviabiliza a progressão de carreira. Com isso, trabalhos informais, sem garantia dos direitos trabalhistas tendem a concentrar maior parcela das mulheres justamente por permitirem que as elas possam conciliar família e trabalho.

Há, segundo os autores, normas compartilhadas que depreciam o trabalho feminino, além da desqualificação com que alguns responsáveis pela remuneração veem o trabalho das mulheres. Embora haja a penalidade materna para a inserção das mulheres pobres no mercado de trabalho, fatores como escolaridade e ocupação são mais significativos no processo de desigualdade de renda entre homens e mulheres. Para Muniz e Veneroso (2018), esta desigualdade afeta, sobretudo, as mulheres de classe baixa e classe média. Isso porque as mães de classe alta não precisam conciliar o cuidado da família e filhos com o trabalho. Estas por disporem de recursos podem com mais conforto realizar suas escolhas.

Quando se trata do cuidado, sejam as crianças, idosos, adultos com incapacidades, Jesus (2018) ressalta que, em países da América Latina, ainda não possuem caráter de direito do cidadão ficando a cargo da família, com destaque para as mulheres, responsabilizar-se por esta função. Essa realidade reflete diretamente na participação das mulheres no mercado de trabalho. A remuneração das mulheres com filho, por exemplo, precisa cobrir os custos da terceirização do trabalho doméstico e dos cuidados com os filhos.

À medida que o nascimento de um(a) bebê se aproxima, a probabilidade de trabalhar das mães cai fortemente em detrimento da dos pais. De acordo com o IPEA (2020), por meio do painel rotativo da PNAD, identifica-se que, embora haja uma crescente inserção laboral das mulheres nas últimas décadas, as diferenças de gênero são perceptíveis nos indicadores de produtividade e renda.

As mulheres que mais deixam de trabalhar durante a gravidez são aquelas sem cobertura previdenciária. Quando se observa as que têm cobertura, a queda se acentua após a licença-maternidade, quando se encerra o período de estabilidade legal. Outro fator relevante identificado por meio da análise é que a diferença das futuras mães que não estudam e não trabalham é superior ao dos futuros pais, o que se acentua após o nascimento dos(as) filhos(as). O estudo ressalta a “relevância do sistema de proteção social para oferecer mais e melhores alternativas quanto a trajetórias reprodutivas, laborais e educacionais de mulheres e homens” (IPEA, 2020, p. 7).

2.3. O cuidado com os filhos

Bilac (2014) considera que o modelo de articulação entre trabalho e família não sofreu mudanças significativas, isso porque, quando não é a própria mulher que acumula essas funções parcialmente ou em sua totalidade, ela pede auxílio à outra mulher por meio da delegação do trabalho doméstico e cuidado com os filhos recorrendo à empregada doméstica remunerada ou à rede de parentesco e vizinhança.

Para Barrère-Maurison (1992 *apud* TORRES, 2010, p. 106), o trabalho e a família são regidos cada um pelas suas lógicas próprias e dinâmicas específicas, porém se aproximam um do outro, e estão igualmente em relação um com o outro à medida que ambos estão submetidos à divisão sexual do trabalho.

As alternativas de atividades de cuidado apresentam diferenças entre as classes sociais, sendo também distintas as possibilidades de acesso e de usufruir dos níveis de bem-estar, de acordo com Enríquez (2012).

O cuidado afeta a todas as pessoas, sem distinção, em algum momento de sua vida. Com isso, espera-se que grande parte da população assuma responsabilidades vinculadas à sua provisão, principalmente, se for mulher na condição de filha, mãe, esposa, avó (CEPAL, 2016). O cuidado se refere às

atividades, aos bens e aos serviços que permitem as pessoas se alimentarem, estudarem, estarem com saúde e viverem num ambiente propício.

Segundo Montaña y Calderón (2010), por se relacionar a necessidades mais básicas e relevantes para a existência das pessoas, envolve o cuidado material, econômico e psicológico. Enríquez (2012) adverte que a feminização do cuidado extrapola os domicílios à medida que as mulheres também se envolvem em atividades de cuidado remuneradas na área da saúde, educação e no trabalho doméstico. Isso, por sua vez, promove sua naturalização (ENRÍQUEZ, 2012; CEPAL, 2010; SAAEMG, 2016), posto como um assunto de mulher, visto como algo que representa o privado, não considerando sua amplitude, e como um problema de política pública. Quando se trata de mulheres pobres, a autora ressalta que as responsabilidades de cuidado as impõem condições que limitam seu acesso a recursos econômicos, como ser responsável pela maior parte do cuidado; ter menores e piores oportunidades no mercado de trabalho; não dispor de recurso suficiente para acessar serviços de cuidado.

O trabalho de cuidado, então, prossegue sendo tratado como uma questão apenas das mulheres e, com isso, deixa de ser compartilhado com os homens. Para fins de sua autonomia econômica, a mulher se vê com a incumbência de administrar o tempo dedicado ao trabalho de cuidado e ao trabalho remunerado. O modelo de sociedade onde as mulheres são responsáveis pela reprodução da família trabalhando em suas casas e onde os homens trabalhando fora assumindo a função de provedor “nunca ocorreu para a grande parte das mulheres” (SSAEMG, 2016, p. 145) que acumulam uma dupla jornada de trabalho.

O diagnóstico CMDCA de Belo Horizonte (2013) aponta que as escolas têm sido o maior parceiro das famílias, no que tange ao cuidado e ao desenvolvimento integral das crianças. Destaca-se, ainda, a necessidade de ampliação dessa rede de cuidado, além de ações e políticas públicas que contemplem a diversidade dos atuais arranjos familiares.

As políticas de cuidado acabam ocupando um lugar secundário e, quando existem, são concebidas como benefício para as mulheres. Dessa forma, o trabalho feminino tende a ser desvalorizado socialmente (CEPAL, 2010), como, por exemplo, quando se observa os direitos da mulher trabalhadora, tendo em vista a proteção à maternidade, com a licença e outras normativas já consolidadas em muitos países,

ou seja, uma conquista e avanço. Por outro lado, identifica-se que os empregadores tendem a não contratar mulheres e vinculam altos custos à mão de obra feminina.

O cuidado dentro do recorte estabelecido nesta pesquisa não pode ser visto somente a partir de um ator, mas requer uma discussão e atenção acerca dos direitos das crianças e dos(as) adolescentes, bem como dos direitos da mulher, sendo inclusive, relevante rever os valores e modelos de masculinidade. Nesse sentido, Cepal (2010) pontua caminhos que precisam ser trilhados nesta perspectiva e que assegurem direitos à mulher, como fortalecer o acesso ao trabalho em igualdade de oportunidade; desfamiliarizar a política social, reforçando que o cuidado a terceiros não é assistência à mulher, e sim um direito do indivíduo que está sendo cuidado; promover mudanças no tempo dedicado ao cuidado familiar dos filhos por meio de políticas públicas; reestruturação dos serviços públicos de educação, transporte, saúde de modo que seja compatível com o horário de trabalho das mães e pais entre outras ações.

Para Cepal (2010), os componentes do cuidado se referem à disponibilidade de tempo e dinheiro para cuidar, além de serviços de educação infantil, uma legislação laboral que trate e amplie as responsabilidades do cuidado no que tange aos recém-nascidos e à primeira infância, estabelecendo o cuidado aos idosos e às pessoas doentes dentro do núcleo familiar da trabalhadora assalariada ou do homem trabalhador. Um conjunto de direitos já foi reconhecido e contribui fortemente para o exercício do cuidado em condições de qualidade e ao direito de ser cuidado. Entretanto, ainda se vê a necessidade de implementação de políticas públicas que respondam de maneira mais ampla e assegure os direitos, mesmo porque o trabalho de cuidado não é realizado exclusivamente no ambiente doméstico e de forma não remunerada, conforme ressalta Cepal (2010).

Ao longo da história, as instituições da sociedade civil, o Estado, o mercado e as famílias intervieram na distribuição do cuidado, vinculando-o à produção de bem-estar, ou seja, visando garantir aos indivíduos direitos econômicos e sociais, reduzindo seu nível de dependência com respeito às suas famílias e aumentando sua capacidade de controle sobre os recursos. Embora o cuidado seja um trabalho que exija tempo e conhecimento como qualquer outro, no âmbito familiar, é assumido um caráter obrigatório e desinteressado, outorgando uma dimensão moral e emocional. Por outro lado, quando o trabalho de cuidado é realizado fora do ambiente familiar, ele apresenta características de serviço e assistência, de acordo

com o autor, ressaltando ainda que o que unifica a noção de cuidado é justamente se tratar de uma tarefa realizada majoritariamente por mulheres no ambiente familiar e no mercado de trabalho.

A potencialidade de oferecer cuidados e a realização da capacidade de cuidar exercida, de acordo com Cepal (2010), define a posição da mulher na família, além de suas oportunidades no mercado de trabalho e relacionamento com parentes. Um processo social e cultural que conduz a mulher à especialização nas tarefas de cuidado, separando-a das esferas de produção e de reprodução.

A maior taxa de desemprego está entre as mães com filhos pequenos, que ainda não estão na escola, de acordo com Guiginski e Wajnman (2019), por motivo dos empregadores optarem por contratar mulheres com menor carga de responsabilidades familiares e domésticas, além do fato de as mães trabalhadoras estabelecerem restrições que privilegiem o acesso a um emprego que seja mais aceitável, como o trabalho autônomo, que lhes possibilitem de certa forma um equilíbrio entre as demandas do trabalho e da família e maior flexibilidade, se comparado ao trabalho assalariado. Porém, apresenta algumas desvantagens à mãe trabalhadora, como baixa qualidade do emprego, menor remuneração e proteção social.

Os pais também atuam como provedores de cuidado, o que deve ser ressaltado; contudo, as mulheres continuam à frente desta função. Os homens geralmente contribuem quando há falta de recursos humanos para tal finalidade (CEPAL, 2010). De acordo com UNFPA e Instituto Papai (2007), o ato de cuidar é ainda visto como uma atividade feminina, e os desdobramentos dessa realidade são, entre outros fatores, a dificuldade em ocupar posições no mercado de trabalho em decorrência das responsabilidades de cuidado, seja com os filhos, pessoas idosas, com deficiência ou algum outro problema de saúde. Porém, os homens, segundo o autor, não são incompetentes para o cuidar.

Quando se estabelece o cuidado com base no referencial feminino, os homens podem ser considerados como não envolvidos no ato de cuidar ou que não sabem fazê-lo, ressalta UNFPA e Instituto Papai (2007). O que se vê é um comportamento do homem que está alicerçado numa construção social, sendo necessário, ainda na infância, apresentar aos meninos outros valores e modelos de masculinidade. Ensiná-los e oportunizar que aprendam cuidar, já que o cuidado é uma habilidade que se aprende ao longo da vida. Para o autor, o processo de

socialização do homem tende a promover estilos de vida violentos e autodestrutivos, por isso o prazer e as responsabilidades por educar meninos e meninas para a igualdade devem ser compartilhados entre mulheres e homens.

No cuidado dos filhos e das filhas, na cultura machista, a exigência é de que a mulher tenha um ótimo desempenho no plano afetivo, e o homem, principalmente, a responsabilidade financeira. “Aos homens não cabe apenas a garantia de sustento da família” (UNFPA; INSTITUTO PAPAI, 2007, p. 11). Ainda que o casal esteja separado, pai e mãe podem negociar a divisão de atribuições e responsabilidades. Homens que desempenham tarefas de cuidado para com as crianças relatam uma grande satisfação em seu cotidiano, de acordo com o autor.

A crítica à divisão sexual do trabalho se encontra nos fundamentos do pensamento feminista, quando da separação do espaço público produtivo e o privado reprodutivo que favorece a subordinação das mulheres no espaço doméstico. As funções derivadas da divisão sexual do trabalho são uma construção social, assim como a noção de trabalho e sua vinculação ao salário (CEPAL, 2010). Certo é que, independentemente do que influencia a mulher para realizar o cuidado dos filhos (normas, imposições socioculturais, instituições sociais), esta atribuição vai resultar em riscos econômicos e desvantagens na esfera produtiva, sendo, portanto, imprescindível “redefinir os papéis de gênero”, considerando “os novos papéis sociais desempenhados pelas mulheres” (GUIGINSKI E WAJNMAN, 2019, p. 21).

2.4. O capital social e as redes sociais de apoio

O capital, um termo da área econômica, incorporou-se à análise social a partir do estudo das desigualdades, conduzidos por Bourdieu e Coleman. O conceito de capital passou a ser tratado de modo mais amplo, incorporando as vertentes cultural e social, para além da econômica. Fica claro que os capitais, enquanto recursos, relacionam-se, são transversais e/ou se convergem.

Segundo Franco (2001), as tentativas de explicar o processo social, a partir apenas dos movimentos de base econômica da sociedade, revelaram-se inconsistentes. Isso porque, explicavam a realidade social baseada em modelos de causalidade e padrões de realidades lineares, atrelando o desenvolvimento social como resultado econômico, como faziam alguns economistas. O autor pontua que

sem se atingir certo nível de desenvolvimento social, há grandes dificuldades por parte das sociedades em se expandir economicamente.

Para a ciência contemporânea, o propósito está em revelar o processo subjacente, a dinâmica de relações que dá origem às supostas estruturas, “as configurações geradoras de regularidades que, para os modos clássicos de olhar, fazem com que as mesmas forças, atuando nas mesmas condições, produzam os mesmos fenômenos” (FRANCO, 2001, p. 32).

O capital social na literatura recente se apresenta por meio de dois grandes conjuntos conceituais. De acordo com Prates, Carvalhaes e Silva (2007), um está estruturado na definição culturalista, identificando o capital social com práticas institucionalizadas de cultura cívica e o outro, na dimensão individual-utilitária onde o capital social é compreendido como uma relação empática entre as pessoas ou grupos. Conforme Gonçalves (2010), o capital social existe a partir de relações de um grupo de pessoas é intersubjetivo, precisando, sobretudo, da confiança, da internalização de normas e valores e predisposição à cooperação, o que proporciona o compartilhamento dos benefícios que possam ser conquistados.

Para Bourdieu (1980), o capital social, enquanto elemento constitutivo, apresenta-se nos benefícios obtidos pelos indivíduos mediante sua participação em grupos ou redes sociais, ou seja, é nas redes de relações sociais que os indivíduos têm acesso aos recursos dos membros do grupo ou da rede, e a quantidade e a qualidade de recursos do grupo. Nesse aspecto, o capital social tende a ser transformado em capital econômico ou em capital cultural.

O conceito de capital social é solidário com suas formulações sobre disposições duráveis, *habitus* de acordo com Bonamino *et al* (2010). O *habitus* é o sistema de esquemas para a elaboração de práticas concretas, ou esquemas estruturados, incorporados pelos agentes por meio de um senso prático que facilita sua orientação nos domínios relativos à existência social. A ação é, portanto, guiada por uma razão prática, que é a lógica do senso prático. Bourdieu (1986) ressalta que o capital incorporado, ou seja, a riqueza externa convertida em parte integrante da pessoa, em um *habitus*, não pode ser transmitida instantaneamente por presente ou legado, compra ou troca.

A rede de relacionamentos é produto do investimento e de estratégias individuais ou coletivas, de acordo com Bourdieu (1986), voltadas ao estabelecimento de relações sociais que são utilizáveis no curto ou longo prazo. A

transformação de relações de vizinhança, local de trabalho e/ou de parentesco em relações que são ao mesmo tempo necessárias e eletivas, originam obrigações sentidas de forma subjetiva ou garantidas institucionalmente. Portanto, para Bourdieu (1986), o volume do capital social acessado por um indivíduo está atrelado ao tamanho da rede de conexões que ele mobiliza, além do volume de capital econômico, cultural ou simbólico que cada um com quem está conectado possui.

Alguns aspectos identificados nas relações das redes sociais de apoio são destacados por Bourdieu (1986), ao afirmar que a reprodução do capital social está vinculada ao esforço “incessante de sociabilidade” (BOURDIEU, 1986, p. 22), havendo uma série de trocas com o seu reconhecimento “continuamente afirmado e reafirmado”. Também, pontua sobre o fato de os possuidores de um capital social serem procurados pelo seu capital. Eles passam a ser conhecidos, inclusive, por mais pessoas do que eles próprios conhecem, sendo seu trabalho de sociabilidade, altamente produtivo. Gera-se, portanto, uma confiança atrelada a este conhecer bem.

Para Bourdieu (1980), o capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais vinculados à posse de uma rede de relações duráveis. Singly (2007) reforça a importância do termo capital social partindo de Bourdieu, que compreendia que, em relação ao capital social, o valor do indivíduo não estava fixado pelo montante de capital que possuía, mais dependia também dos recursos que podiam ser mobilizados através da rede de relações familiares, não o reservando somente a famílias mais ricas, mesmo porque Bourdieu (1980) define o capital social como a agregação de recursos atuais ou potenciais com uma rede durável de relações institucionalizadas de reconhecimento e de inter-reconhecimento, dando ao indivíduo o sentimento de pertencimento a um grupo específico. Para que isso ocorra, as trocas materiais e simbólicas são estabelecidas por meio das redes sociais.

O capital social consiste, segundo Bourdieu (1987), de recursos baseados em contatos e participação em grupos, havendo uma conexão e uma retroalimentação entre o capital social e o capital cultural à medida que a legitimidade de uma cultura está vinculada à delimitação dos contatos sociais que se formam e se propagam através de uma base cultural.

Nas relações sociais, de acordo com Bourdieu (1986), são formadas inclusive redes de comunicação que propiciam recursos para a obtenção de vantagens para a formação de novos contatos que podem dar acesso a novos recursos e vantagens.

Os lucros que resultam da participação em um grupo são a base da solidariedade que os tornam possíveis, mesmo porque os lucros nem sempre são perseguidos de forma consciente, conforme Bourdieu (1982). Nesse aspecto, a rede de relacionamentos é produto do investimento e de estratégias que podem ser individuais ou coletivas, conscientes ou não, com vistas a estabelecer ou reproduzir relações sociais que sejam utilizáveis no curto e no longo prazo. E é por meio das relações de vizinha, trabalho e/ou de parentesco, que são necessárias e ao mesmo tempo eletivas, o surgimento das obrigações duradouras que, de acordo com Bourdieu (1986), apresentam-se como sentimentos de gratidão, respeito, amizade, além das garantidas, institucionalmente, como os direitos. A reprodução do capital social está atrelada a um esforço incessante de sociabilidade, por meio de trocas contínuas onde o reconhecimento é continuamente afirmado e reafirmado, segundo o autor, que ressalta que acumular e manter o capital social aumenta em proporção o tamanho do capital.

Para Franco (2001), o capital social é o grau de capacidade de cooperar de uma sociedade. Não sendo a virtude humana de um indivíduo que se soma a virtude de outros indivíduos para compor o estoque de capital social de uma sociedade, é necessário um padrão de organização, um modo de regulação adotado por essa sociedade, a fim de gerir o capital social, ou seja, favorecer ou não sua geração, acumulação ou reprodução. De acordo com o autor, no que tange ao conceito de capital social, evidencia-se a capacidade de viver em comunidade, de interagir socialmente, de sorte a criar e manter contextos onde se manifeste um éthos de comunidade, por meio de interações sociais que promovam o reconhecimento mútuo, confiança, reciprocidade e a ajuda mútua, solidariedade e cooperação. Contudo, o autor ressalta que não basta existirem relações de parceria, sendo necessário que exista também uma função sistêmica, relacionada a um padrão organizativo e a um modo de regulação para gerar ou para ampliar tal fenômeno. Assim, o capital social é, de fato, social; não é pessoal ou apenas interpessoal.

Assim sendo, torna-se importante, de acordo com Franco (2001), trabalhar o conceito de capital social de uma forma diferente, prestando atenção no que valem as relações para a mudança dos padrões e dos modos de regulação das sociedades

de dominação, levando-se em conta seus aspectos qualitativos, partindo das características cooperativas dos seres humanos sociais.

Desse modo, Granovetter (1973) estabelece três tipos de ligação dentro das redes: 1) os laços fortes, caracterizados por situações de conhecimento face a face com grande periodicidade e intensidade, podendo envolver as relações de amizade e familiares. 2) Os laços fracos que acontecem com menos frequência e com menor proximidade, comum entre as pessoas que são conhecidas. 3) E os laços ausentes, ocorrendo quando um dos elementos da rede funciona e atua como uma ponte entre outros dois elementos. Assim, torna-se um elemento-chave para a estruturação de um laço entre as partes. O autor ressalta que, por meio dos laços fracos, tende-se a obter bens individuais e coletivos mais relevantes quando comparados aos laços fortes. Nessa perspectiva, a confiança se torna um relevante componente estrutural das redes pelo fato de gerar e manter as informações sobre os interesses dos indivíduos envolvidos.

Granovetter (1973), ao abordar as redes sociais dentro do viés econômico, afirma que elas facilitam a circulação de informações, asseguram a confiança, facilitando as relações entre os indivíduos. Em seu estudo sobre o mercado de trabalho, ficou evidente que as redes pessoais atuam promovendo a circulação de informações entre os indivíduos que a compõem. Nesse aspecto, torna-se mais relevante estar vinculado por meio de laços fracos, pelo fato de se alcançar pontes entre as redes, ampliando as possibilidades e as oportunidades de acesso às informações úteis à vida diária, como, por exemplo, para garantia de posição social e obtenção de empregos obtidas via aos contatos sociais.

A expressão capital social pode ser compreendida nas relações de vizinhança entre a população local, de acordo com Araújo (2003). A comunidade se beneficia da cooperação de todos quando as pessoas criam o hábito de se relacionar, por razões sociais, de lazer ou econômicas. Desse modo, o capital social, ou seja, essa rede de relações, pode ser dirigida para o bem-estar da comunidade.

O cuidado com a família, segundo Sorj e Fontes (2012), tende a ser visto como um atributo da identidade feminina. Mesmo com a crescente participação da mulher no mercado de trabalho, ela passa a se dividir entre o trabalho remunerado e os cuidados com os filhos e a família, precisando contar com o apoio das redes de solidariedade (geralmente constituídas por membros da família, como as avós) para o cuidado das crianças no período em que está trabalhando.

Para Martin e Ângelo (1999), a divisão de papéis entre os pais é definida de forma que a mulher assume a responsabilidade de educar, socializar e cuidar dos filhos, e o homem do sustento da família. A mãe se dedica a cuidar do outro, principalmente dos filhos e do bem-estar familiar. Quando as mães trabalham, de acordo com o autor, tendem a sair quando as demais atividades da casa já estão realizadas e os filhos na creche, escola, tendo seu emprego a importância à medida que, por meio dele, elas conseguem auxiliar no orçamento familiar, como também melhorar a condição de vida dos seus.

As redes sociais de apoio passam a ocupar um lugar relevante junto às famílias, principalmente quando as mães precisam trabalhar e deixar seus filhos aos cuidados de outras pessoas. Num contexto de pandemia, onde medidas de proteção com vistas à redução do contágio da doença foram estabelecidas, mudanças significativas no dia a dia dos cidadãos foram observadas. Escolas, creches, outras instituições e estabelecimentos tiveram suas atividades suspensas, medidas de distanciamento e isolamento social, o que causou restrições ao acesso e à manutenção das redes sociais de apoio já estabelecidas. Porém, algumas mães tiveram suas atividades laborais mantidas e, em decorrência disso, precisam dos indivíduos ou das instituições para cuidar de seus filhos no período de sua ausência.

Segundo Enríquez (2012), há uma necessidade e relevância de se viabilizar uma análise econômica do papel do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo, denominado como trabalho de cuidado. Para o autor, a divisão sexual do trabalho, atribuindo o cuidado às mulheres, está na raiz das desigualdades de gênero que se manifestam principalmente no mercado de trabalho. Além disso, as alternativas de organização das atividades de cuidado são diferentes, de acordo com a classe social, o que determina possibilidades diferentes no acesso aos níveis de bem-estar. Diante dessa realidade, as mães trabalhadoras se veem com várias responsabilidades e com jornadas longas para equilibrar as responsabilidades de suas atividades laborais e os cuidados com os filhos. Muitas precisam recorrer a redes sociais de apoio para saírem para o trabalho remunerado assegurando o cuidado de filhos (MARQUES, 2010).

Um ponto destacado por Fontes (2015) se refere ao desenvolvimento de redes de relações sociais com vistas à ampliação do universo de contato das mães de arranjos monoparentais, o que promove benefícios mútuos e que vão ao encontro de conforto e bem-estar aos membros que residem em seu domicílio. A limitada

cobertura da oferta e da cobertura de serviços pré-escolares no Brasil é um fator que influencia as famílias monoparentais na formação de redes sociais de apoio.

Nesse aspecto, a provisão de cuidados com as crianças por meio de instituições de educação infantil é um fator importante e que interfere no nível e na qualidade da participação das mulheres no mercado de trabalho, segundo Sorj e Fontes (2012). A delegação de cuidados com as crianças nas famílias em que as mães trabalham varia, sendo que, nas famílias mais abastadas, o cuidado fica a cargo das creches e pré-escolas particulares e dos serviços das trabalhadoras domésticas. Nas famílias de baixa renda, os cuidados com as crianças são compartilhados com instituições de educação infantil públicas e também feitos por parentes.

Para Higgins e Ribeiro (2018), a pressão de tempo para os cuidados não remunerados foi agravada diante da estabilização nas últimas décadas do emprego feminino. Isso impactou também as redes de solidariedade intergeracionais entre as mulheres, já que as avós e outras mulheres do grupo familiar também tiveram seu tempo disponível reduzido, devido à extensão de sua permanência no mercado de trabalho. Mesmo assim, o sistema de cuidados baseado na família extensa continua sendo relevante. Para o autor, a análise de redes sociais é uma ferramenta que permite enxergar o que dificilmente pode ser captado por meio de outras abordagens.

Para Araújo (2003), quando as pessoas criam o hábito de se relacionar por razões sociais ou econômicas, por exemplo, a rede de relações entre os vizinhos ou entre a população local, ou seja, este capital social, pode convergir para o bem da comunidade. O autor ressalta ainda que cultura cívica e confiança interpessoal tornam-se um recurso de poder para os indivíduos e para as sociedades. Um capital social que gera benefícios comuns a todo o grupo ou sociedade, quando as pessoas criam o hábito de se relacionar à comunidade, beneficia-se da cooperação gerada por todos.

Desse modo, Marques (2010) afirma que as redes são importantes elementos para a promoção tanto de coesão social quanto da construção de conexões e integração social, podendo auxiliar na produção de identidades, na promoção de sensação de pertencimento e na construção de controle social nas comunidades.

Já a construção de conexões tem consequências sobre a integração social, a redução do isolamento de grupos sociais específicos e a construção de padrões de

sociabilidade com troca e integração mais intensa entre grupos. Segundo o autor, o estudo das redes sociais remete aos padrões de sociabilidade existentes em um determinado contexto, ou seja, nos fenômenos sociais baseados nas “relações sociais, e não nos atributos dos indivíduos” (MARQUES, 2010, p. 43), podendo utilizar de métodos que auxiliam na “investigação de situações sociais específicas por meio da análise das conexões sociais nelas presentes” (MARQUES, 2010 p. 44).

As redes, por sua vez, podem passar por mudanças, atreladas a padrões localizados e conjunturais ou estruturais que, de acordo com Marques (2010), estão vinculados à trajetória e aos tipos de ambientes em que os indivíduos se relacionam. As mudanças estabelecidas nas redes podem gerar resultados distintos, como criar ou destruir oportunidades relacionais que, por consequência, trazem novos elementos, a saber: a alteração no tamanho e na estrutura das redes; alteração nos tipos de vínculo e sociabilidade, afetando o processo de ajuda. O ciclo de vida dos indivíduos também incide no processo de mudança das redes, uma mudança de caráter geral, mas que pode exercer influência sobre todos os nós. As redes vão se transformando ao longo da história do indivíduo. A rede de idosos, por exemplo, apresenta características distintas das redes de adolescentes e das redes de indivíduos inseridos no mundo do trabalho que também destoam das redes da infância que apresentam uma tendência a serem pequenas e baseadas em vínculos primários (família, vizinhos, amigos de parentes respectivamente) de acordo com o autor.

Há ainda as alterações que ocorrem nas redes em decorrência da saída e entrada de pessoas devido a mudanças geográficas de residência, conflitos, mudanças de ambiente organizacional ou relacional. Marques (2010) ressalta que as mudanças podem gerar rotatividade em um conjunto de vínculos de um dado ego, atingindo as relações fortes e íntimas a depender da distância física de deslocamento, quebrando a confiança e promovendo a redução da intimidade que diretamente afeta os tipos de apoio que os indivíduos podem receber de seus vínculos.

Para Vanderlinde, Borba e Vieira (2009), o apoio social é compreendido como um processo onde outras pessoas podem oferecer ajuda, fornecendo informações que levam o indivíduo a acreditar que é cuidado, podendo incorrer nas dimensões emocional, material, de interação social e de informação. Assim, a rede de apoio social das mães pela sua complexidade afeta a mãe e os filhos de diversas formas.

As redes sociais são, segundo Andrada (2012), compostas pelos indivíduos e por suas conexões. A participação na rede está associada ao capital social que, por sua vez, está vinculado ao nível de confiança entre os que a compõem, influenciando diretamente suas ações. As teorias de capital social afirmam que, por meio das formas de relacionamento e contribuições, é que se permite a cooperação e, portanto, a construção do capital social.

Era comum que nas famílias as filhas mais velhas auxiliassem as mães no cuidado dos filhos mais novos. Com a saída mais expressiva das mulheres para o mercado de trabalho, a cada dia se torna mais recorrente e necessário contar com uma rede de apoio. Devido às variáveis que influenciam o processo de escolha, torna-se difícil para os pais decidirem acerca de qual a melhor forma de cuidado alternativo para seus filhos enquanto se dedicam às atividades laborais. Muitos encontram nas famílias e amigos uma opção segura, de acordo com Vanderlinde, Borba e Vieira (2009), e, com isso, decidem por não utilizar outras opções de cuidados, como as creches, por exemplo. A rede de apoio social se torna uma alternativa para as mães que precisam conciliar seu tempo de trabalho com o cuidado das crianças, principalmente quando não contam com quem as deixar.

Um fator que impacta a realidade das redes sociais de apoio para as mães trabalhadoras, pelo fato de trabalharem fora do domicílio, por serem responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidado com a família, é o tempo para si que se torna limitado ou inexistente. Em decorrência, seu contato e convivência com amigos ou outras pessoas relevantes da rede de apoio acaba não ocorrendo, fazendo com que esta rede seja limitada de acordo com Vanderlinde, Borba e Vieira (2009). A rede de apoio social, por sua vez, precisa, para fluir bem, de tempo e investimento daqueles que dela participam.

2.5. A pandemia da COVID-19, tempo de grandes mudanças e do estabelecimento de novos cuidados

Diante de um período de pandemia que exige mudanças significativas em todos os seguimentos da vida, torna-se muito importante conhecer como a mãe trabalhadora, especificamente, tem lidado com o trabalho e com os cuidados com os filhos.

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma emergência de saúde pública de importância internacional, sendo caracterizada em março do mesmo ano como pandemia. O vírus foi identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. No mundo, segundo dados da OMS, até 5 de outubro de 2020, confirmavam-se 35.109.317 casos de COVID-19 e 1.035.341 de mortes.

Devido ao seu grande potencial de contaminação, medidas de proteção foram estabelecidas pela OMS e pelo Ministério da Saúde, com vistas a diminuir a transmissão e achatar a curva epidêmica, como lavar as mãos frequentemente com água e sabão; usar de álcool em gel e cobrir a boca com o antebraço quando tossir ou espirrar; usar máscaras; manter o distanciamento de pelo menos um metro de distância das outras pessoas; e, em outros casos, recomendou-se o isolamento social, para os casos suspeitos e/ou diagnosticados, mas em condições de recuperação em casa, para os idosos e para as pessoas com doenças não transmissíveis, porém com um risco alto de desenvolver quadros graves da COVID-19, como: doenças cardiovasculares; doença cardíaca e derrame; doenças respiratórias crônicas; diabetes e câncer (OPAS, 2020). Essas medidas também têm como objetivo aliviar os serviços de saúde, permitindo que operem sem exceder sua capacidade máxima de expansão, evitando um colapso e salvando vidas (OMS, 2020). Essas ações incorreram em mudanças em todos os setores devido à sua gravidade e aos cuidados necessários para a manutenção da vida humana.

No município de Belo Horizonte, a prefeitura seguindo as orientações dos organismos de saúde estabeleceu, por meio do Decreto nº 17.304, de 18 de março de 2020, e da Secretaria Municipal de Educação (SMED/BH), através da Portaria SMED nº 102/2020, a suspensão das aulas nas escolas do município de Belo Horizonte. Esse decreto determinou a suspensão temporária dos alvarás de localização e funcionamento e autorizações emitidos para realização de atividades com potencial de aglomeração de pessoas para o enfrentamento da situação de emergência pública causada pelo coronavírus, a COVID-19.

Contudo, algumas mães trabalhadoras tiveram suas atividades laborais mantidas e, nesse contexto, é interessante conhecer como acessaram suas redes sociais de apoio, de modo a assegurar os cuidados com seus filhos. Em condições normais, vários desafios se apresentam às mães trabalhadoras. No Brasil, a partir

da pandemia da COVID-19, desencadeou-se um novo cenário e, com ele, novos pontos para superação, ou seja, a erosão do capital social; interrupção ou acesso limitado aos serviços básicos (THE ALLIANCE FOR CHILD PROTECTION IN HUMANITARIAN ACTION, 2019). Além disso, as medidas de controle da doença não consideram as necessidades específicas de gêneros, nem as vulnerabilidades de mulheres e meninas. Além disso, segundo ONU Mulheres (2020), as mulheres continuam sendo as mais afetadas pelo trabalho não remunerado, o que se agrava no contexto de pandemia, em que o fechamento das escolas faz com que as tarefas de cuidado recaiam principalmente sobre as mulheres.

Em pandemias, como a COVID-19, de acordo com a Fiocruz (2020), a quebra da cadeia de infecção é fundamental e exige a separação entre indivíduos sadios e doentes. Esse processo pode ser alcançado por meio de medidas de separação física, como isolamento, quarentena e distanciamento social. Nesse contexto, o distanciamento social deve ser respeitado, mesmo quando não exista nenhum sintoma aparente, e as pessoas não estejam em um grupo de risco. Quando aliado à recomendação de máxima permanência em casa, de forma a realizar apenas saídas essenciais e evitar locais públicos e aglomerações, o distanciamento social ganha o nome de abrigo no lugar.

As medidas de separação física têm o propósito de conter a disseminação da infecção. São baseadas em evidências científicas e são essenciais para a proteção da saúde da população, porém podem afetar a saúde mental dos indivíduos (crianças, adultos, jovens, idosos) que as experienciam, conforme a Fiocruz (2020). As mudanças bruscas ocorridas no período de pandemia afetam as atividades diárias, como: a rotina de trabalho, os estudos e o convívio comunitário. Isso somado à incerteza sobre quando se voltará a normalidade, tende a provocar sofrimento e insegurança. A redução nas interações gera a sensação de privação de liberdade, solidão.

Outras consequências deste momento estão evidentes com relação à instabilidade do emprego, à dificuldade financeira, a não contar com um local apropriado para o cumprimento do distanciamento social. As mudanças exigidas em decorrência da pandemia, principalmente, com relação ao medo de contaminação, desencadearam reações e sintomas de estresse, ansiedade e depressão em muitos indivíduos. Outro fator ocasionado por esta situação foi o aumento da exposição à violência no ambiente doméstico, sendo que as mulheres e meninas estão entre as

mais afetadas. À medida que as atividades escolares e laborais foram suspensas e realocadas no caso de algumas famílias para suas casas, que as restrições de deslocamentos foram estabelecidas, fez-se com que a convivência entre os membros da família fosse ampliada, inclusive com a maior exposição aos agressores. Para as famílias que vivenciam a violência doméstica, a casa com destaque para este período pode não ser uma opção tão segura, principalmente porque sem a rede social de apoio a probabilidade de se manter a violência escondida é maior. No Brasil, no mês de março, foi identificado um aumento de 17% no número de ligações notificando violência contra a mulher, coincidindo com a adoção da medida de distanciamento social (FIOCRUZ, 2020).

Às vezes, a casa pode não ser uma opção tão segura para aqueles que já vivenciavam a violência doméstica. Isolar é uma tática de controle bastante utilizada pelos agressores, uma vez que, sem a rede social de apoio, é mais fácil manter a violência escondida dentro de casa. Para UNFPA (2020), as pandemias são compostas pelas desigualdades e vulnerabilidades de gênero existentes. Com isso, situações de abuso, violência doméstica colocam mulheres e meninas em grande risco.

De acordo com a Fiocruz (2020), estabelecer uma rotina pessoal e familiar favorece a adaptação às restrições do período e proporciona uma previsibilidade para as atividades cotidianas, principalmente porque traz uma perspectiva de retomada de controle, contribui para a tomada de decisões e, com isso, tende a reduzir o estresse. O cuidado individual e coletivo é, portanto, um ato que integra o cumprimento do distanciamento social, sendo importante estabelecer um tempo de convivência entre os moradores da casa, diminuindo as situações de tensão e conflitos.

Embora as crianças tenham uma taxa de mortalidade menor quando se comparadas aos adultos e idosos, no que tange ao novo coronavírus, elas estão “suscetíveis às repercussões psicossociais da pandemia” (FIOCRUZ, 2020, p. 173). Além disso, a desigualdade social determina diferentes níveis e condições de vulnerabilidade sobre a experiência da infância. Especificamente, na situação de pandemia da COVID-19, a suspensão das atividades escolares e a restrição quanto às relações interpessoais, acompanhada por realidade de dificuldade financeira vivenciada pelas suas respectivas famílias, adoecimento e/ou morte de pessoas próximas afetam o dia a dia das crianças. Para a Fiocruz (2020), compreender o

comportamento, emoções, reações neste momento é essencial para atender adequadamente às necessidades de cada criança.

Desse modo, o distanciamento social tem gerado realidades diferentes entre as famílias. Em algumas, tem intensificado o convívio familiar, partindo do pressuposto de que muitas vezes o cuidado das crianças era compartilhado com a rede de apoio (avós ou outros familiares, creches, escolas, serviços de saúde). Outras famílias, de acordo com a Fiocruz (2020), apresentam realidade diferente, na medida em que os familiares ou cuidadores se veem numa sobrecarga de responsabilidade com os afazeres domésticos, trabalho fora de casa ou na modalidade *home office*, cuidado com os filhos e acompanhamento, auxílio a suas atividades escolares (como, por exemplo, aulas *on-line*, videoaulas).

Numa junção de situações e realidades, o estresse parental foi se incorporando, à medida que a mulher e homem precisam lidar com o medo de contaminação do vírus, o medo de perda do trabalho, a preocupação com os afazeres do trabalho e domésticos, a necessidade de subsistência e a necessidade das crianças. Segundo a UNFPA (2020), o contexto de pandemia afeta homens e mulheres de maneira diferente, pois reverbera as desigualdades de gênero. As necessidades de mulheres e meninas tendem a ser menos atendidas e ou consideradas, devido à reduzida probabilidade de as mulheres terem o poder de decisão em torno do surto e de representação no planejamento de resposta à pandemia. No mundo, as mulheres representam 70% da força de trabalho na área de saúde e de serviços sociais, estando à frente dos esforços para enfrentamento da doença e, com isso, estão mais expostas ao risco de infecção. Ao atuar na pandemia, as mulheres trabalhadoras também colocam em risco seus familiares; contudo, aquelas que atuam em serviços essenciais não tiveram outra perspectiva se não continuar suas atividades. Elas também são as principais responsáveis pelo papel de cuidado nas famílias e, com a interrupção das atividades escolares, veem-se com limitações quanto a oportunidades econômicas e a seu trabalho, já que precisam se dedicar aos cuidados dos filhos, aos afazeres domésticos intensificados neste período (IPEA, 2020). Para a mãe trabalhadora, que nesse contexto teve as suas atividades laborais mantidas, o agravo torna “sua parcela de responsabilidades domésticas ainda mais pesada” (UNFPA, 2020, p. 6).

O coletivo ¹*As Mães Pedem Socorro* ressalta que a crise econômica, em decorrência da pandemia do novo coronavírus, intensifica as desigualdades existentes no mercado de trabalho. As mulheres são as primeiras a perderem seus empregos, direitos sociais e programas voltados à assistência e ao combate às violências que sofrem. Outro fator apresentado pelo coletivo é de que as mulheres pretas e pardas, muitas vezes chefes de família podem ser mais prejudicadas (CARVALHO, 2020).

Ao sancionar a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, o governo federal estabeleceu medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19. O auxílio emergencial, um benefício financeiro de R\$ 600 (na primeira etapa), destinado aos trabalhadores informais, Microempreendedores Individuais (MEI), autônomos e desempregados, com o objetivo fornecer proteção emergencial neste período, garante renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável. Para as mães responsáveis sozinhas por suas famílias, um dos arranjos familiares que faz parte deste estudo, foi estabelecido o direito a receber o benefício no valor de R\$ 1.200.

De acordo com IPEA (2020), os resultados evidenciam que o auxílio emergencial foi relevante para a manutenção da renda média domiciliar (no mês de julho), principalmente nos domicílios de baixa renda, de forma mais expressiva junto aos trabalhadores informais. A pesquisa evidencia que, em todo o país, houve recuperação parcial das perdas salariais referentes aos meses anteriores.

Aproximadamente, 4,4 milhões de domicílios brasileiros sobreviveram no mês de julho exclusivamente com a renda do auxílio emergencial, que também proporcionou superação em 16% a perda da massa salarial entre os indivíduos que se mantiveram ocupados. Em todo o país, houve recuperação de parte das perdas salariais dos meses anteriores. Cerca de 4,4 milhões de domicílios brasileiros sobreviveram, em julho, apenas com a renda do Auxílio Emergencial concedido pelo governo federal. A ajuda financeira também foi suficiente para superar em 16% a perda da massa salarial entre as pessoas que permaneceram ocupadas.

¹ Movimento constituído por um coletivo de mulheres-mães-trabalhadoras que vem se manifestar pela ampliação da licença-maternidade durante a pandemia.

Mudanças nas jornadas e contratos de trabalho foram, de acordo com Neri (2020), as principais medidas adotadas com vistas a proteger os mercados formais de trabalho ao redor do mundo. Também foram estabelecidas ações para alterar o valor e o acesso ao seguro-desemprego. O governo federal também adotou, por meio da MP 936/2020, de 1º de Abril de 2020, a possibilidade de suspensão de contrato de trabalho parcial ou total. O objetivo desta medida foi de proteger postos de trabalho dos efeitos do isolamento durante a pandemia. A medida foi, inclusive, prorrogada em julho (Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020). Com isso, garante-se, mesmo que provisoriamente, o emprego por igual período ao da suspensão do contrato de trabalho ou da redução da jornada. Os registros do Programa Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e Renda registrou até o dia 09 de setembro de 2020, 17,5 milhões de acordos celebrados, alcançando 9,7 milhões de trabalhadores e 1,4 milhões de empregadores. O programa passou a manter a uma parcela da renda nominal do trabalhador, sem incidir na perda do posto de trabalho, favorecendo principalmente os menores salários no segmento formal privado do mercado de trabalho. O autor ressalta que as mulheres e os empregados privados formais mais pobres tiveram mais oportunidade de assegurar seus postos de trabalho por meio da suspensão parcial do contrato de trabalho, da redução da jornada de trabalho.

Quando se avalia a renda, as mulheres apresentaram quedas superiores às dos homens no início da pandemia (-20.54% contra -19.56%). O mesmo se identifica na perda de ocupação que foi maior (-11.1%) que a dos homens (-8.8%). Segundo NERI (2020, p. 9), “o exercício contrafactual sugere que o ajustes da jornada evitaram uma queda de ocupação muito maior”, (-27.1%) para elas e para eles (-19.8%).

Diante do contexto econômico e do mercado de trabalho, de acordo com o IPEA (2020), a perspectiva global é de forte recessão. Com o início da crise causada pela pandemia, pôde-se identificar uma elevação na probabilidade em se perder o emprego. Em março de 2020, segundo o IPEA (2020) 15% dos ocupados no último trimestre de 2019 perderam sua ocupação, migrando para o desemprego ou para a inatividade econômica.

A pandemia da COVID-19 veio refletir e intensificar as desigualdades já existentes. Para o IPEA (2020), os trabalhadores com maior probabilidade de perder sua ocupação são aqueles que se encontram em situação de maior precariedade no

mercado de trabalho, do setor informal da economia, e os que não podem realizar seu trabalho à distância. Novamente, as mulheres se encontram dentro do grupo mais afetado, junto dos trabalhadores jovens, os pretos e os que apresentam menor nível de escolaridade.

3. METODOLOGIA

Para concretizar os objetivos do projeto, optou-se pela metodologia de abordagem qualitativa, a qual permitiu um aprofundamento sobre a formação e utilização de redes sociais de apoio por mães trabalhadoras de famílias monoparentais e nucleares, moradoras de um bairro da Região Nordeste de Belo Horizonte, no contexto de pandemia da COVID-19.

Foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada com nove mães trabalhadoras, contemplando os arranjos familiares que fazem parte do estudo. A pesquisa foca o mapeamento das redes pessoais antes e durante a pandemia, considerando sua sociabilidade no que tange ao processo conduzido pelas mães entrevistadas para assegurar o cuidado de seus filhos no período em que se dedicam ao trabalho, tendo em vista as especificidades e medidas estabelecidas no contexto de pandemia, o que acarretou mudanças significativas na vida das entrevistadas, inclusive em suas atividades laborais. Com base nisso, é possível fazer uma intertextualidade com Marques (2010). O autor ressalta que, por meio da atenção às redes pessoais, torna-se possível ter acesso aos elementos envolvidos com sua reprodução social e que contribuem para o seu bem-estar.

Os princípios que regem a pesquisa em ciências sociais, como o respeito e a garantia do exercício dos direitos dos participantes, foram assegurados por meio do assentimento livre e esclarecido, sendo o projeto desta pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)². Por se tratar de um período de pandemia, em que medidas de proteção e segurança, com vistas à redução do contágio ao novo coronavírus, foram estabelecidas pelas autoridades municipal, estadual e federal, desde o mês de março de 2020, as entrevistas não puderam ocorrer de forma presencial.

A pesquisa foi realizada com nove mães pertencentes a arranjos familiares monoparentais e nucleares, trabalhadoras remuneradas, com filhos abaixo de 18 anos de idade, residentes em um bairro localizado na Região Nordeste no município de Belo Horizonte. Estas foram contatadas pela pesquisadora com antecedência para a formalização do convite e agendamento da entrevista. Os dados (nomes e telefone) das mães entrevistadas foram compartilhados por meio de membros de

²Número do Comitê de Ética em Pesquisa: 4.584.224.

uma Organização da Sociedade Civil local que foi parceira de outra OSC, onde a pesquisadora trabalha, o que possibilitou a aproximação para apresentação do projeto e o apoio para acesso às participantes desta pesquisa.

Cada entrevistada foi contatada pela pesquisadora para informar acerca do projeto, esclarecer dúvidas e agendar a entrevista para data e horário que fossem mais apropriados à sua participação. A pesquisa inicialmente tinha como propósito entrevistar cinco mulheres de cada arranjo familiar, de modo a oportunizar a escuta de maneira equitativa; contudo, o processo de mobilização devido às medidas de isolamento social instaurou limitações para acesso às entrevistadas.

Ao realizar o primeiro contato, a pesquisadora identificou que algumas mulheres se encontravam fora do perfil descrito para a pesquisa, como: não eram mães, já estavam aposentadas ou os filhos já adultos. Outras desmarcaram a entrevista com antecedência em razão de motivos pessoais. Diante dessa realidade, prosseguiu-se com representatividade maior de participantes do arranjo monoparental feminino, sendo as entrevistas realizadas nos meses de agosto e setembro de 2020.

A pesquisa foi realizada em um bairro da Região Nordeste de Belo Horizonte. A escolha se deu em virtude dos dados apresentados no diagnóstico realizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte, em 2013, que apontou o crescimento da população feminina nesta localidade, mulheres responsáveis pelos afazeres domésticos e manutenção do lar, chefes de família, trabalhadoras e mães que precisam cumprir com seus compromissos profissionais em conjunto com o cuidado de seus filhos. O diagnóstico apresenta o contexto dos arranjos familiares atuais, no município de Belo Horizonte, cada vez mais nuclearizados, com número menor de membros, com rendimento domiciliar relativamente baixo, características que exigem dos adultos mais tempo fora de casa trabalhando, em busca de melhores rendimentos para assegurar a manutenção da vida em seu domicílio.

Foram utilizados dados referentes à região onde o bairro em que a pesquisa foi realizada está inserido, destacando as características territoriais. O diagnóstico realizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte (2013) ressalta a sobrecarga das mulheres como chefes de família, acrescida de menores salários, em relação aos homens. Outro fator de destaque se relaciona à responsabilidade exercida por um morador do domicílio, demonstrando

que o número de mulheres chefes de domicílio se apresenta maior do que quando se trata da responsabilidade compartilhada, reforçando que a inserção da mulher no mercado de trabalho tende a acontecer de forma precária e ou informal, conforme CMDCA (2013 *apud* MENDES, 2002, p. 43).

Tabela 1 - Número e percentual de pessoas responsáveis por domicílios, por sexo, incluindo casos de responsabilidade partilhada entre mais de um morador – Regionais Administrativas de Belo Horizonte - 2010

Regional	Sexo					
	Masculino(N)	Feminino(N)	Total(N)	Masculino(%)	Feminino(%)	TotalRegional (%)
Barreiro	52.075	33.583	85.658	60,8	39,2	100
Centro-Sul	54.828	47.663	102.491	53,5	46,5	100
Leste	40.344	36.628	76.972	52,4	47,6	100
Nordeste	51.711	39.957	91.668	56,4	43,6	100
Noroeste	47.804	39.984	87.788	54,5	45,5	100
Norte	36.437	27.675	64.112	56,8	43,2	100
Oeste	57.807	43.565	101.372	57,0	43,0	100
Pampulha	42.917	28.936	71.853	59,7	40,3	100
VendaNova	46.762	34.364	81.126	57,6	42,4	100
Total	430.685	332.355	763.040	56,4	43,6	100

Fonte: IBGE – Censo, 2010.

Elaboração: UNILIVREOP (2013, p. 42).

Quando o diagnóstico apresenta o percentual de mulheres com a renda mensal de até dois salários-mínimos, no município de Belo Horizonte, três regionais tiveram os maiores índices de concentração de mulheres responsáveis por domicílio com essa faixa de renda, sendo: Nordeste 83,2%%; Venda Nova com 81,6%; e Barreiro com 81,4% respectivamente. No que tange a rendimentos de até $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo, novamente as mulheres que assumem exclusivamente a responsabilidade pelos domicílios se apresentam em maior concentração nas regionais Nordeste (2,1%), Barreiro (1,9%) e Venda Nova (1,0%). As famílias monoparentais femininas, chefiadas por mulheres pretas e pardas, representam 53,7% das mulheres responsáveis por domicílios no município, vulneráveis diante das condições socioeconômicas.

Tabela 2 - Número e percentual de pessoas responsáveis pelo domicílio, por sexo, cuja responsabilidade é de apenas um morador - Regionais Administrativas de Belo Horizonte – 2010

Regional	Sexo					
	Masculino		Feminino		Total Regional	
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Barreiro	34.536	59,8	23.197	40,2	57.733	100
Centro-Sul	33.328	49,0	34.671	51,0	67.999	100
Leste	24.962	49,6	25.314	50,4	50.276	100
Nordeste	32.166	54,2	27.166	45,8	59.332	100
Noroeste	30.780	51,8	28.608	48,2	59.388	100
Norte	23.073	55,5	18.503	44,5	41.576	100
Oeste	36.473	55,0	29.795	45,0	66.268	100
Pampulha	26.156	57,0	19.712	43,0	45.868	100
VendaNova	30.942	55,6	24.683	44,4	55.625	100
Total	272.416	54,0	231.649	46,0	504.065	100

Fonte: IBGE - Censo 2010, 2012.
Elaboração: UNILIVRECOOP (2013, p. 43).

As Organizações da Sociedade Civil compõem várias redes sociais de apoio, tendo uma importância para as famílias à medida que contribuem com parte dos cuidados com as crianças e adolescentes, enquanto suas mães estão se dedicando ao trabalho remunerado. Durante a pandemia, as OSCs, assim como as escolas, tiveram suas atividades suspensas, reduzindo as possibilidades de apoio desses atores junto às famílias. A pesquisadora atua numa Organização da Sociedade Civil que desenvolve programas e projetos em parceria com uma OSC local, com vistas ao desenvolvimento comunitário e proteção aos direitos de crianças e de adolescentes. Torna-se relevante compreender como as famílias (monoparentais e nucleares, objeto desta pesquisa) acessam suas redes neste período, considerando inclusive a capilaridade e diversidade de oferta de cuidado disponibilizado por ator que as compõem.

A estratégia elaborada para assegurar o cumprimento das medidas sanitárias, oferecendo segurança às entrevistadas e à pesquisadora, foi pautada na realização de entrevistas semiestruturadas conduzidas via telefone, já que as entrevistadas apresentaram limitações quanto à possibilidade de acesso à internet e a *softwares* de videoconferência. Diante dessa restrição, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi lido para as entrevistadas, sendo seus termos explicados verbalmente, junto ao esclarecimento de dúvidas e ao repasse de informações importantes sobre a pesquisa.

Mediante ao consentimento verbal das mães, as entrevistas foram gravadas. A entrevista telefônica para Burnard (1994 *apud* GONÇALO E BARROS, 2014, p. 22) apresenta vantagens ao oferecer facilidade no acesso, principalmente aos entrevistados que estão mais distantes; por oferecer relativa rapidez e economia na coleta dos dados, além de proporcionar um sentimento de conforto aos entrevistados diante do relativo anonimato que acontece nesta interação (BATISTA; MATOS E NASCIMENTO, 1980; LINCOLN E GUBA, 1985; LOBIONDOWOOD E HABER, 2001). Para Gonçalo e Barros (2014), a entrevista telefônica é uma alternativa razoável à entrevista face a face, justamente porque requer menor disponibilidade de recursos financeiros e infraestrutura.

O quadro 1 apresenta o perfil das mães entrevistadas:

Quadro 1 - Entrevistadas: mães trabalhadoras residentes de um bairro da Região Nordeste de Belo Horizonte

NOME*	IDADE	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO	Nº DE FILHOS		ARRANJO FAMILIAR
					FEM.	MAS.	
Vanessa	27	Solteira	Ensino superior incompleto	<i>Freelancer, jogos on-line</i>	1 ano e 7 meses		Monoparental feminina simples
Letícia	68	Divorciada	Não estudou	Trabalhadora doméstica e aposentada	11 anos; 22 anos		Monoparental feminina extensa
Isadora	36	Casada	Ens. Médio completo e técnico em podologia	Podóloga	11 anos	02 anos; 06 anos	Nuclear simples
Mariana	39	Casada	Ens. Médio completo	Aux. Serviços Gerais		05 anos	Nuclear simples
Roberta	49	Divorciada	Ens. Fundamental incompleto	Vendedora (ambulante)		14 anos	Monoparental feminina simples
Íris	40	Viúva	Ens. Médio Completo, Tec. em Enfermagem.	Técnica em Enfermagem	11 anos	15 anos; 16 anos	Monoparental feminina simples
Olívia	34	Casada	Ens. Médio incompleto	Cabelereira, Depiladora		07 anos; 09 anos; 06 meses de gestação	Nuclear reconstituída
Fernanda	35	Divorciada	Ens. Superior em curso	Aux. De alimentação		09 anos; 11 anos	Monoparental feminina simples
Mônica	35	Solteira	Ens. Médio Incompleto	Vendedora (ambulante)		08 anos; 12 anos	Monoparental Feminina simples

Fonte: Elaborado pela autora, a partir das entrevistas realizadas.

Legenda: * Todos os nomes são fictícios.

Por meio de entrevistas semiestruturadas, buscou-se conhecer a estrutura de rede de cada mãe, como elas são compostas, seu tamanho, seu modelo de sociabilidade, explorando suas características, de modo a acessar suas condicionantes, sua atuação no que tange ao cuidado dos filhos no contexto de pandemia.

O roteiro de entrevista (que se encontra no apêndice 1) contém 15 perguntas, sendo que as seis primeiras tratam da identificação das entrevistadas quanto ao tipo de arranjo familiar, ocupação, filhos, faixa etária e escolaridade. As nove perguntas restantes tratam da organização e das características pertinentes à família, ao cuidado dos filhos, ao trabalho, à rede social de apoio e ao contexto de pandemia.

Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e sistematizadas para condução da etapa de análise e estruturação dos resultados. O material ficará de posse da autora da dissertação por cinco anos, que o arquivará em um *drive* privado de acesso restrito, sem identificação das entrevistadas, mantendo seu anonimato.

Utilizou-se o método de análise de conteúdo, muito empregado na análise de dados qualitativos, compreendido como um conjunto de técnicas de pesquisa que objetiva a busca do sentido ou dos sentidos de um documento, conforme Campos (2004). A análise de conteúdo simplifica e reduz uma grande quantidade de dados e utiliza de categoria designada antes da análise dos dados previamente Silverman (2009). As técnicas *Pile Sorting* (LINCOLN e GUBA, 1985) e *Memoing* (BIRKS, CHAPMAN e FRANCIS, 2008) com corte e classificação, realizando a produção de palavras-chave referentes ao contexto, além do registro das relações entre temas, seus vínculos e impressões contribuem para estabelecer as conclusões e construir um modelo que expresse os resultados gerais, o que permite a identificação das variações e diferenças das redes sociais de apoio e de como são utilizadas pelas mães trabalhadoras, relacionando-as com outras características observadas e identificando possíveis categorias analíticas, temas potenciais que podem surgir, conectando todos os demais dados que se inter-relacionam, vinculando as categorias e temas entre si. O *memoing* serve, conforme Birks, Chapman e Francis (2008), para ajudar o pesquisador a dar saltos conceituais de dados brutos para abstrações que explicam fenômenos de pesquisa no contexto em que são examinados.

O contexto de pandemia da COVID-19 exigiu o estabelecimento de nova estratégia para a realização das entrevistas; contudo, oportunizou o uso de uma

técnica que certamente não seria utilizada, caso entrevistador e entrevistadas estivessem dentro de um período normal.

Foi perceptível o interesse e o desprendimento das entrevistadas no processo de contribuição para a pesquisa, assim como o se sentir à vontade para comunicar e participar do momento, inclusive apresentando conteúdos importantes que vão para além do escopo da pesquisa. Não é possível afirmar, mas, provavelmente, pelo fato de a entrevista ter sido realizada via telefone, deixaram-nas mais confortáveis do que se tivessem que respondê-la presencialmente. Foi utilizado o áudio, sem acionar o uso de câmera, o que favorece o anonimato. Houve também a redução de custos financeiros que poderiam ocorrer mediante a execução do trabalho de campo. Quando se observa o tempo, ele também foi otimizado neste modelo, evitando-se deslocamentos e sendo utilizado apenas para o contato com as mães participantes, agendamento e realização das entrevistas.

Um fator que em algumas poucas entrevistas exigiu uma interrupção, mesmo que rápida, foi a queda na conexão de internet para as entrevistadas que optaram pelo uso do WhatsApp, sem, porém, gerar prejuízo para o processo de entrevista. As entrevistadas buscaram horários que lhes fossem mais apropriados e confortáveis à realização da entrevista, não ocorrendo interrupções e/ou outro impedimento por parte dos demais moradores dos respectivos domicílios.

4. RESULTADOS

O presente estudo foi pautado pelo objetivo de mapear e estudar as redes sociais de apoio estabelecidas por mães trabalhadoras pertencentes a arranjos familiares monoparental e nuclear, com vistas aos cuidados de seus filhos durante a pandemia da COVID-19.

Foram entrevistadas nove mães, sendo seis pertencentes ao arranjo monoparental (05 simples e 01 estendido) e três pertencentes ao arranjo familiar nuclear (02 simples e 01 reconstituído), todas envolvidas em atividade laboral quando se instaurou a pandemia da COVID-19. Esta doença tomou tal proporção que impactou o mercado de trabalho em âmbito nacional e acarretou mudanças significativas na vida das entrevistadas, conforme será descrito à frente.

As entrevistadas apresentam idade entre 27 e 68 anos, com a média de dois filhos por família, com faixa etária entre 01 a 16 anos. Quatro mães estão vinculadas ao trabalho formal, e cinco vinculadas ao trabalho informal. Quanto à escolaridade, cinco mães têm o ensino médio completo, sendo duas com formação técnica e duas com ensino superior em curso; uma mãe não estudou; uma tem o ensino fundamental incompleto; e duas possuem o ensino médio incompleto.

Durante a pandemia, *shoppings*, salões de beleza, *buffets* infantis e vários outros estabelecimentos, para o cumprimento das medidas de segurança e higiene adotadas se mantiveram fechados. Regras, como isolamento e distanciamento social, evitar aglomeração e conversas nos espaços coletivos, tornaram-se fundamentais para evitar o contágio com o novo coronavírus. Em decorrência desses fatos, as mães inseridas no mercado de trabalho e participantes desta pesquisa se viram: 1- na eminência de reinventar sua atividade laboral, de modo a garantir sua renda; 2 – na necessidade de buscar outra ocupação quando em situação de desemprego; 3 – de interromper suas atividades laborais por fazerem parte do grupo de risco e precisarem cumprir o distanciamento ou isolamento social. Apenas uma mãe entrevistada teve sua atividade laboral preservada sem nenhuma interrupção e/ou adequação, justamente por se tratar de um serviço considerado essencial. Há uma mudança no cenário de trabalho das mães, uma reconfiguração do trabalho e do cuidado. A partir das medidas instauradas, as mães que já trabalhavam se viram diante da remodelagem de sua atividade laboral e da rede de apoio.

Olívia é cabeleireira e depiladora e, ao iniciar a pandemia, trabalhava em seu próprio salão de beleza. Porém, com o avanço da doença e decretos municipais, visando promover ações de contenção da pandemia, passou a atender os seus clientes em sua residência:

“Tive que fechar o estabelecimento onde trabalhava por orientação sanitária e também por estar grávida e não poder usar química. Atendo poucos clientes em minha casa, eu preciso do meu trabalho, então, quando a cliente tem disponibilidade eu me organizo para atender (sic).”

Depois de meses sem trabalhar (desde o início da pandemia), ela adaptou um cômodo em sua casa, de modo a receber sua clientela, mesmo que de forma reduzida. O marido continuou a trabalhar, e ela acessou o auxílio emergencial. Porém, necessitou remodelar sua atividade laboral para contribuir para o orçamento familiar. Precisou, portanto, conciliar o cuidado com os filhos, o acompanhamento pré-natal, o atendimento aos clientes e a realização dos afazeres domésticos. Uma mudança complexa em um curto espaço de tempo.

A Vanessa, quando iniciou a pandemia, fazia faxina aos finais de semana. Por fazer parte do grupo de risco, passou a cumprir a recomendação de ficar em casa evitando o contato social, porém buscou outra ocupação que lhe permitisse trabalhar no modelo *home office*, além de conciliar os cuidados com sua filha e o trabalho doméstico. Em suas palavras: “A rotina ficou mais apertada (sic)”. Ela e o pai de sua filha, que viviam em domicílios diferentes, optaram por ficarem no mesmo domicílio devido à questão financeira, uma família de arranjo monoparental feminino que, no período da pandemia, permite-se uma adaptação com vistas a amenizar os impactos financeiros.

O trabalho, embora traga consigo o aspecto de realização profissional, da conquista de um objetivo, é sem dúvida o caminho que precisa ser trilhado pelas mães para garantir o sustento da família e proporcionar melhores condições de vida aos seus filhos. “Sou apaixonada pelo o que eu faço” (sic), ressalta Íris.

As mães chefes de família, quando divorciadas, deveriam receber pensão alimentícia para contribuir com o suprimento das necessidades básicas de sobrevivência e manutenção dos filhos. As entrevistadas Mônica, Olívia e Roberta, relatam o não recebimento ou o recebimento às vezes com atrasos de até três meses. Além disso, o valor, segundo elas, é insuficiente para o sustento dos filhos, o

que exige que elas se insiram no mercado de trabalho, muitas vezes, em ocupações com baixa remuneração e na informalidade, não tendo, portanto, seus direitos trabalhistas assegurados. Nesse sentido, algo ressaltado por Enríquez (2012) e que reverbera por meio da fala de Roberta: “Há anos eu trabalho vendendo doces, não achava emprego e tive que trabalhar na rua para sustentar meu filho” (sic).

Desde março de 2020, as famílias veem o custo de vida subir, a alta dos preços, atrelada muitas vezes à redução do salário ou ao aumento do desemprego. As mães de arranjo familiar nuclear também vivenciam esses aspectos; porém, como em seus domicílios, os cônjuges se responsabilizam por parte ou por todas as despesas. Elas tendem a percorrer este período com um impacto menor quando comparadas às mães de arranjo monoparental feminino. “A manutenção e despesas da família o responsável é ele, eu contribuo com pouco” (sic), relata Mariana. “Eu e meu esposo somos responsáveis pelas despesas” (sic), ressalta Isadora.

Antes de discorrer sobre as redes de apoio, vale trazer mais um elemento que influencia o cotidiano das mães, o trabalho doméstico, que aparece como responsabilidade da mulher em ambos os arranjos familiares, já que nas famílias nucleares a ajuda e a participação dos homens acontecem de forma esporádica, colaborativa. “O pesado” fica com elas, como ilustrado na fala de Olívia: “Ele ajuda na folga dele, ainda mais que estou gestante, para pegar alguma coisa que tem peso, e outras coisas que não tenho como fazer. Eu que fico por conta dos afazeres domésticos, mas ensino as crianças a ajudarem. Mas, o grosso mesmo sou eu, cozinhar, lavar, arrumar tudo” (sic). De acordo com CEPAL (2010), os homens geralmente contribuem quando há falta de recursos humanos para tal finalidade.

As mães ensinam e orientam os filhos e as filhas a contribuírem através da realização de pequenas tarefas, como retirar o lixo, arrumar a própria cama, lavar o copo e o prato que usaram, o que foi mencionado por várias entrevistadas que buscam repassar aos filhos esses princípios. “Eu sempre os incentivo a fazer isso. Eles me apoiam. É um pouco difícil. Meninos não gostam muito, mas sempre incentivo eles a fazerem porque, o dia de amanhã, ninguém sabe, né!? Eles precisam aprender desde crianças. Não são coisas pesadas, mas coisas que eles podem aprender” (sic), relata Fernanda. À medida que os filhos crescem e se tornam adolescentes, começam a colaborar assumindo outras responsabilidades e contribuindo com a mãe, que geralmente está submetida a jornadas extensas de trabalho ou a condições desfavoráveis. Para Bruschini e Ricoldi (2009), quando os

filhos são mais velhos, geralmente colaboram nos afazeres domésticos e no cuidado com os irmãos menores. Esta realidade se evidencia nas famílias de Íris e Roberta, onde os filhos são adolescentes.

4.1. Tipos de rede sociais de apoio acionadas por mães trabalhadoras no período de pandemia do COVID-19

Para compreender como o contexto de pandemia atuou junto às redes sociais de apoio e como as mães que exercem trabalho remunerado acessaram suas redes, foi necessário conhecer como essas redes eram acessadas e se estruturavam antes de março de 2020.

As redes sociais de apoio antes da pandemia eram pequenas, com a variação entre dois e oito nós, constituídas principalmente de ligações de laços fortes, conforme Granovetter (1973), envolvendo relações familiares e de amizade. Com base nisso, as entrevistadas informaram os indivíduos e instituições com os quais estavam ligadas para o cuidado dos filhos, destacando-se aqueles advindos de vínculos primários, como avós, tias, tios, pais (ex-cônjuges), avôs, sobrinhas, vizinhas(os). As escolas, EMEl, OSCs, paróquia também fazem parte das redes sociais das famílias. Na pandemia, as redes passam a ser compostas pelas avós maternas (com menor representatividade quando comparadas às redes antes da pandemia), vizinhas, tias maternas e os pais (ex-cônjuges). Assim sendo, Marques (2010) ressalta que mudar o padrão de sociabilidade pode contribuir para o aumento ou redução das redes. O contexto de pandemia parece influenciar, mesmo que a contragosto, o padrão de sociabilidade dos indivíduos do lugar, quando inviabiliza as interações entre familiares, vizinhança, com a comunidade escolar e outros atores locais. As redes acessadas pelas mães³ antes e durante a pandemia da COVID-19 serão descritas abaixo.

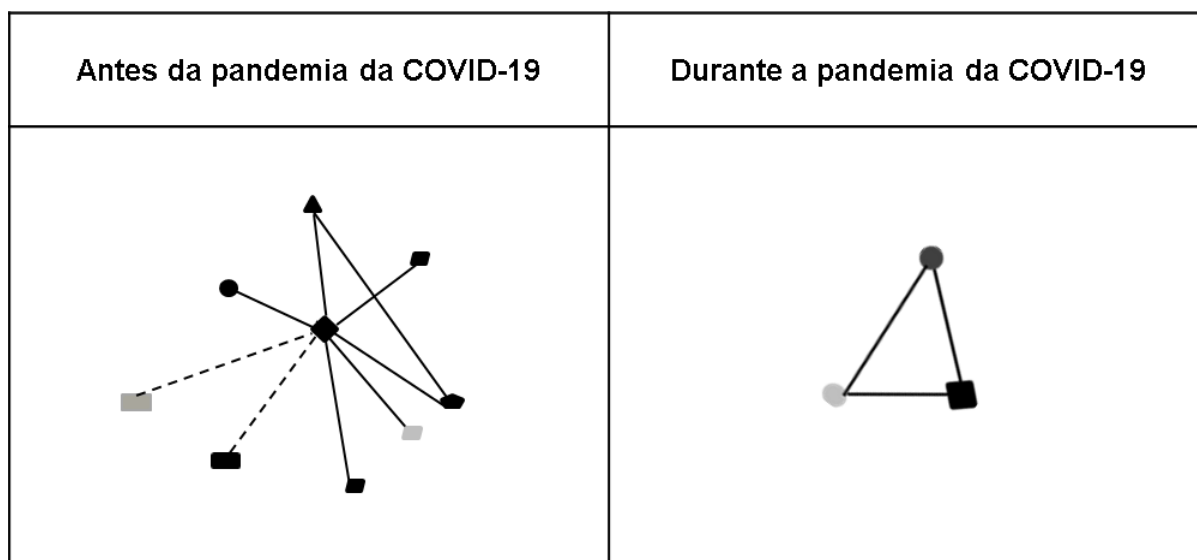
Por meio de representação gráfica, esta pesquisa busca reproduzir contextos relacionais, os vínculos estabelecidos nas redes sociais de apoio, a partir da realidade vivenciada por famílias monoparentais femininas e famílias nucleares antes e durante a pandemia da COVID-19, num bairro da Região Nordeste do município de Belo Horizonte. As relações como vínculo entre os nós que

³Todos os nomes apresentados são fictícios.

representam pessoas, instituições, grupos, são representadas por linhas de traços diferentes que indicam a existência de inter-relações, as ligações entre os componentes da rede. As linhas fixas representam os laços fortes, e as linhas pontilhadas representam os laços fracos.

Íris reside com sua filha de 11 anos e os filhos de 15 e 16 anos. Por ser uma trabalhadora da área da saúde, um serviço essencial, continuou sua atuação presencialmente. Antes da pandemia, sua rede era composta por seis nós de laços fortes, sendo: a avó materna, a escola, o transporte escolar, a paróquia e duas OSCs, onde seus filhos participavam de cursos de preparação para o mercado de trabalho e atividades esportivas; e dois de laços fracos, sendo representados pela professora da escola, onde os filhos estudam, e pelos vizinhos. Durante a pandemia, em função do distanciamento social e suspensão das atividades escolares, a rede passou a ter apenas dois nós, sendo considerados de laços fortes, agora tendo a tia materna, para apoiar nos cuidados, e a avó materna, que apoia, mas com restrições, por se tratar de pessoa idosa e parte do grupo de risco.

Figura 1 - Sociograma da entrevistada Íris



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados da pesquisa.

Legenda: losango preto: ego; círculo cinza: tia materna; triângulo preto: escola; quadrados pretos: OSCs; quadrado cinza: Paróquia; círculo preto: avó materna; pentágono: transporte escolar; retângulo cinza: professora; retângulo preto: vizinhos.

Fica evidente como a redução da sociabilidade influenciou diretamente a estrutura da rede. Com isso, os filhos deixaram de acessar os espaços de

aprendizagem e de convivência com seus pares e de poder contar de forma mais próxima com a supervisão da avó.

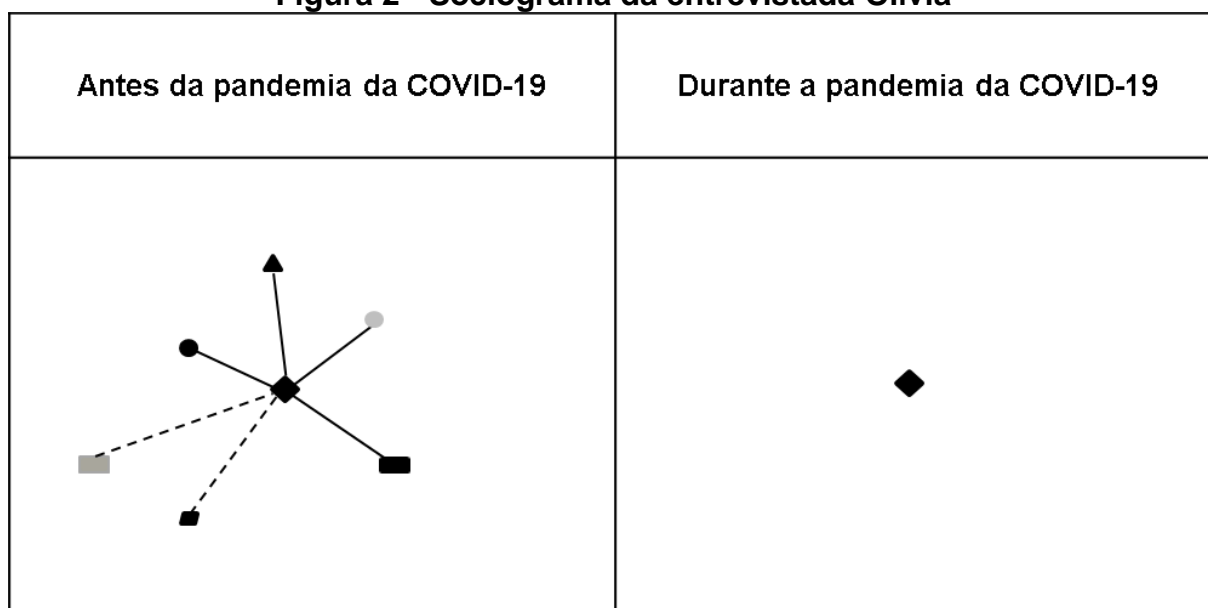
Um fator recorrente, mencionado entre as entrevistadas, foi o papel de “correr o olho” como uma forma de cuidado exercido por alguns dos membros da rede, com destaque para as avós maternas, as tias maternas, as vizinhas, presentes em grande parte das redes de apoio. Quando se observa o cuidado, percebemos que ele se apresenta de maneiras distintas. Há aquele em que os cuidadores pertencentes à rede estão presencialmente no domicílio, auxiliando as crianças em suas necessidades, e aquela em que os cuidadores pertencentes à rede são responsáveis por acompanhar as crianças em outros espaços, como, por exemplo, no deslocamento da escola para a casa e vice-versa ou de casa para alguma outra atividade.

E há a modalidade em que o termo usado foi “correr o olho”, algo citado com frequência pelas entrevistadas. A missão de cuidado “correndo o olho” tem por principal função contar com a colaboração e atenção daquela pessoa sem exigir uma dedicação exclusiva ou que tome muito do seu tempo. Embora seja aparentemente rápida, ela não tende a perder em sua qualidade. Esse tipo de cuidado foi relatado quando se trata de crianças na faixa etária a partir dos 10, 11 anos e adolescentes. As mães, quando se trata da primeira infância e de crianças de menor idade, mantêm os cuidados de forma presencial e preferencialmente sob os cuidados das avós maternas, EMElS ou na casa de vizinhas que cuidam em torno de 3 a 5 crianças.

“A criança chegou bem da escola? Está em casa? Há algum(a) amigo(a) em casa com eles, pois não quero que os coleguinhas fiquem em casa na minha ausência. Já almoçaram? Estão passando bem? Você pode dar um medicamento e ver se estão passando bem? Qualquer coisa, não deixe de me avisar!” A expectativa das mães é de que esses pontos sejam atendidos. “Correr o olho” é dar uma olhada rápida, passar e observar como estão. Acontece com frequência quando os familiares residem no mesmo lote, cada um tem a sua casa, mas, pela proximidade, torna acessível à avó e à tia promover esse apoio, auxiliar e monitorar ao longo do dia, podendo também ser exercida por uma vizinha mais próxima. As duas modalidades de cuidado apresentadas pelas mães atuam para garantir a segurança e o bem-estar de seus filhos.

Olívia reside com suas duas filhas (9 e 7 anos) e seu atual marido. A rede acessada antes da pandemia era formada por seis nós (avó materna, vizinha que levava e buscava as crianças na escola, pai de suas filhas (ex-cônjuge) e a escola) vinculados a laços fortes e dois fracos, integrando a vizinha e uma amiga pedagoga que orientava sobre a parte educacional no período da pandemia. Por meio da rede, acessavam a supervisão de um adulto de confiança, contando com a presença de um familiar o que também favorecia o fortalecimento dos vínculos familiares. A rede também promovia a segurança no trajeto de ida e volta à escola, a partir da companhia de uma adulta que também levava outras crianças moradoras do bairro. Além disso, no ambiente escolar, as crianças recebiam o conteúdo educacional que favorecia o aprendizado, a socialização a partir da interação com os seus pares e outros atores. Elas tinham asseguradas algumas refeições. Com a suspensão de alguns serviços, Olívia, que era proprietária de um salão de beleza no bairro, precisou encerrar as atividades laborais, executando-as de forma reduzida em sua residência. “Meu atual marido assume as despesas, e eu contribuo”. Por motivo dessas mudanças, a função de cuidado passou a ser exercida por ela com apoio de seu marido, e a rede de apoio passou a não ser mais acessada. De acordo com a entrevistada, as mudanças geradas trouxeram a possibilidade para a família estar em domicílio e conviver mais tempo juntos, ocorrendo melhorias no relacionamento intrafamiliar.

Figura 2 - Sociograma da entrevistada Olívia

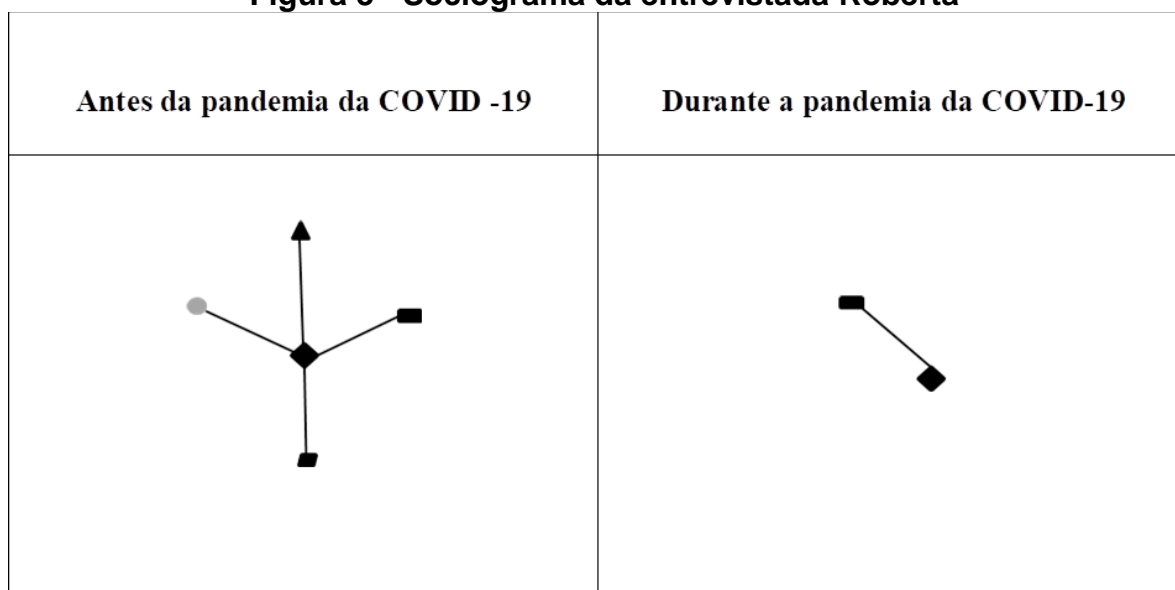


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados da pesquisa.

Legenda: losango preto: ego; círculo cinza: vizinha; triângulo preto: escola; retângulo preto: pai; círculo preto: avó materna; retângulo preto: amiga; retângulo cinza: vizinhas.

Roberta reside com seu filho de 14 anos. Durante a pandemia por motivo da suspensão de diversas atividades e da exigência do distanciamento social, ela precisou deixar sua ocupação (vendedora ambulante) que incorria numa proximidade e contato com um fluxo grande de pessoas. Ela passou a vender os produtos (doces, balas e outras guloseimas) diretamente em seu domicílio, à medida que os compradores a procuravam. Roberta ressalta que é chefe de família, “o pai e a mãe”. Sempre foi responsável pelo trabalho doméstico, mas conta com a ajuda do filho em algumas atividades. Antes da pandemia, durante o período de greve escolar, seu filho a acompanhava no trabalho fora do domicílio. O acesso ao auxílio emergência e ao recebimento de cesta básica contribuiu para que a família pudesse passar pelo período com a garantia de uma renda mínima. Sua rede antes da pandemia era formada pela escola, por uma vizinha, por uma OSC, onde o filho participava do curso de informática, e pelo tio materno (que também apoiava “correndo o olho”) e que durante a pandemia se tornou o único nó de sua rede, conectando-a à família e contribuindo para que o sobrinho possa desenvolver suas atividades escolares *on-line*, através do acesso ao computador e internet em sua residência.

Figura 3 - Sociograma da entrevistada Roberta



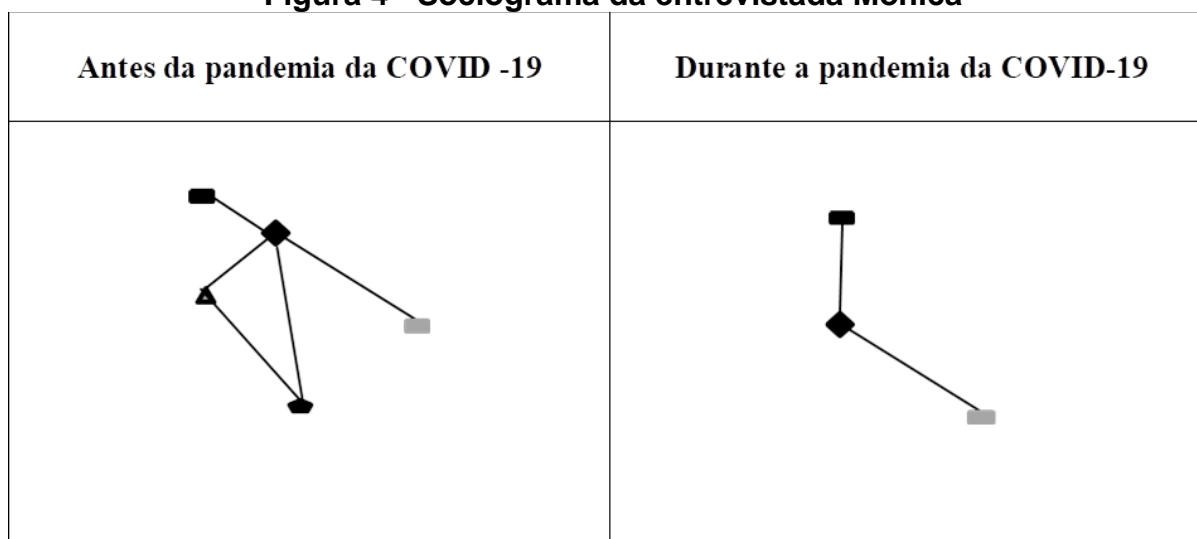
Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados da pesquisa.

Legenda: losango preto: ego; círculo cinza: vizinha; triângulo preto: escola; quadrado preto: OSC; retângulo preto: tio materno.

Mônica vive com seus dois filhos, de 8 e 12 anos. Sua rede antes da pandemia era formada por quatro nós, onde identificamos o pai de seus filhos (ex-cônjuge), a escola, o transporte escolar e a tia-avó, sendo, durante a pandemia, mantidos o pai (ex-cônjuge) e a tia-avó como elos da rede. A ausência presencial na escola demonstra o quanto este espaço de aprendizado, de ênfase educacional e também de convivência entre os pares, de socialização e proteção à criança e ao adolescente, é essencial. Por essa complexidade e amplitude que a escola representa, a suspensão de suas atividades tem sido sentida pelos diversos atores, afetando direta e indiretamente o cotidiano das famílias. Nesta família, apenas uma das crianças recebe materiais da escola e tem aulas *on-line*.

Para Mônica, os ganhos para seus filhos por meio de sua rede estão em poder contar com a supervisão de um adulto de confiança, de receber as refeições de forma organizada e da função cuidadora exercida pela tia-avó, o que é relevante para seus filhos e lhe traz segurança, já que ela se dedica cerca de 13 horas diárias ao trabalho de vendedora ambulante, “porque você ganha em cima do número de cartelas vendidas. Vendo no meu próprio bairro, vou pelas ruas (sic)”, relata Mônica.

Figura 4 - Sociograma da entrevistada Mônica

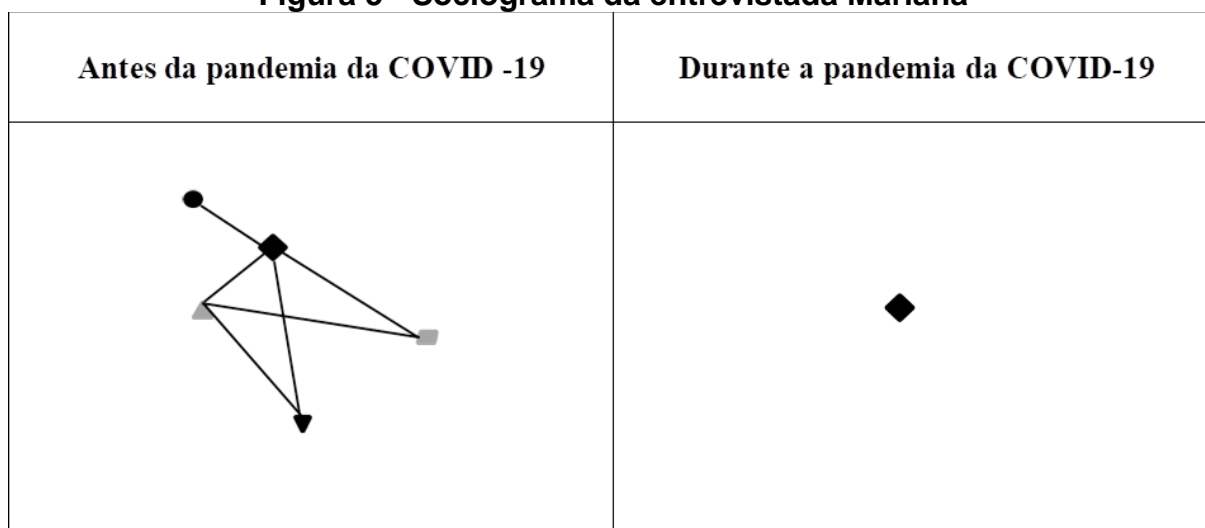


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados da pesquisa.

Legenda: losango preto: ego; retângulo preto: tia-avó materna; triângulo: escola; pentágono: transporte escolar; retângulo cinza: pai.

Mariana vive com seu esposo e com seu filho de 5 anos. Ao se estabelecer a pandemia, ela, que atuava em trabalho formal, foi dispensada e passou a ficar em casa com seu filho que também teve as atividades escolares suspensas. Antes, a rede era formada por avó e avô maternos, EMEI e escola de futebol, sendo os benefícios advindos dela a supervisão de adultos de confiança que garantiam a criança o acesso aos cuidados necessários à primeira infância, alimentação, higiene, atenção, afeto, o brincar, o lazer e a convivência familiar. De acordo com WHO e UNICEF (2018), os cuidados de criação envolvem cinco componentes inter-relacionados e indivisíveis: boa saúde, nutrição satisfatória, cuidados responsivos, proteção e segurança e oportunidades de aprendizagem precoce. O autor reforça que nos primeiros anos de vida, pais, membros da família imediata e cuidadores são os mais próximos da criança pequena e, portanto, os “melhores provedores dos cuidados de criação” (WHO E UNICEF, 2018, p. 8). Desse modo, é preciso dispor de políticas públicas, serviços e apoio comunitário para assegurar que as crianças pequenas recebam os cuidados necessários para seu desenvolvimento, como também, de possibilitar a proteção a elas dos piores efeitos da adversidade, através da “diminuição de seus níveis de estresse e de mecanismos de encorajamento emocional e de enfrentamento cognitivo” (WHO E UNICEF, 2018 p. 17), sendo relevantes para as crianças com dificuldades de desenvolvimento e deficiência e para a prevenção de maus-tratos de crianças.

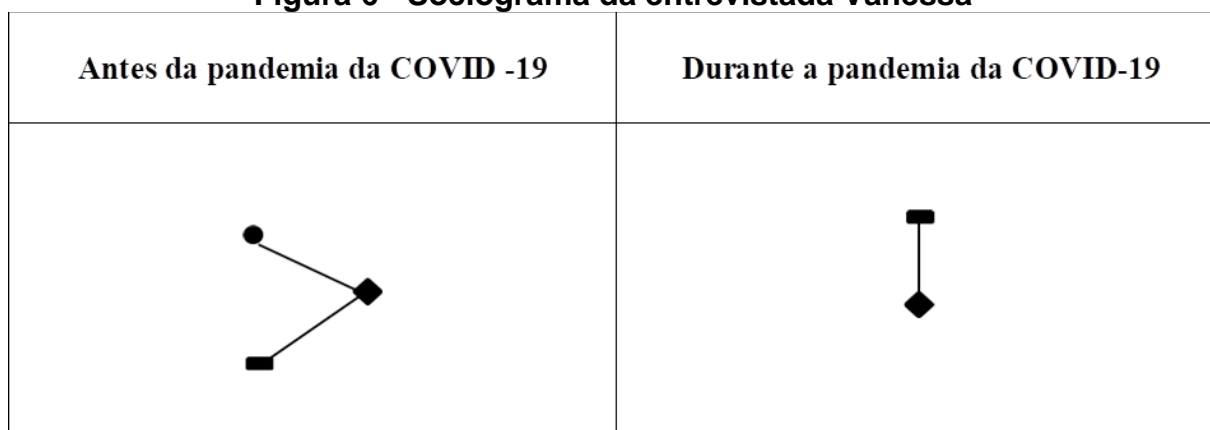
Figura 5 - Sociograma da entrevistada Mariana



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados da pesquisa.

Legenda: losango preto: ego; círculo preto: avó materna; triângulo cinza: avô materno; quadrado cinza: escola de futebol; triângulo invertido: EMEI.

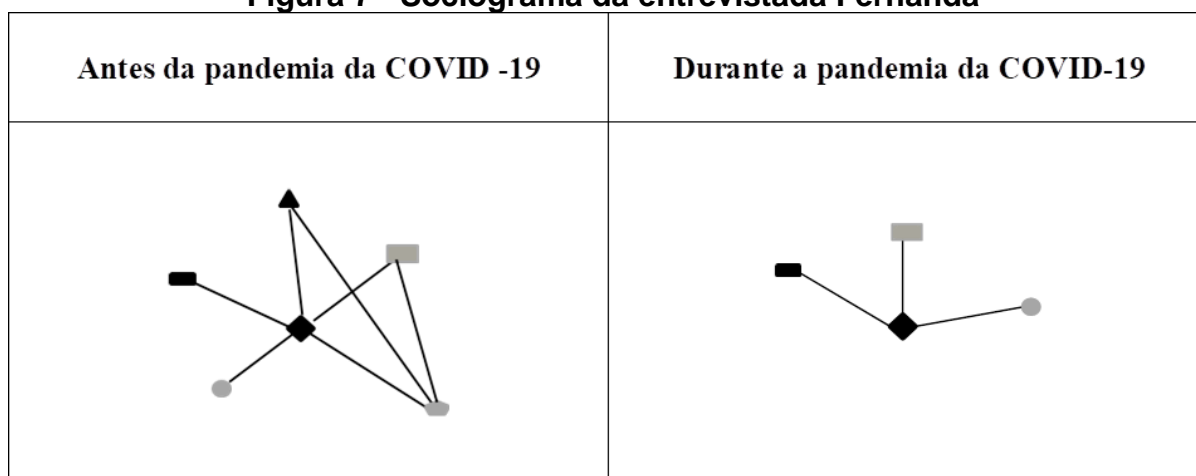
Vanessa vive, desde que iniciou a pandemia, com sua filha, de um ano e sete meses de idade, e com o pai de sua filha. A família monoparental feminina migrou para o arranjo nuclear, em decorrência da pandemia e dos efeitos dela na vida da família. Os pais, que residiam em domicílios distintos, decidiram por morar em um único, enquanto fossem mantidas as medidas de distanciamento social e demais restrições. Por fazer parte do grupo de risco, Vanessa precisou se manter em distanciamento social, deixando sua atividade laboral e investindo em outra que pudesse ser realizada na modalidade *home office*. Sua rede anteriormente era formada pelo pai de sua filha e pela avó materna e oferecia o acompanhamento de um adulto de confiança. Os cuidados essenciais à criança nos seus primeiros anos de vida, segundo a entrevistada, também muniam a criança com uma convivência com mais pessoas. “Porque sou eu e ela. Faz muita diferença na questão do desenvolvimento. Ela aprende coisas novas, até para inteligência, conviver com outras pessoas. Mesmo uma vez na semana faz muita diferença (sic)”. Atualmente, os pais, por residirem no mesmo domicílio, são responsáveis pelos cuidados com a filha.

Figura 6 - Sociograma da entrevistada Vanessa

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados da pesquisa.
 Legenda: losango preto: ego; círculo preto: avó materna; retângulo preto: pai.

Fernanda reside com os filhos de 9 e 11 anos. Sua rede antes da pandemia englobava a tia materna, a sobrinha, o pai de seus filhos (ex-cônjuge), a escola e a vizinha. Com a pandemia, sua atividade laboral foi suspensa durante alguns meses. Com isso, Fernanda ficou um período em casa, podendo dedicar mais tempo ao cuidado com os filhos. Ao retornarem as atividades laborais, o que aconteceu de forma gradativa, ela precisou acessar sua rede que, nesse novo cenário, passou a contar com a tia materna, que “corre o olho” nos sobrinhos, e sempre que há a necessidade de algum outro apoio, está disponível, e com o pai (ex-cônjuge), que, neste período de pandemia, além dos momentos já estabelecidos para convivência, também auxilia nos cuidados com a saúde das crianças (levando-as a consultas médicas, quando necessário, por exemplo). Esta rede, mesmo reduzida, promove a convivência familiar e o lazer através da convivência com o pai e com a tia, possibilitando um adulto de confiança próximo. Antes da pandemia, somava-se o estudar em escola em tempo integral, realizar o percurso para a escola e casa com segurança, a convivência com seus pares. Houve uma redução significativa da rede em decorrência de algumas funções de cuidado não poderem ser exercidas, já que estavam atreladas à escola (que teve suas atividades suspensas).

Figura 7 - Sociograma da entrevistada Fernanda

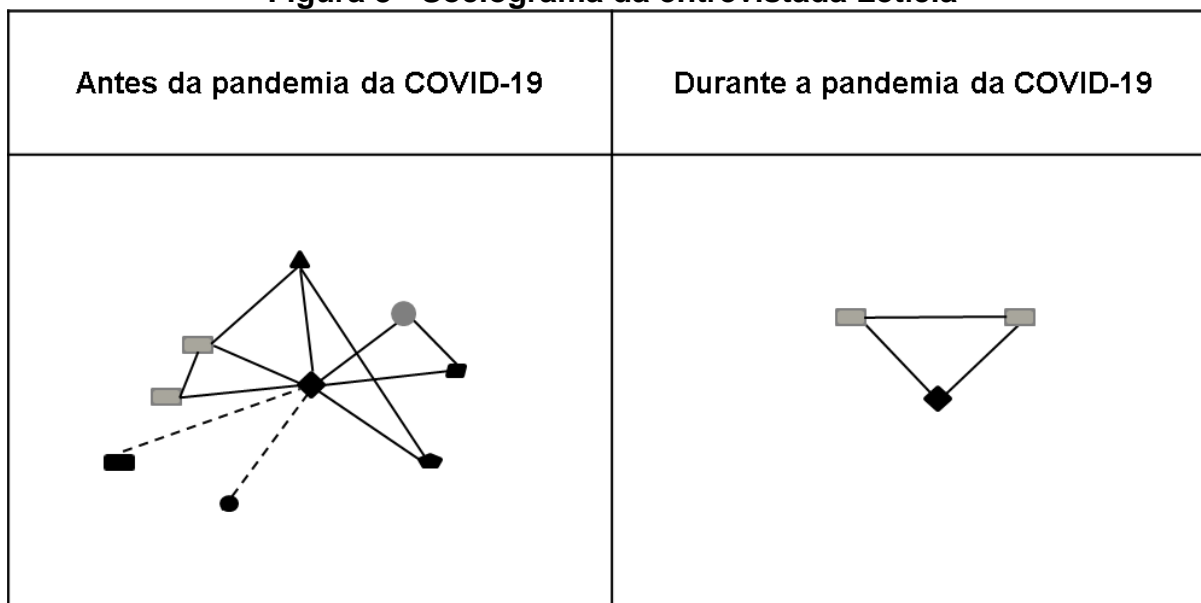


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados da pesquisa.

Legenda: losango preto: ego; círculo cinza: vizinha; triângulo: escola; retângulo preto: pai; retângulo cinza: tia materna; pentágono cinza: sobrinha.

Letícia vive com sua neta de 11 anos e sua filha de 22 anos. Durante a pandemia, por fazer parte do grupo de risco, decidiu por interromper sua atividade laboral para cumprir o distanciamento social. A rede que acessava antes da pandemia com vistas aos cuidados de sua neta, era composta por oito nós: duas tias maternas, escola, OSC, transporte escolar e vizinha. E, dois nós de laços fracos, professora da escola, onde a neta estuda e mães de alunos da escola. Por meio da rede, foi possível acessar: segurança no deslocamento para a escola, aprendizado e desenvolvimento educacional, socialização e convivência com os amigos, supervisão de um adulto de confiança no domicílio, garantia dos cuidados com alimentação e higiene pessoal. Atualmente, a rede conta com as duas tias maternas da criança que contribuem nas atividades de educação *on-line*, principalmente.

Figura 8 - Sociograma da entrevistada Letícia



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados da pesquisa.

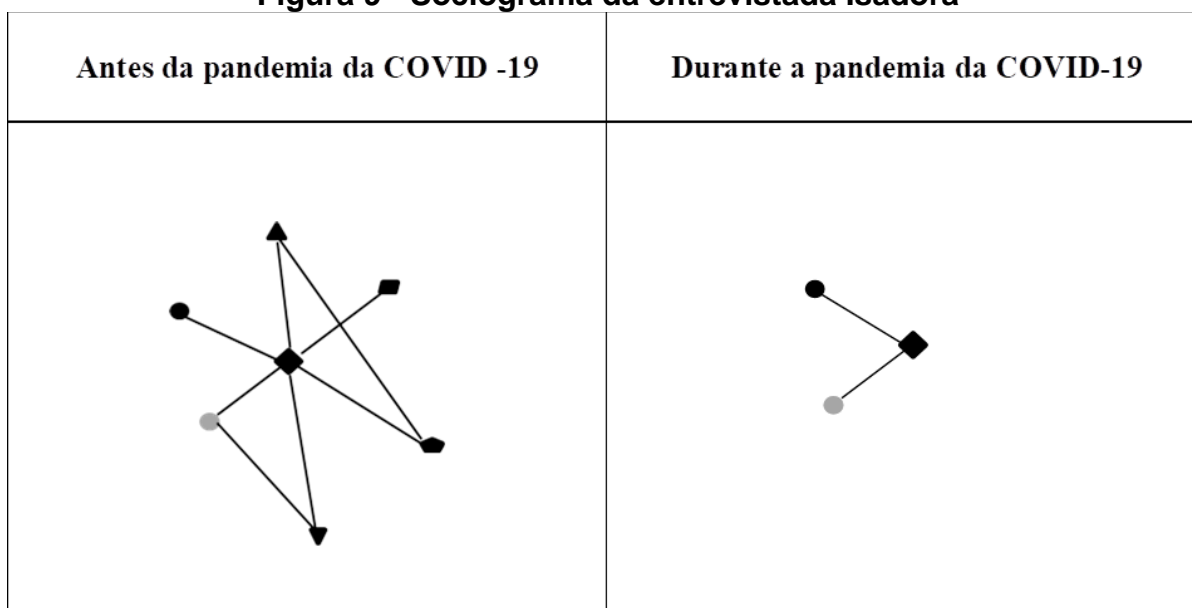
Legenda: losango preto: ego; círculo cinza: vizinha; triângulo: escola; quadrado preto: OSC; pentágono preto: transporte escolar; retângulo cinza: tias maternas; círculo preto: mãe de alunos da escola; retângulo preto: professora.

Com as escolas e OSCs fechadas, com a presença das mães e, nesse caso, da avó em casa, mais próximas e podendo dedicar mais ao cuidado das crianças, algumas funções desempenhadas pela rede passam a ser desnecessárias, como, por exemplo, não faz sentido se preocupar com deslocamento para escola, seja com um familiar ou transporte escolar. Torna-se dispensável ter alguém para receber a criança no domicílio, cuidar da sua alimentação, higiene pessoal quando a mãe já assumiu e se responsabiliza por este cuidado. Há uma diminuição esperada nos nós das redes durante a pandemia. Por outro lado, novas demandas surgem como a necessidade de apoiar os filhos nas atividades escolares, seja *on-line* ou por meio de conteúdos impressos repassados pelas escolas, cuidado que nesta família passou a ser conduzido pelas duas tias maternas, uma que reside no mesmo domicílio e outra que reside em outra casa no mesmo bairro. Também se observa a necessidade de brincar, de reconstruir a rotina, de criar momentos em que as crianças e adolescentes possam interagir, dialogar, se divertir. É um desafio para as famílias que muitas vezes percebem as crianças cansadas, com medo, preocupadas e dedicando grande parte do seu tempo à televisão e ao celular.

E, finalmente, Isadora que reside com seu esposo e três filhos, sendo uma menina de 11 anos, um menino de 6 e outro de 2 anos. O estabelecimento onde

trabalha ficou fechado por mais de cinco meses, e depois as atividades foram retornando de forma gradativa. Enquanto isso, para não ficar sem renda, passou a ir ao domicílio de suas clientes para desenvolver sua atividade laboral. A rede antes da pandemia contava com a avó materna, EMEI, escola, OSC, transporte escolar que lhe propiciava: acesso à cultura, à socialização, à educação formal, deslocamento com segurança no trajeto escola-casa, estar sob a supervisão de um adulto de confiança e proximidade da avó. Esta família na pandemia se viu durante mais de 6 meses sem a atuação da rede social de apoio. Nesse aspecto, a mãe se responsabilizou pelo cuidado com os filhos, pelo trabalho doméstico, pelo trabalho remunerado à medida que continuou o atendimento aos seus clientes. Em seguida, com a liberação gradual dos estabelecimentos, voltou a acessar a rede, contando com a avó materna, que reside no mesmo lote e monitora as crianças, estando pronta para atender a qualquer necessidade quando acionada (por se tratar do grupo de risco, o contato físico é evitado), e a vizinha, que é remunerada e fica responsável pelos cuidados com as crianças enquanto os pais se encontram fora do ambiente doméstico trabalhando.

Figura 9 - Sociograma da entrevistada Isadora



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados da pesquisa.

Legenda: losango preto: ego; círculo preto: avó materna; círculo cinza: vizinha; triângulo: escola; quadrado: OSC; pentágono: transporte escolar; triângulo invertido: EMEI

No período que antecedeu a pandemia da COVID-19, não se observou diferenças significativas entre as redes das famílias de arranjo monoparental feminina e nuclear. Embora toda a rede social tenha suas especificidades e características próprias no que tange às relações sociais, verificou-se nesta pesquisa uma similaridade na composição delas, quando se atenta aos indivíduos e às instituições que as formam, como: avós maternas; tia; tio; escola; vizinho(a)s; Organizações da Sociedade Civil; creches; amigas; pai (ex-cônjuge).

Quando observada a presença dos pais, nos arranjos monoparentais, geralmente tendem a se apresentar quando acionados pelas mães. Durante a pandemia, algumas entrevistadas relataram que os ex-cônjuges buscaram os filhos para passar dias e até meses em seu domicílio com a intenção de apoiá-los para que pudessem sair de casa, considerando as medidas sanitárias e segurança dos mesmos. “Às vezes, o pai vem, busca eles para sair um pouco de casa. Às vezes eles não estão aguentando mais ficar dentro de casa” (sic), diz Fernanda, demonstrando que o contexto pode ter contribuído no que tange ao cuidado com os filhos, para a negociação da divisão de atribuições e responsabilidades (UNFPA; INSTITUTO PAPAI, 2007).

As redes se apresentaram pequenas com poucos nós e de laços fortes, havendo similaridade em sua estrutura, quando se observa o acesso às redes para

cuidado dos filhos, os indivíduos e instituições que as constituem. Alguns autores salientam acerca do envolvimento das avós, tias, primos e outros familiares no cuidado das crianças (SORJ E FONTES, 2012; CEPAL, 2016; FIOCUZ, 2020).

Durante a pandemia, houve uma redução no tamanho ou extinção (mesmo que temporária) das redes de apoio social das famílias entrevistadas, ocasionado possivelmente pelo desemprego que fez com que algumas mães tivessem que ficar em casa e, com isso, não ter que acionar a rede para o cuidado dos filhos, ou pelo motivo do distanciamento social para evitar a contaminação, exigindo que as mães pertencentes ao grupo de risco interrompessem seu trabalho fora do domicílio, dedicando-se à função de cuidado com os filhos. Outro fator marcante para a redução do tamanho das redes está na suspensão das atividades escolares e das desenvolvidas pelas Organizações da Sociedade Civil, além da postura adotada por grande parte das famílias, evitando o contato físico com aqueles(as) que anteriormente se vinculavam à rede. Nesse aspecto, as redes das famílias nucleares, embora tenham tido nesta pesquisa uma representatividade de entrevistadas menor que as de família monoparental feminina, apresentaram uma redução significativa em suas redes e, no caso de duas famílias, a extinção delas, mesmo que seja algo temporário. As mães externaram a satisfação em estar à frente do cuidado de seus filhos e tendo no dia a dia uma convivência mais próxima; contudo, não deixam de salientar a importância e a necessidade de recolocação no mercado de trabalho. Além disso, sentem em não poder manter o relacionamento com alguns membros da rede, principalmente quando se trata de parentes mais próximos, como, por exemplo: as avós maternas.

Nesse sentido, Granovetter (1973), ao discorrer sobre as redes sociais a partir da abordagem econômica, afirma que elas facilitam a circulação de informações e asseguram a confiança, facilitam as relações entre os indivíduos. Por esse motivo, segundo o autor, estar vinculado por meio de laços fracos possibilita alcançar pontes entre as redes, ampliando as possibilidades e as oportunidades de acesso às informações que são úteis a vida diária. Algumas mães descreveram que suas redes laços fracos ocorriam com uma frequência reduzida, se comparada aos laços fortes, mais marcantes nas redes. Ao buscar informações sobre os atores que viriam fazer parte de sua rede, as entrevistadas acabam estabelecendo laços fracos com outros, ou seja, ao buscar referências, ao mapear instituições para que pudessem se vincular às suas redes, as mães solidificavam os laços fracos. Ao longo da

pandemia, percebeu-se, portanto, a extinção dos laços fracos, quando se tratava, dos cuidados dos filhos para que pudessem trabalhar.

4.2. Critérios estabelecidos pelas mães na estruturação das redes sociais de apoio no contexto de pandemia do COVID-19

As mães demonstraram grande atenção na decisão de acionar os atores para composição da sua rede de apoio. Foi observada, antes e durante a pandemia, a busca do bem-estar de seus filhos.

Em razão dos riscos de contaminação com o novo coronavírus, outros elementos passaram a fazer parte da avaliação, incorporação ou não dos indivíduos ou instituições das redes, aspectos atrelados justamente às medidas sanitárias, isolamento e distanciamento social. Torna-se inviável incorporar a avó, se ela passa a fazer parte do grupo de risco ou de incorporar uma vizinha para ficar em casa cuidando das crianças, mediante ao alto risco de contaminação.

As mulheres tendem a estar à frente desse processo e acionam suas redes de informação (familiares, amigas, vizinho(a)s, pais de alunos da escola, entre outras.) para levantar dados, indicações e referências que contribuam para sua tomada de decisão. As entrevistadas pertencentes a famílias nucleares fizeram menção acerca da participação de seus maridos neste momento, o que é relevante no sentido de se equilibrar as responsabilidades que se relacionam aos cuidados dos filhos. Afinal, a mãe e o pai, ou os responsáveis, têm direitos iguais, bem como deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação das crianças.

Boas referências e confiança. Há uma relação de confiança e de proximidade que pesa nesta escolha. As relações, na maior parte das vezes, envolvem entes familiares, com destaque para as avós maternas que, com frequência, assumem os cuidados com os(as) netos(as). Isso ocorre geralmente pela disponibilidade de tempo para exercer este cuidado, pelos vínculos afetivos e, sobretudo, pela confiança que as mães creditam a elas. Sorj e Fontes (2012) reforçam que, para a mulher se dividir entre o trabalho remunerado e os cuidados com os filhos e família, precisa contar com o apoio das redes de solidariedade (geralmente constituídas por membros da família, como as avós). É comum que as avós exerçam a função de cuidado de seus netos para que os pais possam trabalhar (GOYRET E GORGAL, 2015). Algumas mães relatam que os filhos ficavam quando mais novos sob os

cuidados da avó materna, mas com o tempo problemas relacionados à saúde surgiram, inviabilizando esta atuação, além de outros casos em que as avós se inseriram no mercado de trabalho e passaram a não poder apoiar no cuidado dos netos. Mesmo assim, continuam a fazer parte da maioria das redes identificadas nesta pesquisa antes de março 2020, evidenciando uma redução ou adaptabilidade de sua participação junto às redes durante a pandemia por apresentarem maior risco de desenvolvimento da forma grave da doença.

De acordo com a Secretaria de Estado de Saúde Minas Gerais (2020), o envelhecimento não pode ser visto como uma doença, mas como um processo natural da vida; porém, deve-se dar atenção às fragilidades relacionadas ao processo de envelhecimento, como a menor atividade do sistema imunológico, tornando a população idosa naturalmente mais suscetível às infecções e suas consequências mais graves. Devido à associação entre comorbidades e infecção pelo novo coronavírus, até 20 de abril de 2020, 72% dos óbitos por COVID-19 foram de pessoas com mais de 60 anos, e 70% delas apresentava pelo menos um fator de risco, segundo a SES-MG (2020). Então, mais do que esperado que as famílias passassem nesse período a cuidar e preservar os idosos, evitando sua exposição e risco de contágio.

O fato de residirem no mesmo bairro e por conhecerem detalhes acerca do lugar no que tange às questões sociais, culturais e econômicas parece favorecer o processo de escolha das mães para a interação com indivíduos e/ou instituições para que passem a fazer parte da rede de cuidados de seus filhos. Outro fator relevante para as mães e citado pela maioria delas está no tempo de convívio e de conhecimento que ganha peso no processo, um validador para a incorporação de X ou Y a sua rede.

O conhecer desde a infância permite acessar sua história e percurso, avaliar os laços de amizade e convivência estabelecidos, se os valores estão vinculados aos valores da família. Como ilustrado nas falas seguintes: “Eu a conheço desde criança, conheço sua família” (sic) (Letícia). “Eu estudei naquela escola, conheço os professores etc., fico feliz que meus filhos estudem lá” (sic) (Olívia). “Eu cuidei da minha sobrinha, desde que ela estava na barriga da sua mãe, eu a conheço e confio” (sic) (Fernanda). Esse é outro aspecto também importante que envolve este processo de escolha.

“A moça que as leva para a escola, tenho a confiança e a conheço há muitos anos. Atualmente, não podemos confiar em todo mundo” (sic) (Olívia). “O cuidado, o horário de chegada, eu observei e também busquei indicação (sic)” (Íris). A comunicação e a difusão de boas referências e prestação de bons serviços de cuidado circulam no bairro, principalmente entre os moradores mais próximos, os vizinhos.

Desse modo, Bourdieu (1986) afirma que a reprodução do capital social está vinculada ao esforço “incessante de sociabilidade” (BOURDIEU, 1986, p. 22), havendo uma série de trocas com o seu reconhecimento “continuamente afirmado e reafirmado”. Destaca-se, inclusive, que os possuidores de um capital social, ao serem procurados pelo seu capital, passam a ser conhecidos, por mais pessoas do que eles próprios conhecem, sendo seu trabalho de sociabilidade, altamente produtivo, gerando, portanto, uma confiança atrelada a este conhecer bem.

E finalmente, a questão financeira, na ausência de recurso para pagamento de uma creche particular ou de um profissional exclusivo para cuidado dos filhos, poder contar com indivíduos e ou instituições de confiança que não exigirão desembolso de recursos que esteja fora de seu orçamento, tem um peso. Algumas mães salientam que, se tivessem recurso para pagar, fariam isso, inclusive, para poupar sua mãe (a avó) que se encontra às vezes com algum problema de saúde ou com idade mais avançada. Também para evitar diariamente deslocamentos das crianças, organização de bolsas com roupas e outros itens necessários ao dia da criança. Para elas, seria um ganho as crianças receberem os cuidados em sua própria residência no sentido de usufruir de seus espaços, ou seja, deitar em sua própria cama quando quiser descansar, pegar os seus brinquedos para brincar, nem sempre é possível levar tudo (diariamente) para o local onde as crianças ficam.

Os atores e instituições que compõem as redes de apoio social são provedores de capital social para as crianças e para os adolescentes, conforme apresentado no item 4.1 desta pesquisa. Esta constatação vem de encontro ao que salienta Bourdieu (1980), quando afirma que o capital social, enquanto elemento constitutivo, apresenta-se nos benefícios obtidos pelos indivíduos mediante sua participação em grupos ou redes sociais, ou seja, é nas redes de relações sociais que os indivíduos têm acesso aos recursos dos membros do grupo ou da rede e à quantidade e à qualidade de recursos do grupo. Uma mãe que, ao consolidar sua rede de cuidado,

sente-se mais segura e confortável para exercer o seu trabalho fora do ambiente doméstico.

Uma das características do período de pandemia é a necessidade contínua de adaptação e abertura para reordenar as rotinas. Fato é que algumas mães foram dispensadas de suas ocupações no início da pandemia, permanecendo um período em casa e se dedicando inclusive aos cuidados dos filhos e da casa. Entretanto, algumas tiveram que retornar ao trabalho. Precisaram retomar as atividades laborais e, ao mesmo tempo, garantir o cuidado de seus filhos durante sua ausência. Então, precisam flexibilizar, acessando este(a) cuidador(a), mesmo que com risco, conforme relata Isadora. “Com o retorno ao trabalho, eu e meu marido não estaremos mais em casa. Ela virá ficar com as crianças, seguindo os cuidados como uso de máscara, álcool etc.” (sic).

4.3. Principais desafios vivenciados por mães trabalhadoras ao longo do período de pandemia do COVID-19

As mães se deparam no seu cotidiano com desafios de várias ordens, no contexto de pandemia da COVID-19. Estes se intensificaram e foram somados, principalmente, às questões de saúde pública e especificidades relacionadas às medidas sanitárias estabelecidas.

O maior desafio relatado pelas mães de ambos os arranjos familiares foi a necessidade de trabalhar e conciliar com as responsabilidades de cuidado com os filhos, como relatado por Olívia: “Encontrar uma pessoa de confiança para cuidar dos filhos com carinho, dedicação, amor e protegê-los. Preciso trabalhar, mas preciso ter uma pessoa de confiança” (sic). A entrevistada tem uma família que é seu ponto de apoio, mas vê tantas outras mães neste período passando por situação de necessidade extrema, não tendo condições para o próprio sustento, não conseguindo trabalhar. No contexto de pandemia, o risco de contaminação fez com que as redes de apoio fossem desarticuladas ou reduzidas, principalmente, quando eram compostas pelas avós (principal participante das redes), as primeiras a serem mantidas em distanciamento social.

As medidas sanitárias de isolamento e distanciamento social foram adotadas pelas famílias. Com isso, vizinhos(as), outros familiares (tia, primo etc.) também passaram a não mais conviver como antes, impossibilitando o apoio da rede. As

mães não estão tendo com quem deixar os filhos, como sair para trabalhar diante dessa incerteza. “Deixar os filhos num local onde possam sair para trabalhar despreocupadas” (sic), conforme menciona Letícia, é fundamental. Por outro lado, as mães que fazem parte do grupo de risco e que precisaram se desligar ou foram desligadas de suas atividades laborais passaram a se responsabilizar pelo cuidado de seus filhos.

O mais difícil é arrumar alguém para ficar com os filhos. Hoje em dia não é todo mundo que você pode confiar. Não podemos deixar nossos filhos com alguém que a gente não conhece direito. É muito difícil principalmente, para quem tem filho muito pequeno, deixar seu filho para ir trabalhar, arranjar alguém com quem possa ficar. Hoje em dia tem muito abuso, maus-tratos. A gente que é mãe solteira, como no meu caso, tem muito medo, com quem deixar os filhos, ainda mais neste período da pandemia que é mais difícil ainda (FERNANDA) (sic).

“Tá apertado para pagar as contas” (sic), ressalta Roberta. Conseguir se manter financeiramente, arcar com as despesas básicas, o sustento dos filhos foi um desafio apresentado principalmente, pelas mães chefes de família. O custo de vida alto, o aumento da inflação, ter que lidar com o desemprego, redução salarial impactaram fortemente todas as mães participantes desta pesquisa, com destaque para as que pertencem ao arranjo familiar monoparental feminino.

Para as mães que continuaram com suas atividades laborais e para as que estão em casa, o maior desafio está em conciliar suas atividades profissionais com o acompanhamento da vida escolar de seus filhos, ou seja, as aulas *on-line*, as atividades enviadas pela escola para serem realizadas em casa. “Antes da pandemia tinha uma rotina, agora tive que mudar tudo e me reinventar”, pontua Mariana. Uma das marcas deste período tem sido a constante remodelagem da rotina familiar.

O medo da contaminação é um desafio para a mãe trabalhadora no período da pandemia.

O maior desafio é voltar para casa. Corremos um risco enorme lá fora. Estamos cumprindo as medidas de distanciamento, mas eu preciso ir e preciso voltar saudável para a minha família. Essa pandemia tem assustado muito a gente, eu tenho muito medo de pegar esta doença e trazer para minha família (ISADORA) (sic).

Embora o protocolo esteja sendo seguido pelas entrevistadas, como, por exemplo, o uso de máscara e sua troca depois de duas horas de uso; álcool e EPIs, as entrevistadas reforçam que ainda se sentem vulneráveis, já que não basta o seu uso individual, mas o coletivo também precisa se atentar a esses cuidados.

O fornecimento de EPIs varia de acordo com a função exercida e local de trabalho, mas não adianta um indivíduo usá-lo, sendo que nos espaços de trabalho, principalmente em centros comerciais, *shoppings*, outras pessoas não se comprometerem com a sua autoproteção, que está diretamente ligada à proteção de terceiros.

O transporte público, também citado, torna-se um risco, com a aglomeração de pessoas, falta de higienização dos equipamentos. Eventualmente, há o uso do transporte por aplicativo, mas o recurso financeiro não permite que elas o utilizem com frequência, o que reduziria um pouco mais o risco de contaminação e possibilitaria o deslocamento entre a casa e o trabalho e vice-versa em menor tempo, principalmente aos domingos quando a circulação do transporte público é reduzida. “As condições de trabalho não são cem por cento. Muitos protocolos são quebrados. Algumas coisas a gente tenta questionar e consegue porque conhecemos nossos direitos, mas outras não” (sic), relata Isadora. Um ponto importante a ser abordado e aprofundado em outras pesquisas seria as condições de trabalho e o cumprimento dos direitos trabalhistas ao longo da pandemia.

Garantir a segurança dos filhos, mantendo-os protegidos do contágio do novo coronavírus, principalmente quando as crianças e adolescentes fazem parte do grupo de risco. As mães relataram que as medidas sanitárias foram adotadas e, nos casos, onde as crianças fazem parte do grupo de risco, o distanciamento social acontece de forma arraigada.

Para as entrevistadas manter o equilíbrio entre o psicológico, financeiro e emocional, é um desafio neste período.

Você tem que ter pelo menos um bico. A gente que é mãe fica mais sensível, não no sentido de chorar e tudo mais, porque a gente quer abraçar o mundo, conquistar, a gente pega as coisas para a gente, quer conciliar, manter firme para que nossos filhos não venham absorver aquilo que nós que somos maiores estamos vivendo, queremos passar segurança para eles. Às vezes é complicado, manter tudo na linha, o psicológico, financeiro e emocional (VANESSA) (sic).

As mães prezam pelo bem-estar de seus filhos e, dentro do contexto de pandemia, todos acabam sendo afetados. De acordo com a Fiocruz (2020), familiares ou cuidadores se veem numa sobrecarga com responsabilidades de várias ordens e, nessa junção de situações e realidades, o estresse parental vai se incorporando.

O não poder sair de casa, não poder manter a convivência com os familiares e amigos, como ocorria antes da pandemia, as notícias nos telejornais que muitas vezes trazem pânico, a perda de parentes e de amigos próximos pelo vírus, a sobrecarga de trabalho doméstico que inclui o cuidado dos filhos, os afazeres domésticos e o acompanhamento das atividades escolares que ocorre de forma diferenciada para cada filho, devido à série escolar e ao modelo adotado pela escola onde estuda. Assim, alguns estão tendo aula *on-line*, outros recebem material impresso, e outros estão completamente desprovidos do direito à educação (sem aula, sem informação, sem acesso).

Dentro dessa necessidade de equilíbrio, as mães também precisam aprender a lidar com o sofrimento, preocupação e medo manifestos pelas crianças que estão cansadas de ficar em casa, sentem falta dos amigos e das atividades, do brincar com seus pares, sentem-se ansiosas e inseguras com o contexto. As crianças e adolescentes estão “suscetíveis às repercussões psicossociais da pandemia” (FIOCRUZ, 2020, p. 173).

Diante deste cenário, é esperado que as redes de apoio mudem no sentido de também atender e suportar a essa nova demanda de cuidado. A comunidade escolar, os profissionais da área da saúde, as Organizações da Sociedade Civil se preparam no sentido de atender à realidade de crianças e adolescentes, bem como de seus familiares. As entrevistadas trouxeram poucos elementos acerca deste cuidado; contudo, algumas apontaram o esforço de criar momentos de lazer (jogos, brincadeiras), com os filhos mesmo que essas atividades ainda precisem ocorrer exclusivamente em ambiente doméstico, buscam promover o diálogo, remodelam a rotina sempre que necessário. Isadora compartilha alguns recursos e experiências que busca desenvolver com os filhos: “A gente brinca de jogo da memória, ludo, monta barraca e brinca com os irmãos. O pai é muito brincalhão e brinca muito com eles” (sic). Mônica informa: “Antes eu levava eles para jogar bola no campo ou eles iam para a casa do pai. No início da pandemia, eles ficaram três meses na casa do

pai” (sic). Assim, novos elementos vão sendo incorporados ou intensificados aos cuidados realizados pela mãe e pelo pai que puderam estar mais próximos dos filhos durante a pandemia no caso de Isadora ou da rede social de apoio representada pelo pai (ex-cônjuge), conforme salienta Mônica.

A rotina mudou principalmente para ela que não está acostumada a ficar o dia inteiro dentro de casa, não pode encontrar as coleguinhas. Eu estou sempre fazendo alguma coisa, mas não é fácil ficar dentro de casa. A gente vai ficando com a cabeça bagunçada (LETÍCIA) (sic).

“No início foi muito difícil era muito grande, parecia que ele ia tomar conta da gente. Tudo que você pegava você ficava com medo, sair no portão dava medo. Não podia ir à casa da minha família. As crianças ficavam com medo” (sic), salienta Fernanda.

O novo que veio permeado de incertezas, gerando dúvidas nos indivíduos que muitas vezes ouviam e liam notícias que ressaltavam o poder destruidor do vírus, deixando parte da população insegura. Buscando estratégias para se proteger dos exageros, do *fake news*, algumas pessoas decidiram por não mais acompanhar o noticiário, conforme relata Letícia. “Este período de pandemia não dá para ver a televisão, não dá para assistir o jornal, se não a gente pira a cabeça” (sic).

“A escola está fazendo muita falta. Ele tem muita energia, está muito ansioso, roendo as unhas, sente saudade da professora e dos amigos” (sic), afirma Isadora.

“Tudo muda. As crianças ficam entediadas de ficar só dentro de casa, a televisão não é suficiente, mesmo lendo livro, não deixo ficar o tempo todo no celular. Chega o final de semana pedem para ir brincar de futebol com os coleguinhas, mas não pode. Os gastos aumentaram, o preço de tudo está maior. Às vezes, os filhos acham que é um exagero da gente e não posso fazer nada. Eles chegam a dizer que estão cansados de ficar dentro de casa e ‘ah!’ todo mundo vai morrer mesmo” (sic) (ÍRIS).

Conforme item 4.3, o custo de vida aumentou, itens alimentícios, de higiene pessoal, de limpeza (tão necessários neste momento) tiveram seus preços acentuados, ficando inviável para muitas famílias onde seus provedores estão desempregados, ou com a redução da jornada de trabalho que reverbera na redução salarial. De acordo com o IPEAD/UFMG (2020), no mês de outubro, o custo da cesta básica teve uma alta de 6,12% em Belo Horizonte, chegando a custar R\$

520,79, correspondendo à metade do salário-mínimo. Na capital, segundo dados do IPEAD/UFMG, o custo de vida avançou 0,69% em relação a setembro, aumentando os alimentos *in natura* (6,08%), itens de saúde e cuidados pessoais (1,40%) e da gasolina comum (2,06%). A variação acumulada, segundo IPEAD/UFMG (2021) representa 25,54% nos últimos 12 meses, aproximadamente sete vezes acima da inflação. Essa realidade impacta diretamente o poder de compra das famílias, mesmo quando receberam o auxílio emergencial, que possibilitou o acesso a uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável.

4.4. Aspectos transversais

Percebe-se a complexidade do cuidado e o valor que ele tem para as mães, talvez por estar fortemente vinculado à função materna, fruto de uma construção histórica e cultural. A preocupação com o cuidado dos filhos, como a alimentação, higiene, saúde, educação, princípios e valores familiares, a segurança dos mesmos em seus deslocamentos e em outros ambientes, dos amigos e companhias. “Ninguém cuida como a gente. Se pudesse ficaria com meus filhos. Muitas vezes, não temos a oportunidade de ver o seu desenvolvimento. Outras pessoas acabam vivendo este momento em nosso lugar” (sic), (Isadora).

Quando perguntadas sobre o cuidado relacionado à saúde e à educação de seus filhos, todas responderam que, esta parte, não transferem e fazem questão de estar à frente. Consultas médicas de rotina ou extraordinárias, vacinação, o acompanhamento escolar, participação nas reuniões e/ou apresentações, realização de atividades. Ressaltaram que organizam as agendas e, quando há conflito, negociam em seu ambiente de trabalho para poder sair sem prejuízo. Embora os pais contribuam nesse processo, percebe-se que a atuação das mães nesse cuidado é mais evidenciada. “Levar ao médico, vacina, eu sou a responsável por cuidar dela, mesmo neste período de pandemia (sic)”, afirma Vanessa. “As reuniões de escola sempre fui eu que fui. Ao médico, tomar vacina, sou eu também que a levo e até gosto, sabe!” (sic), diz Letícia. “Quando ele saiu de casa e nos separamos, tudo passou a ser eu, reunião, aula, eu. Mas se precisar e chamar, ele sempre ajuda. Ele vive no bairro vizinho” (sic), salienta Fernanda.

Outro cuidado que as mães estabelecem mesmo à distância é de manter o contato com seus filhos e/ou com as pessoas ou instituições para fins de se obter

notícias dos filhos ao longo do dia. Também estabeleciam os horários junto aos seus empregadores (principalmente as diaristas e empregadas domésticas) para delimitar o horário de seu trabalho e chegar a tempo para o cuidado com os filhos. “Sempre foi muito tranquila a comunicação com minha mãe ou com o pai dela, porque, se não fosse possível isso, eu não teria como trabalhar, porque a mãe não pode ficar sem ter este contato” (sic) (Vanessa). “No horário de almoço de trabalho, eu ligava para saber se tinha chegado em casa, como estava.”, ressaltou Letícia. “Eu ligava quando estava trabalhando, para saber se estava tranquilo” (sic) (Roberta).

O cuidado com os filhos, segundo as entrevistadas, é de extrema relevância para elas; contudo, sabem e relatam que, embora tenham critérios para a escolha dos indivíduos e instituições que irão fazer parte da sua rede de apoio, eles não terão como suprir todos. O trabalho remunerado é o caminho, segundo as mães dos arranjos monoparental e nuclear, para que os filhos tenham acesso ao essencial e a oportunidades que não teriam, caso elas não trabalhassem.

Há, portanto, em algumas situações, a necessidade de flexibilizar no sentido de garantir o principal aos seus filhos, como, por exemplo, a escola próxima do domicílio traz alguns ganhos no tempo⁴ para a mãe, para a garantia de se ter um vizinho e/ou parente que possa levar e buscar a criança na sua ausência. De se ter uma pessoa que cuide das crianças, que seja uma companhia para elas, mesmo que, para isso, tenha que já deixar o almoço pronto e cuidar dos demais afazeres domésticos.

A rotina na pandemia mudou porque ficamos mais em casa, ter mais paciência porque as crianças ficam muito estressadas, temos que inventar coisas para fazer com as crianças. Antes a gente não tinha muito contato, quando tínhamos tempo, cada um ficava no celular, TV, e agora nós ficamos mais unidos. O contato humano não tinha, tinha um distanciamento dentro da nossa casa. Mas, hoje, estamos mais unidos e a gente tem um tempo para brincar, conversar, orar todo mundo junto. A gente reorganizou o nosso tempo, reorganizamos nossa rotina. Parecia que era superficial, não que não tivéssemos amor, mas agora a gente tem mais contato. Foi ruim em algumas partes, mas foi bom para nossa família nesse sentido (sic) (ISADORA).

⁴“Ao acionar mais os vizinhos e sobrinha, eu ganhava mais tempo, porque até levar meu filho à escola, acabava chegando atrasada no trabalho. Além disso, ficava cansativo. Agora dá tempo de fazer alguma coisinha em casa antes de sair” (sic) (Fernanda).

Esse trecho da entrevista da Isadora ressalta a complexidade do viver em pandemia e traz um elemento pouco visto ou ouvido neste período que é, em meio a um turbilhão de novidades e desafios, conseguir extrair algo bom. Fato é que, como relatado no item 4.3, conciliar o psicológico, o financeiro e o emocional, conforme colocado por uma das mães não é nada fácil, mas foi possível ver, por meio do relato desta família, que o cuidado foi revisto e redesenhado frente às dificuldades, dando a entender que houve ganhos para a família como um todo.

Há, portanto, uma busca pela superação ao mesmo tempo em que se move para deixar o ambiente confortável para minimizar as dificuldades. Íris relata que “um fim de semana temos interesse em ver um filme. Moramos num lote onde moram três famílias, eu, minha mãe e minha irmã. A gente senta no terreiro e bate papo, fazemos um cachorro quente e marcamos de ver um filme juntos (sic)”. Recursos criados e implementados em rede, visando ao cuidado com os filhos, como o bem-estar familiar.

O auxílio emergencial foi de extrema importância para as famílias que conseguiram acessar. Algumas mães já recebiam o Bolsa Família, pois já eram cadastradas no CadUn e automaticamente passaram a receber o recurso. “Conseguí o auxílio emergencial. Tem sido uma ajuda de extrema importância porque só meu esposo que está trabalhando, e minha clientela diminuiu demais”, afirma Olívia. “Eu vou ser bem franca com você, a gente que é pai e mãe e vive nessa rotina de rua, não tem um emprego e com essa pandemia tem muita luta. Às vezes, falta um pouco, se bem que a gente não tem muito mesmo. Graças a Deus que a gente conseguiu o auxílio emergencial” (sic), salienta Roberta.

O auxílio emergencial contribuiu para que as famílias pudessem cumprir com seus compromissos e comprar os produtos de necessidade básica. Embora o valor não fosse suficiente para suprir todas as necessidades, teve sua relevância e cumpriu seu papel, conforme relatado pelas entrevistadas que também buscaram o complemento por meio de cestas básicas distribuídas por igrejas, Prefeitura de Belo Horizonte, OSCs, além de realizarem, quando possível, os “bicos” para garantir recursos financeiros. Na ocasião da entrevista, o auxílio estava sendo repassado pelo governo federal; contudo, as mães já externavam sua preocupação quanto à sua suspensão, diante do aumento do preço dos produtos, do desemprego e da pandemia ainda em andamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao comparar as redes sociais de apoio estabelecidas por mães trabalhadoras pertencentes a arranjos familiares monoparentais e nucleares e como estas eram acessadas antes e durante a pandemia da COVID-19, tornou-se evidente que o contexto vivenciado desde março de 2020 afetou diretamente as famílias em vários aspectos, tais como: o cuidado dos filhos, a inserção da mãe no mercado de trabalho, as redes sociais de apoio.

Antes da pandemia, as redes se apresentavam com mais membros, o que permitia um alcance maior de cuidado e um maior capital social. Ao se instaurar a pandemia, observou-se uma redução considerável de seus componentes e, em alguns casos, da desarticulação da rede, mesmo que em caráter temporário.

As três hipóteses de pesquisa foram corroboradas. As mães trabalhadoras estabelecem critérios para a estruturação de suas redes sociais de apoio; contudo, durante o contexto de pandemia da COVID-19, tendem a flexibilizar em razão da necessidade de trabalhar para o sustento dos filhos.

As mães, em tempo de pandemia, acessam suas redes, de acordo com sua necessidade e contexto vivido; entretanto, os critérios estabelecidos por elas para estruturação de suas redes são mantidos. Em alguns casos, devido à urgência em manter a atividade laboral ou em retornar ao mercado de trabalho, uma questão de sobrevivência da família, observa-se uma flexibilização relacionada às medidas de distanciamento social para poder acessar e inserir indivíduos em sua rede.

O contexto de pandemia afeta diretamente a possibilidade de acessar as redes sociais de apoio anteriormente acionadas pelas mães trabalhadoras, sendo necessária a reestruturação das redes. Houve situações em que as redes foram desarticuladas, e as mães não puderam contar com este recurso, como também, as situações onde elas perderam seus empregos ou, em razão de serem do grupo de risco, passaram a ficar em casa, dedicando-se inclusive ao cuidado com os filhos.

Fica evidente que a primeira rede de relações acionada pelas mães trabalhadoras tende a ser formada por familiares, por uma questão de sociabilidade. Estas, muitas vezes formadas pelas avós maternas, tias, pais (ex-cônjuges), sobrinhas, vizinhas (os) mais próximos e, especificamente no cenário de pandemia, não se expandem. Quando essa primeira rede de relações se estabelece, as mães

tendem a lançar mão de expandi-la, pois se sentem seguras quanto aos cuidados que serão dispensados aos seus filhos. As avós maternas, tão presentes nas redes sociais de apoio antes da pandemia, por fazerem parte do grupo de risco, foram as primeiras a se deslocarem delas, já que precisaram manter o distanciamento social. As famílias em geral reduziram o contato presencial e convivência neste período.

As redes, durante a pandemia, mantiveram os laços fortes, mas os laços fracos se perdem nesse contexto, que tem como característica a tendência a mudanças e à adaptabilidade quando se atém à estrutura, funcionamento das redes de apoio social. Torna-se volátil, pois cada família encontra uma saída e uma estratégia diferente para lidar com o cuidado dos filhos e com os demais pontos que, por serem transversais, podem afetar o funcionamento das redes.

Quando observamos os dois arranjos familiares que fazem parte desta pesquisa, é possível afirmar que ambos foram afetados durante a pandemia da COVID-19 em várias esferas, conforme descrito nos resultados. Porém, no arranjo monoparental feminino, evidencia-se maior impacto devido à carga de responsabilidades familiares e domésticas, atreladas ao fato de as mães trabalhadoras, chefes de família, terem de estabelecer restrições que privilegiem o acesso a um emprego que seja mais aceitável, como o trabalho autônomo ou informal que lhes possibilite um equilíbrio entre as demandas do trabalho e da família.

A pandemia salientou e agravou questões elementares que já faziam parte do métier da vida das mães trabalhadoras e dos cuidados de seus filhos, reforçando a necessidade de investimento em políticas públicas que respondam de maneira mais ampla e assegurem a mulher direitos, como o acesso ao trabalho em igualdade de oportunidade; mudanças no tempo dedicado ao cuidado familiar dos filhos; que contemplem a diversidade dos atuais arranjos familiares; que assegurem que as crianças pequenas recebam os cuidados necessários ao seu desenvolvimento.

Embora não seja o foco da pesquisa, serão apontados possíveis caminhos que possam se organizar em uma agenda de pesquisa, como as crianças após a pandemia no aspecto social, emocional e educacional; o relacionamento das crianças com seus pais durante a pandemia. No caso desta pesquisa, os pais que mantiveram suas atividades laborais, quando chegavam a casa, encontravam uma rotina e uma família que exigia cuidados diferenciados. Já os pais das crianças de arranjo monoparental feminino tendem a participar dos cuidados dos filhos quando

acionados. Durante a pandemia, alguns se mantiveram incorporados às redes sociais de apoio.

Algumas questões podem ser levantadas nesse contexto, a partir da pesquisa, como, por exemplo: após a pandemia, as redes sociais de apoio voltarão à composição anterior? Que tipo de investimento seria necessário para a estruturação dessas redes? Os critérios estabelecidos por mães seriam mantidos? E, por fim, um ponto a ser abordado e aprofundado em outras pesquisas são as condições de trabalho e respeito aos direitos trabalhistas ao longo da pandemia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma (Org.). **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ALMEIDA, Leila Sanches de. **Mãe, cuidadora e trabalhadora**: as múltiplas identidades de mães que trabalham. Departamento de Psicologia - UFF, v. 19 - n. 2, p. 411-422, Jul./Dez. 2007.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga *et al.* **Fatores familiares e desempenho escolar**: uma abordagem multidimensional. Dados, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 571-603, Sept. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582013000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 jun. 2020.

ANDRADA, Letícia Vulcano. **Redes sociais e gravidez na adolescência**: a experiência de mulheres jovens e adolescentes de diferentes classes sociais de Belo Horizonte. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2012.

ARAÚJO, Maria Celina D'. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução: Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; COSTA, Joana Simões de Melo; HECKSHERR, Marcos. Nota técnica. **Mercado de trabalho e pandemia da COVID-19**: ampliação de desigualdades já existentes? Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Jul-2020. DOI. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt69/notastecnicas1>. Acesso em: 13 jun. 2021.

BARROS, Myriam Lins de (org.) 2006. **Família e gerações**. Rio de Janeiro: FGV, 164p.

BELO HORIZONTE (MG). **Decreto Nº 17.304, de 18 de março de 2020**. Determina a suspensão temporária dos Alvarás de Localização e Funcionamento e autorizações emitidos para realização de atividades com potencial de aglomeração de pessoas para enfrentamento da Situação de Emergência Pública causada pelo agente Coronavírus – COVID-19. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1227069>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BILAC, Elisabete Dória. Trabalho e família, articulações possíveis. *Tempo Social, Revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 1, 2014.

BONANIMO, Alícia; ALVES, Fátima; FRANCO, Creso; CAZELLI, Sibebe. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, 2010, Rio de Janeiro, 2010, p. 487-499.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio. Catani (organizadores). 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. The Forms of Capital. 2016, 241-258. *In: Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Edited by J. G. Richardson. New York: Greenwood Press.

BOURDIEU, Pierre. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. **Berkeley Journal 01 Sociology**, n. 32, p. 1-49, 1987.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 jun. 2021.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.

BRITO, Flávio dos Santos. Mulher chefe de família: um estudo de gênero sobre a família monoparental feminina. **Revista Urutágua – revista acadêmica multidisciplinar**, n. 15, abr./mai./jun./jul, 2008.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Estrutura familiar e vida cotidiana na cidade de São Paulo**. Tese de doutoramento, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica de família. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 6, n. 1, p. 1-23, 1 ago. 1989.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; RIDENTI, Sandra. **Família, casa e trabalho**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 88, nov. 1994.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; RICOLDI, Arlene Martinez. **Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda**. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 136, p. 93-123, Apr. 2009.

BIRKS M, Chapman Y, Francis K. Memoing in qualitative research: Probing data and processes. **Journal of Research in Nursing**. 2008;13(1):68-75. DOI: 10.1177/1744987107081254.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Auxílio Emergencial**. Um suporte financeiro do governo federal para trabalhadores informais. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/auxilio/PAGINAS/DEFAULT2.ASPX>. Acesso em: 08 out. 2020.

CARVALHO, Marcus Renato de. **Ampliação da licença-maternidade**. #asmaespedemsocorro. Amamentação.com. Outubro, 2020. Disponível em:

<http://www.aleitamento.com/direitos/conteudo.asp?cod=2540>. Acesso em: 02 nov. 2020.

CHIAVASSA, Rosana. Mulheres: as desigualdades persistem. *In*: PINSKY, Jaime. (org.). **Práticas de Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2004.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **El cuidado e nacción**. Entre El derecho y El trabajo. VIRRIERA, Sonia Montaña; MAGAÑA, Coral Calderón (coord.). Naciones Unidas, julio de 2010.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **Políticas de cuidado en América Latina**. Forjando La igualdad. RICO, María Nieves; ROBLES, Claudia. Naciones Unidas, septiembre de 2016. Serie Asuntos de Género N° 140. ISSN 1564-4170.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio. Género y salarios de la fuerza de trabajo calificada en Brasil y México. **Problemas Del Desarrollo**, v. 44, n. 172, p. 53- 79, 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301703613718625>. Acesso: 02 ago. 2020.

CARSTEN, Janet. A matéria do parentesco. **Revista de Antropologia da UFSCAR**, 6 (2), jul./dez. 2014: 103-118.

CASTRO, Beatriz C.; SANTOS, Jakciane S. e SANTOS, Jássira S. **Gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e a força de trabalho feminina na sociabilidade capitalista**. VI Seminário CETROS. Itaperi, Agosto de 2018, UECE.

CYRINO, Rafaela. **Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado**. Dossiê. Sociologias. Porto Alegre, ano 11, jan/jun. 2009, p. 66-92.

CORDEIRO, M. DE C. **Mulher, mãe e trabalhadora: breve balanço de recentes políticas de conciliação entre trabalho e vida familiar no Brasil**. SER Social, v. 10, n. 23, p. 71-99, 14 ago. 2009.

CUNICO, Sabrina Daiana; ARPINI, Dorian Mônica. Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. **Aletheia**, Canoas, n. 43-44, p. 37-49, ago. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942014000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 ago. 2020.

DANIEL, C. O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho. **O social em questão**, Rio de Janeiro, v.14, n.25/26, p.323-344, 2011.

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO JOVEM EM BELO HORIZONTE [recurso eletrônico]: **Configurações familiares**: Cooperativa de Trabalho de Professores Universidade Livre. Amadeu Roselli-Cruz/ Dener Antônio Chaves / Dilma Fróes Vieira / Dimas Antônio Souza / Marco Antônio Couto Marinho, coordenação. Livro 4. Belo Horizonte: UNILIVRECOOP, 2013.

ENRÍQUEZ, Corina Rodrigues. La cuestión del cuidado: ¿El eslabón perdido del análisis económico? **Revista CEPAL**, 106. Abril, 2012.

FERREIRA, Felisberto; SANTANA, Edith Licia. Família monoparental feminina: fenômeno da contemporaneidade? **Polêmica, [S.I.]**, v. 13, n. 2, p. 1225-1236, maio 2014. ISSN 1676-0727. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/10618/8518>>. Acesso em: 15 ago. 2020. doi: <https://doi.org/10.12957/polemica.2014.10618>.

FRANCO, Augusto de. **Capital Social**. Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Instituto de Política Millennium. Brasília, DF, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

FONTES, Márcia Barroso. **Situação econômica de arranjos domiciliares monoparentais e biparentais no Brasil**: uma análise orçamentária. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de desenvolvimento e planejamento regional. Belo Horizonte, 2014.

FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Recomendações e orientações em saúde mental e atenção psicossocial na COVID-19**. Noal, Débora da Silva; PASSOS, Maria Fabiana Damásio; FREITAS, Carlos Machado (orgs.) Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. 342p.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA); Instituto PAPAI. **Homens também cuidam**. Diálogos sobre direitos, saúde sexual e reprodutiva, paternidade e relações de cuidado. Recife: UNFPA; Instituto PAPAI, 2007.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA - BRASIL). **COVID-19**: Resumo técnico. Proteção da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos e promoção da igualdade de gênero. Um olhar para gênero. Nações Unidas: março, 2020.

GONÇALO, Camila da Silva; BARROS, Nelson Filice de. **Entrevistas telefônicas na pesquisa qualitativa em saúde**. Saúde Transform. Soc., Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 22-26, 2014. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-70852014000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 ago. 2020.

GONÇALVES, Joyce Gesuilo. **Tecendo redes**: um estudo sobre o papel do capital social para as ações do Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte na sub-bacia do córrego Primeiro de Maio. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

GORGAL, Alicia Casas; FERRANDO, Alberto Vazquez. **Pubertad y Adolescência**. Pasa Por Ti, Programa Claves. Montevideo, Uruguai, 2018.

GOYRET, Maria Eugenia; GORGAL, Alicia Casas. **Vamos aprender bons-tratos: ferramentas lúdicas para promoção de bons-tratos em família.** Tradução Sandro Bier. 1. ed. Curitiba: Editora Esperança, 2015.

GRANOVETTER, Mark. The old and the new Economic Sociology: a history and an agenda. *In: FRIEDLAND, R. & ROBERTSON, A.F. (Eds). **Beyond the marketplace: rethinking economy and society.** New York: Aldine de Gruyter, p. 89- 112.*

GRANOVETTER, Mark S. The strength of weak ties. **The American Journal of Sociology.** Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, may. 1973.

GUADALUPE, Sonia; TAVARES, Sandra; MONTEIRO, Rosa. Redes de suporte social e (in) acesso a direitos em famílias monoparentais femininas. *SERV. SOC. Rev., Londrina, v. 17, N.2, P. 41 -63, JAN. /JUN. 2015. In: ACIOLI, Sônia. Redes Sociais e Teoria Social: Revendo os fundamentos do conceito. **Revista Informação & Informação,** Londrina v.12 n. esp., 2007.*

GUIGINSKI, J. E WAJNMAN, S. A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. **R. bras. Est. Pop.,** v.36, 1-26, e0090, 2019.

HIGGINS, Silvio Salej; RIBEIRO, Antônio Carlos Andrade. **Análise de redes em Ciências Sociais.** Brasília: Enap, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010: famílias e domicílios** Resultados da amostra. ISSN 0104-3145 Censo demogr., Rio de Janeiro, p.1-203, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Divulgação Especial Mulheres no Mercado de Trabalho, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **De antes da gravidez até a Infância: trabalho e estudo de mães e pais no painel da PNAD Contínua.** Mercado de Trabalho: conjuntura e análise | 68 | abril 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial:** os resultados dos microdados da PNAD COVID-19 de julho. Carta de Conjuntura | 48 | 3º trimestre de 2020. Divulgado em 27 de agosto de 2020.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS DE MINAS GERAIS – IPEAD (FACE-UFMG). **Valor da cesta básica em Belo Horizonte chega a maior valor da história em outubro.** Postedon, 20 de novembro de 2020. Disponível em: <https://ipead.face.ufmg.br/blog/?p=1686>. Acesso: 25 jan. 2021.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS DE MINAS GERAIS – IPEAD (FACE-UFMG). **Cesta básica tem o sexto mês seguido de alta em Belo Horizonte.** Postedon 10 de fevereiro de 2021.

Disponível em: <https://ipead.face.ufmg.br/blog/https://ipead.face.ufmg.br/blog/?p=1686>. Acesso: 12 fev.2021.

JEREMIAS. *In: Bíblia Sagrada. Revista e Atualizada no Brasil. Tradução João Ferreira Almeida. 2. ed. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.*

JESUS, Jordana Cristina de. **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência.** Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 2018.

JOHNSON, Telma. **Pesquisa social mediada por computador: questões, metodologia e técnicas qualitativas.** Rio de Janeiro: E papers, 2010. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=4pOoTtRE2r0C&oi=fnd&pg=PA9&dq=design+de+pesquisa+social&ots=y9yZ2pqZLd&sig=HW56m0cl63jnhSi1sRKsgdFYLnc#v=onepage&q=design%20de%20pesquisa%20social&f=false>. Acesso em: 22 jun. 2021.

LINCOLN, Y. S; GUBA, E.G. **Naturalistic inquiry.** Beverly Hills, CA: Sage; 1985.

LOBIONDO-WOOD, G.; HABER, J. **Pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização.** 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

MACEDO, M. S. **Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza.** Caderno CRH, 21(53), 385-399, 2008.

MARTIN, V.B.; ANGELO, M. A organização familiar para o cuidado dos filhos: percepção das mães em uma comunidade de baixa renda. **Rev. latino-AM enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 4, p. 89-95, outubro 1999.

MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo.** Editora: UNESP; Centro de Estudos da Metrópole, 2010.

MENDES, M. A. Mulheres chefes de família: entre a sobrevivência e a autonomia. **Fragmentos de Cultura**, v. 12, n.6, Goiânia. p. 1087-1102. 2002.

MONTAÑO, Sonia V; CALDERON, Coral M (coords). **El cuidado e nacción: entre el derecho y el trabajo.** Cuadernos de la Cepal 94. 2010.

MORGADO, Alice Murteira; DIAS, Maria da Luz Vale; PAIXAO, Maria Paula. **O desenvolvimento da socialização e o papel da família.** Aná. Psicológica, Lisboa, v. 31, n. 2, p. 129-144, jun. 2013.

MUNIZ, Jerônimo Oliveira; VENEROSO, Carmelita Zilah. **Diferenciais de Participação Laboral e Rendimento por Gênero e Classes de Renda: uma Investigação sobre o Ônus da Maternidade no Brasil.** Dados, Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, e20180252, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582019000100300&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 out. 2020.

NERI, Marcelo C. **Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro: desigualdades, ingredientes trabalhistas e o papel da jornada.** Rio de Janeiro, RJ: FGV Social, 2020. 15 p. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/Covid&Trabalho>. Acesso em: 22. jun. 2021.

OLIVEIRA, Máira Ribeiro de; DESSEN, Maria Auxiliadora. **Alterações na rede social de apoio durante a gestação e o nascimento de filhos.** *Estud. psicol.* (Campinas), Campinas, v. 29, n. 1, p. 81-88, Mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2012000100009&lng=en&nrm=iso. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2012000100009>. Acesso em: 22 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Folha informativa COVID-19** - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil. Brasília, DF. Atualizada em 5 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 05 out. 2020.

ONU MULHERES BRASIL. **Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe.** Dimensões de gênero na resposta. Março, 2020.

PETRINI, G., FONSECA, R. & PORRECA, W. (2010). Pobreza, capital humano, capital social e familiar. **Memorandum**, 19, 184-197. World Wide Web seer.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/9701. Acesso em: 22 jun. 2021.

PRATES, A. A. P.; CARVALHAES, F. A. de; SILVA, B. F. A. Capital social e redes sociais. Conceitos redundantes ou complementares? *In: AGUIAR, Neuma (Org.). Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

RECAMÁN, M. VENTURI, G. (orgs.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 107-119.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil.** Carlos Antônio Costa Ribeiro. Bauru, SP; Edusc, 2007.

RIBEIRO, Carlos Antônio da C. A mobilidade social das mulheres: mercado de trabalho e casamento. 2007. *In: RIBEIRO, Carlos Antônio da C. Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil.* São Paulo: Edusc, 2007. p. 209-244.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Novas imagens da família “A brasileira”.** Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas. Psicologia USP, S. Paulo, 3(1/2), p.59-66, 1992.

SCOTT, Parry. Famílias brasileiras: **poderes, desigualdades e solidariedades.** Série Família e Gênero, n. 14. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. 235p.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS (SES-MG). **Envelhecimento e COVID-19: o impacto das comorbidades nos idosos e a relação como o novo coronavírus.** Acesso: abril de 2021. Disponível em:

<https://coronavirus.saude.mg.gov.br/blog/166-envelhecimento-e-COVID-19>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SILVA, Afrânio de Oliveira; SANTOS, Caroline. Capital Social, Capital Humano e Educação: o ensino da sociologia e a construção da cidadania. *Perspectiva Sociológica: A Revista de Professores de Sociologia*, n. 3. Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Tatiana Dias Silva; SILVA, Sandro Pereira. **Trabalho, população negra e pandemia**: notas sobre os primeiros resultados da PNAD COVID-19. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Nota Técnica - 2020 - Novembro - Número 46 DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/nt46diest>.

SILVEIRA, Elana Cavalcante; SILVA, Suzana de Fátima Marques. **Chefia feminina**: uma análise sobre a estrutura das famílias monoparentais femininas e a feminização da pobreza. IV Seminário CETROS. Fortaleza, CE. 2013.

SILVERMAN, Davi. **Interpretação de dados qualitativos (recursos eletrônicos)**: métodos para análise de entrevistas, textos e interações. Tradução Magna França Lopes. 3. ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SINGLY, François. **Sociologia da família contemporânea**. Trad. Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 208 p.

SORJ, B. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. *In*: OLIVEIRA, S.; RECAMÁN, M. VENTURI, G. (orgs.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 107-119.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. **Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil**. Cadernos de Pesquisa. Minas Gerais, v.37, n.132, set./ dez. 2007, p. 576-580.

SORJ, Bila. **Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil**. Cadernos de Pesquisa. Minas Gerais, v. 43, n. 149, 2013.

SOUZA, Ronald Pagnoncelli de. **Os filhos no contexto familiar e social**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Minas Gerais. **As margaridas**: uma coletânea sobre os direitos da mulher. Belo Horizonte: 3i Editora, 2016.

THE ALLIANCE FOR CHILD PROTECTION IN HUMANITARIAN ACTION. **Technical Note**: protection of children during the coronavirus pandemic, Version 2, May 2020.

TOMÁS, Maria Carolina. Revendo estudos sobre famílias: um breve comentário sobre tópicos selecionados. **Rev. bras. estud. popul. [on-line]**. 2013, v.30, n.1, p. 171-198.

TOMÁS, M. C.; XAVIER, F. P.; DULCI, O. S. Interface dos capitais humano, cultural e social na situação ocupacional e nos rendimentos dos indivíduos. *In*: AGUIAR,

Neuma (Org.). **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

TORRES, Anália Maria Cardoso. **Relatório da Unidade Curricular Sociologia da Família Teorias e Debates**. ISCTE - IUL Instituto Universitário De Lisboa Departamento De Sociologia. Lisboa, 2010.

VANDERLINDE, Larissa Fanfa; BORBA, Gabriela Amboni; VIEIRA, Mauro Luís. Importância da rede social de apoio para mães de crianças na primeira infância. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 43, n. 2, p. 429-443, Outubro de 2009.

WESTERHOFF, John. **Fundamentos bíblico-teológico del matrimonio y La familia**. Jorge Maldonado Editor. Nueva Criación, Bs. As.,1995.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO) E UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). **Cuidados de criação para o desenvolvimento na primeira infância/Plano global para ação e resultados**. Disponível em:https://www.who.int/maternal_child_adolescent/child/nurturing-care-framework-first-consultation-pt.pdf. Acesso: 09 jan. 2021.

APÊNDICE

Roteiro de Entrevista

Identificação da entrevistada

- 1- Nome (fictício. A entrevistada escolherá um nome pelo qual deseja ser identificada durante a entrevista):

- 2- Data nascimento:

- 3- Residente em qual bairro:

- 4- Escolaridade:

- 5- Estado Civil:

- 6- Atividade laboral (identificar se formal ou informal, a jornada de trabalho, local do trabalho):

Família, Trabalho e Rede Social de Apoio

- 1- Quantas pessoas vivem em sua residência? Identifique-as: gênero, idade, função.

- 2- As crianças estudam ou participam de outras atividades? Descreva o tipo de escola, localização e tipo de atividades.

- 3- Quem na sua família é responsável pelas despesas domésticas?

- 4- Como você e sua família organizam o trabalho, o cuidado com os filhos e os afazeres domésticos?

- 5- Como é a rotina da família no contexto de pandemia do COVID-19?

6- Durante a pandemia do COVID-19, quando está no trabalho, quem cuida dos seus filhos e como lhe ajudam com este cuidado?

7- Como você chegou a essas pessoas e/ou instituições? Quem você procurou primeiro e que critérios foram estabelecidos para essa seleção?

8- Para você, há ganhos para seus filhos enquanto estão sobre os cuidados dessas pessoas e/ou instituições? Quais?

9- Já houve alguma situação em que precisou deixar uma oportunidade de trabalho pelo motivo de não ter uma pessoa ou instituição onde pudesse deixar seu filho/a?

10- O que seus filhos contam sobre a vivência junto a essas pessoas e/ou nesses espaços?

11- Ao longo de sua jornada de trabalho, você mantém algum tipo de contato com seus filhos?

12- No contexto de pandemia, medidas que visam à redução do contágio do novo Coronavírus foram estabelecidas pelos organismos governamentais e de saúde. Você observa essas medidas quando aciona sua rede social de apoio?

13 - E você? O que não abre mão, mesmo estando assoberbada? Só você pode fazer pelos seus filhos? Não tem como compartilhar ou aceitar que outro o faça?

14- A respeito das atividades escolares das crianças, acompanhamento médico, vacina, como sua família se organiza neste período de pandemia? Quem geralmente se responsabiliza por acompanhar essas atividades?

15- Para você, quais são os principais desafios da mãe trabalhadora no contexto de pandemia?